

# GESTÃO ESTRATÉGICA

## REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Junho 2003

 LISBOA E VALE DO TEJO NA EUROPA DAS REGIÕES



Portugal em Acção



MINISTÉRIO DAS CIDADES,  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



Comissão de Coordenação  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Programa Operacional  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia  
Fundos Estruturais



# Gestão Estratégica da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## LISBOA E VALE DO TEJO NA EUROPA DAS REGIÕES

---



Junho de 2003



## Ficha Técnica

Título	Gestão Estratégica da RLVT - Lisboa e Vale do Tejo na Europa das Regiões
Edição	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	Isabel Sousa Lobo João Afonso
Equipa Interna	António Marques Isabel Carvalho Moura de Campos
Equipa Externa / Peritos	Augusto Mateus Cátia Fernandes Isabel Guerra João Ferrão João Paulo Bessa Manuel Laranja Paulo Madruga Vanessa de Sousa
Design e Paginação	Ana Garcia
Apoio à Edição	Gabinete de Apoio à Presidência

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33 . 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	<a href="http://www.ccr-lvt.pt">www.ccr-lvt.pt</a>
Impressão	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Junho de 2003
Preço	30 €
ISBN	972-9163-94-4
Depósito Legal	198473/03

## ÍNDICE

<b>A</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>		7
<b>B</b>	<b>A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO DAS REGIÕES DA EUROPA DOS 27: UMA TIPOLOGIA</b>		11
	<b>B.1</b>	<b>A Europa das Regiões e o Alargamento a Leste</b>	13
	<b>B.2</b>	<b>Metodologia de Análise</b>	14
	<b>B.3</b>	<b>Resultados</b>	16
	<b>Índice de Figuras</b>		31
<b>C</b>	<b>MONITORIZAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: UMA VISÃO A PARTIR DA EUROPA ALARGADA DAS REGIÕES</b>		33
	<b>C.1</b>	<b>Dois Indicadores Chave De Enquadramento: PIB e Educação</b>	35
		<b>C.1.1</b> <b>PIB per capita</b>	37
		<b>C.1.2</b> <b>Educação</b>	40
	<b>Índice de Figuras</b>		46
	<b>C.2</b>	<b>Domínio Território</b>	47
		<b>C.2.1</b> <b>Introdução</b>	49
		<b>C.2.2</b> <b>Condições de Mobilidade e Atracção</b>	50
		<b>C.2.3</b> <b>Qualidade de Vida</b>	57
		<b>C.2.4</b> <b>Síntese do Domínio</b>	64
	<b>Índice de Figuras</b>		65
	<b>C.3</b>	<b>Domínio Pessoas</b>	67
		<b>C.3.1</b> <b>Introdução</b>	69
		<b>C.3.2</b> <b>Contexto Demográfico</b>	70
		<b>C.3.3</b> <b>Recursos Humanos</b>	80
		<b>C.3.4</b> <b>Qualidade de Vida: Saúde</b>	102
		<b>C.3.5</b> <b>Síntese do Domínio</b>	106
	<b>Índice de Figuras</b>		108
	<b>C.4</b>	<b>Domínio Organizações</b>	111
		<b>C.4.1</b> <b>Competitividade e Internacionalização</b>	113
		<b>C.4.1.1</b> <b>Introdução</b>	115
		<b>C.4.1.2</b> <b>Dinâmica Económica</b>	116
		<b>C.4.1.3</b> <b>Competitividade Internacional</b>	125
		<b>C.4.1.4</b> <b>Factores de Crescimento</b>	130
		<b>C.4.1.5</b> <b>Síntese do Domínio</b>	135
		<b>C.4.2</b> <b>Inovação</b>	137
		<b>C.4.2.1</b> <b>Introdução</b>	139
		<b>C.4.2.2</b> <b>Actividades de I&amp;D</b>	141
	<b>Índice de Figuras</b>		145
<b>D</b>	<b>SÍNTESE FINAL</b>		147
<b>E</b>	<b>A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO FACE À EUROPA: METAS PARA O FUTURO</b>		153
<b>F</b>	<b>ANEXO - QUADRO SÍNTESE DOS INDICADORES</b>		159



INTRODUÇÃO

A



A maior parte das análises da Região de Lisboa e Vale do Tejo é feita com base em indicadores médios, cujos valores de referência são de âmbito nacional. Ora, sendo avaliada no contexto do País, os resultados obtidos tendem a generalizar a imagem de uma região com uma situação globalmente favorável ou até privilegiada. A actual posição de *phasing out*, singular em termos nacionais, contribui para reforçar esta visão particularmente positiva da região portuguesa mais desenvolvida.

Contudo, o contexto nacional há muito deixou de ser o referencial exclusivo ou até essencial para avaliar o desempenho de qualquer região. Por outro lado, sabe-se bem que os valores médios obtidos para o conjunto de um determinado território podem ocultar a existência de disparidades internas relevantes.

Num mundo crescentemente interactivo, as regiões tornam-se mais vulneráveis a pressões externas do mais diverso tipo. Por outro lado, a actual sociedade da informação e do conhecimento impõe níveis de exigência mais elevados no que se refere às capacidades e competências das pessoas e das organizações. Finalmente, também a apreciação da qualidade do ambiente e do bem-estar dos cidadãos obedece, hoje, a padrões de maior exigência.

A avaliação da Região de Lisboa e Vale do Tejo não pode, por isso, deixar de ser efectuada a um nível supra-nacional, com prioridade para o espaço europeu. O alargamento a leste da União Europeia reforçará, aliás, a necessidade de atribuir um peso crescente ao conceito de co-evolução em qualquer análise sobre as condições de desenvolvimento e o futuro posicionamento internacional das várias regiões da Europa.

Este documento procura caracterizar a Região de Lisboa e Vale do Tejo à luz de um olhar europeu, averiguando o seu actual posicionamento no contexto das regiões da União Europeia a 27. Esta visão “de fora para dentro” permite desenhar uma imagem mais nítida das potencialidades e dificuldades da Região. E sublinha, ao mesmo tempo, a necessidade de a RLVT adoptar um modelo de desenvolvimento capaz de a transformar numa plataforma de intermediação estratégica entre o mundo externo e Portugal, isto é, um modelo que procura um reposicionamento internacional mais competitivo e sólido como condição para se desenvolver a si própria e ao país.

O documento encontra-se organizado em três secções.

Na primeira secção constrói-se uma tipologia das 266 regiões da União Europeia dos 27 a partir de 25 indicadores representativos de seis domínios analíticos: demografia, instrução, mercado de trabalho, emprego, riqueza e inovação. A informação disponibilizada pelo Eurostat a nível espacial 4 (NUT II) permite identificar 9 classes de regiões, integrando a RLVT numa classe com um perfil bastante próximo, mas ainda aquém da média da UE dos 15.

Na segunda secção aplica-se a abordagem desenvolvida no *Guia para a Gestão Estratégica da Região de Lisboa e Vale do Tejo* (2002). Num primeiro capítulo, efectua-se uma breve contextualização da RLVT no quadro da Europa das Regiões no que se refere a dois indicadores-chave: níveis de instrução e PIB *per capita*. Nos capítulos seguintes procede-se, para cada uma das áreas de monitorização – Território, Pessoas e Organizações – à apreciação dos indicadores regionais disponíveis mais relevantes por domínio e subdomínio de análise. Os resultados desses indicadores são sistematicamente comparados com dois conjuntos de referência – regiões capitais e regiões periféricas – e ainda com as respectivas médias ao nível da União Europeia e de Portugal. Estes vários níveis de comparação permitem uma avaliação multidimensional e, por isso mais, rica e rigorosa, do posicionamento relativo da Região de Lisboa e Vale do Tejo no espaço europeu.

Finalmente, na terceira secção identificam-se, tendo por base os resultados das análises comparativas anteriormente efectuadas, algumas metas a que a RLVT deverá aspirar no seu futuro próximo.

A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO  
NO CONTEXTO DAS REGIÕES  
DA EUROPA DOS 27:

**B**

**UMA TIPOLOGIA**



O alargamento a leste da União Europeia torna o espaço comunitário simultaneamente mais heterogéneo e assimétrico. Por um lado, haverá maior diversidade nos mais diversos domínios, da cultura à religião ou aos sistemas institucionais. Por outro lado, as disparidades de riqueza, qualidade de vida e bem-estar tenderão, inevitavelmente, a agravar-se.

Simultaneamente, a mobilidade intra-europeia será mais fácil, pelo que o velho continente será mais interactivo e, por isso, mais “pequeno”.

Finalmente, o reforço da Europa, como comunidade imaginada, tenderá a aproximar os europeus em torno de um número crescente de causas e reptos colectivos.

A intensificação dos processos de segmentação e de co-evolução no seio do espaço europeu torna-se, por isso, inevitável, condicionando de forma decisiva o futuro das pessoas, organizações, regiões e países.

Neste contexto, importa entender e acompanhar o modo como a Região de Lisboa e Vale do Tejo se posiciona face ao conjunto das regiões dos 27 países que irão brevemente partilhar o grande clube comunitário. Tendo em vista este objectivo, a análise que se segue define uma tipologia das regiões da Europa dos 27 e procura identificar o lugar ocupado pela RLVT no seio deste universo.

A partir da informação regional do Eurostat, construiu-se uma base de dados para o nível espacial 4 (NUT II) das regiões da Europa dos 27.

A informação disponível permitiu considerar 25 indicadores, organizados em 6 blocos analíticos: demografia; instrução; mercado de emprego; estrutura do emprego; riqueza e inovação (Quadro 1). Para cada um destes indicadores, consideraram-se 5 categorias de respostas, sequencialmente definidas a partir das respectivas médias. Essas categorias encontram-se graficamente assinaladas por uma escala em que os resultados acima da média estão representados pelo símbolo “+” (muitíssimo superior: +++; bastante superior: ++; ou superior: +); as que se situam abaixo da média pelo símbolo “-” (bastante inferior: - -; ou inferior: -) e, finalmente, os valores em torno da média pelo símbolo “=”.

A partir da matriz “25 indicadores (desdobrados em 5 categorias) x 266 regiões”, efectuou-se uma análise de correspondências múltiplas, seguida de uma classificação tipológica dos “indivíduos” (regiões) em classes relativamente homogéneas.

A descrição do perfil-tipo de cada uma das classes é efectuada tendo como referência as categorias sobre-representadas em cada caso face à ocorrência no universo considerado. Com esse objectivo, retiveram-se as categorias que correspondem às três situações seguintes:

- categorias presentes em mais de 2/3 das regiões da classe e que têm índices de sobre-representação<sup>1</sup> superiores a 2: permitem identificar *características muito predominantes*;
- categorias presentes entre metade e 2/3 das regiões da classe e que têm índices de sobre-representação superiores a 3: permitem identificar *características predominantes*;
- categorias presentes num número significativo embora não maioritário (entre 1/3 e metade) de regiões da classe mas que têm índices de sobre-representação bastante elevados (superiores a 4,5): permitem identificar *características distintivas*, isto é, características relativamente pouco expressivas no conjunto dos universos em análise, mas muito concentradas nestas classes.

---

<sup>1</sup> Grau de sobre-representação de uma categoria: diferença entre o valor da ocorrência no grupo e o valor da ocorrência no universo ponderado pelo número global de indivíduos (regiões)

## B.2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE

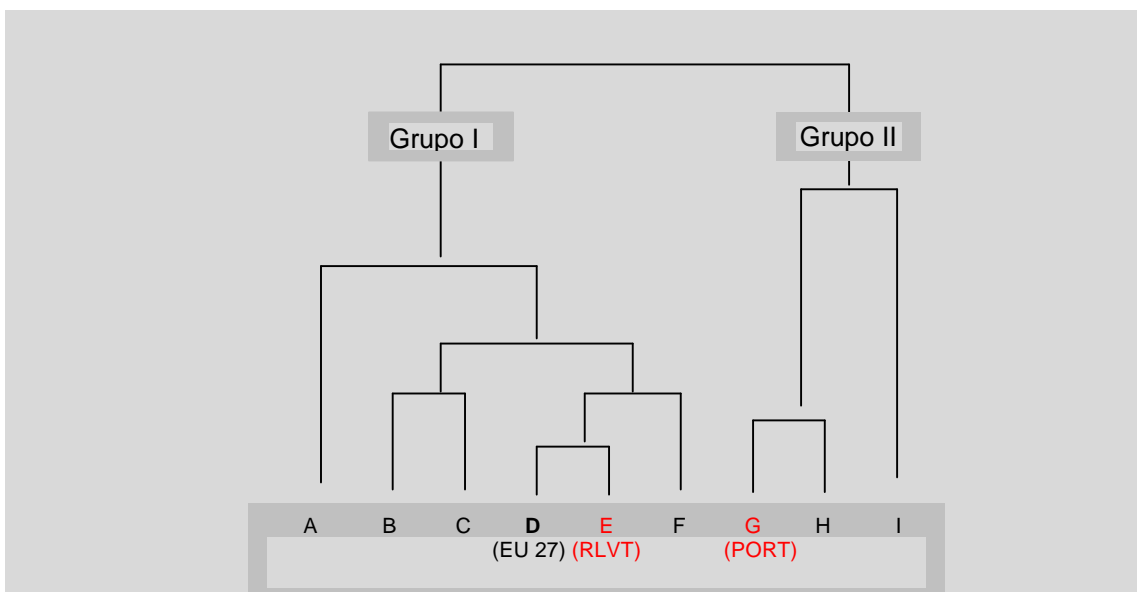
**Quadro 1**  
Indicadores considerados

BLOCOS ANALÍTICOS	INDICADORES	ESCALÕES CONSIDERADOS
<b>Demografia</b>	. Densidade populacional (UE27=113,3 hab / km <sup>2</sup> ) . % população <15 anos (UE27=17,1%) . % população 15-64 anos (UE27=67,3%) . % população >64 anos (UE27=15,6%)	>2000 (+++); 500-2000 (++) ; 200-500 (+); 100-200 (=); <100 (-) >20 (++) ; 18-20 (+); 16-18 (=); 14-16 (-); <14 (- -) >70 (++) ; 68-70 (+); 66-68 (=); 64-66 (-); <64 (- -) >19 (++) ; 17-19 (+); 15-17 (=); 13-15 (-); <13 (- -)
<b>Instrução</b>	. % população 25-29 anos com níveis baixos de escolaridade (UE27=30,4%) . % população 25-29 anos com níveis médios de escolaridade (UE27=49,4%) . % população 25-29 anos com níveis superiores de escolaridade (UE27=20,2%)	>60 (++) ; 40-60 (+); 25-40 (=); 15-25 (-); <15 (- -) >70 (++) ; 60-70 (+); 40-60 (=); 30-40 (-); <30 (- -) >30 (++) ; 25-30 (+); 15-25 (=); 10-15 (-); <10 (- -)
<b>Mercado de trabalho</b>	. Taxa de desemprego, 1991 (UE27=7,6%) . Taxa de desemprego, 2001 (UE27=8,8%) . Desemprego longa duração, 2001 (UE27=45,8%) . Taxa de desemprego feminino, 2001 (UE27=9,9%) . Taxa de desemprego jovem, 2001 (UE27=18,0%) . Taxa de emprego população com 15-64 anos, 2001 (UE27=62,9%) . Taxa de emprego feminina população com 15-64 anos, 2001 (UE27=54,5%) . Taxa de emprego masculina população com 15-64 anos, 2001 (UE27=71,3%) . Evolução taxa de desemprego: % 2001- % 1991	>20 (+++); 15-20 (++) ; 10-15 (+); 5-10 (=); <5 (-) >20 (+++); 15-20 (++) ; 10-15 (+); 5-10 (=); <5 (-) >60 (++) ; 50-60 (+); 40-50 (=); 30-40 (-); <30 (- -) >20 (++) ; 12,5-20 (+); 7,5-12,5 (=); 5-7,5 (-); <5 (- -) >40 (++) ; 25-40 (+); 15-25 (=); 10-15 (-); <10 (- -) >75 (++) ; 65-75 (+); 60-65 (=); 50-60 (-); <50 (- -) >70 (++) ; 60-70 (+); 50-60 (=); 40-50 (-); <40 (- -) >80 (++) ; 75-80 (+); 65-75 (=); 55-65 (-); <55 (- -)
<b>Emprego</b>	. % emprego na agricultura, 2001 (UE27=7,6%) . % emprego na indústria, 2001 (UE27=29,3%) . % emprego nos serviços, 2001 (UE27=63,1%)	>4 (++) ; 2-4 (+); -2-+2 (=); -2- -4 (-); <-4 (- -) >30 (++) ; 20-30 (+); 10-20 (=); 5-10 (-); <5 (- -) >40 (++) ; 35-40 (+); 25-35 (=); 20-25 (-); <20 (- -) >80 (++) ; 70-80 (+); 60-70 (=); 50-60 (-); <50 (- -)
<b>Riqueza</b>	. PNB per capita (EU15=100), 1995 . PNB per capita (EU15=100), 2000 . PNB per capita (EU15=100), 1998-1999-2000 . PNB per capita (EU25=100), 2000 . Evolução PNB per capita (EU15=100): var. % 1995-2000 (UE15=0)	<140 (++) ; 110-140 (+); 90-110 (=); 50-90 (-); <50 (- -) <140 (++) ; 110-140 (+); 90-110 (=); 50-90 (-); <50 (- -) <140 (++) ; 110-140 (+); 90-110 (=); 50-90 (-); <50 (- -) <140 (++) ; 110-140 (+); 90-110 (=); 50-90 (-); <50 (- -) >10 (++) ; 5-10 (+); -5-+5 (=); -5- -10 (-); <-10 (- -)
<b>Inovação</b>	. EPA patentes, 1998-1999-2000 (UE27=110)	>450 (+++); 300-450 (++) ; 200-300 (+); 150-200 (=); 50-150 (-); <50 (- -)

### a) Análise global

A tipologia construída permitiu identificar 9 classes principais de regiões, referenciadas de A a I no dendrograma da Figura 1.

**Figura 1**  
Tipologia das regiões da União Europeia dos 27



Uma leitura descendente do dendrograma permite verificar o modo como esses 9 grupos se posicionam entre si:

- a um nível mais geral, as várias classes agregam-se em dois grandes grupos: o Grupo I, que engloba 6 classes (de A a F), inclui as regiões com níveis e dinâmicas de desenvolvimento idênticos ou mais favoráveis que a média comunitária; pelo contrário, no Grupo II, encontram-se as classes (G, H e I) que reúnem as regiões com resultados claramente inferiores à média;
- no interior de cada um destes dois grupos, as classes dispõem-se, *grossa modo*, de forma sequencial: quanto mais à direita se posicionam no dendrograma, mais negativa é a sua situação;

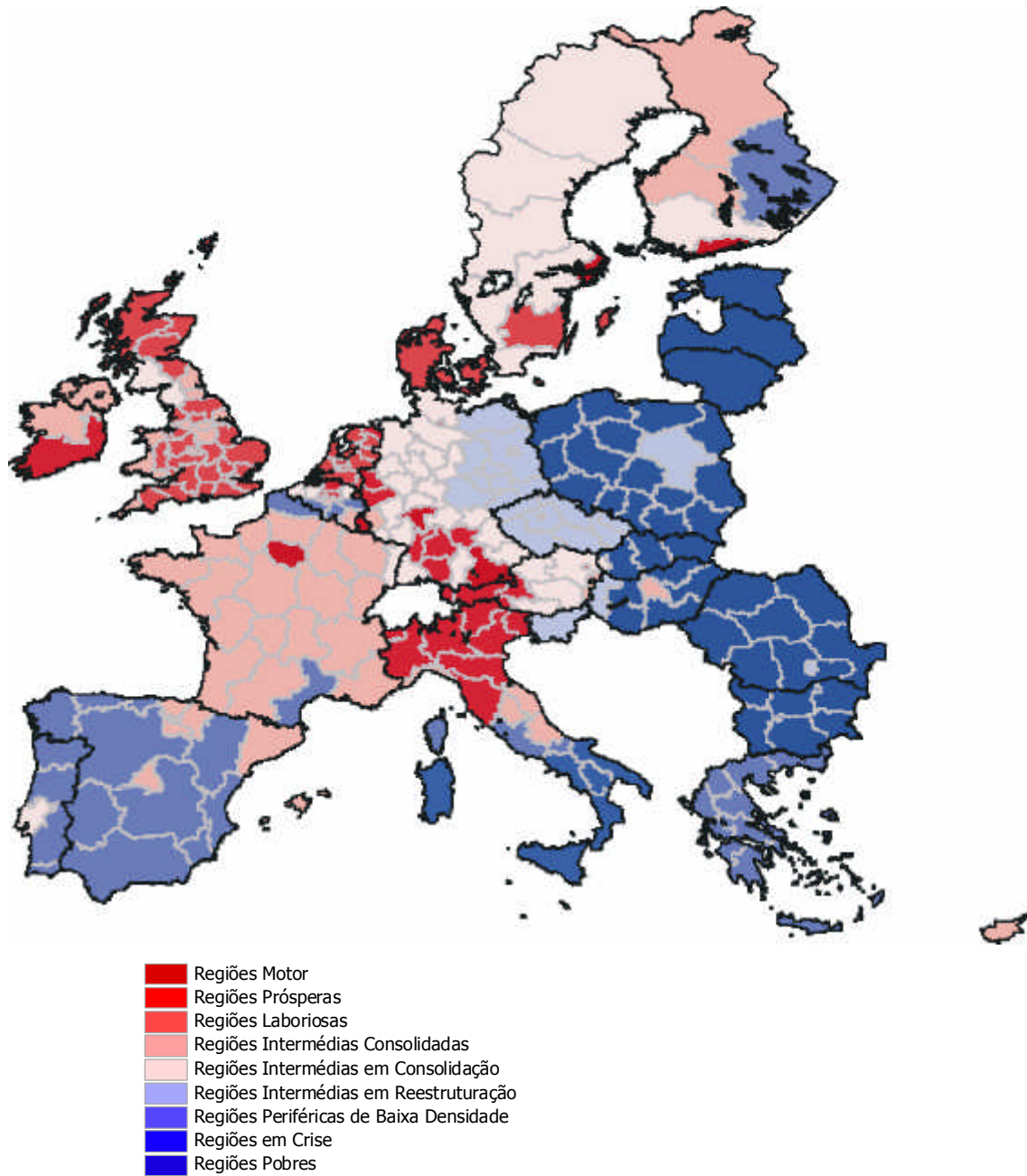
## B.3 – RESULTADOS

- a classe D integra as regiões com um perfil mais próximo da média comunitária (UE15 e UE27), pelo que as classes à sua esquerda (C, B e, sobretudo, A) correspondem às regiões europeias em situação mais favorável, enquanto que as classes mais próximas (E e F) incluem regiões com resultados não muito inferiores à média e, finalmente, as classes restantes (G, H e, sobretudo, I) agregam as regiões mais problemáticas;
- a título ilustrativo, registe-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo faz parte da classe E, enquanto que o conjunto do País, assim como todas as outras regiões NUT II portuguesas, se integram na classe G, isto é, o conjunto em situação menos desfavorável (tipicamente, as actuais regiões de Objectivo 1) do Grupo mais problemático.

A identificação do perfil-tipo de cada uma das 9 classes permite estabelecer a seguinte classificação e está representada no seguinte mapa (ver Figura 2):

<b>Classe A</b>	<i>Regiões-Motor</i>
<b>Classe B</b>	<i>Regiões Prósperas</i>
<b>Classe C</b>	<i>Regiões Laboriosas</i>
<b>Classe D</b>	<i>Regiões Intermédias Consolidadas</i>
<b>Classe E</b>	<i>Regiões Intermédias em Consolidação</i>
<b>Classe F</b>	<i>Regiões Intermédias em Reestruturação</i>
<b>Classe G</b>	<i>Regiões Periféricas de Baixa Densidade</i>
<b>Classe H</b>	<i>Regiões em Crise</i>
<b>Classe I</b>	<i>Regiões Pobres</i>

**Figura 2**  
Mapa da Tipologia das regiões da UE27



Apresentemos, brevemente, cada uma destas classes:

### Classe A: Regiões-Motor

Esta classe inclui 12 regiões de natureza urbana, a maioria com o estatuto de capital nacional, caracterizadas, essencialmente, por valores de PNB *per capita* muito superiores à média europeia e com uma trajectória divergente de sentido positivo no período 1998-2000.

#### Regiões incluídas nesta classe:

Oberbayern (Munique), Bremen, Hamburgo e Darmstadt – Alemanha; Viena – Áustria; Bruxelas – Bélgica; Ile de France (Paris) – França; Luxemburgo; Utrecht – Holanda; Uusimaa (Helsínquia) – Finlândia; Londres – Reino Unido; e Estocolmo – Suécia.

**Quadro 2**  
Classe A: Perfil-tipo

CLASSE A (12 REGIÕES; 4,51 %)	CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES	CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS
Demografia	% população 15-64 anos: +		
Instrução		Níveis elev. instr. pop. 25-29 anos: + +	
Mercado de trabalho			
Emprego	Emprego agricultura 2001: -		
Riqueza	PNB/cap EU15 2000: + + PNB /cap EU15 evol. 98-00: + + PNB /cap EU25 2000: + + PNB/cap EU15 1995: + +		
Inovação			

**Classe B: Regiões Prósperas**

As 22 regiões que integram esta classe destacam-se por conciliar valores de PNB *per capita* superiores à média, com dinâmicas de mercado de trabalho particularmente positivas, visíveis através da ocorrência de taxas de desemprego muito baixas, em especial no que diz respeito aos jovens e ao sexo feminino.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Destaca-se um conjunto mais ou menos contíguo de regiões distribuídas pela Alemanha, norte de Itália e oeste da Áustria, e ainda algumas áreas da Bélgica (Antuérpia e Vlaams Brabant, a região que inclui Bruxelas, excepto o centro da cidade), Holanda (Groningen), Irlanda (região que engloba Dublin) e República Checa (Praga).

**Quadro 3**  
Classe B: Perfil-tipo

<b>CLASSE B (22 REGIÕES; 8,27%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia			
Instrução			
Mercado de trabalho	Evol. taxa desemp. 91-01: = T. desemprego 2001: - T. desemprego 1991: - T. desemprego jovens 2001: - -	T. empr. masc. 15-64 anos 2001: + T. desemprego feminina 2001: - - T. emprego 15-64 anos 2001: +	
Emprego	Emprego agricultura 2001: -		
Riqueza	PNB/cap EU15 2000: + PNB /cap EU15 evol. 98-00: + PNB/cap EU15 1995: + PNB /cap EU25 2000: + PNB /cap EU15 evol. 95-00: =		
Inovação			

**Classe C: Regiões Laboriosas**

Esta classe engloba regiões demograficamente jovens e densas, com um mercado de trabalho dinâmico (elevadas taxas de emprego e reduzidas taxas de desemprego), sobretudo no domínio dos serviços e níveis médios de riqueza.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Maioria das regiões da Holanda e do Reino Unido, e ainda algumas áreas dos países escandinavos.

**Quadro 4**  
Classe C: Perfil-tipo

<b>CLASSE C (36 REGIÕES; 13,53 %)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia	% pop. < 15 anos: +	Densidade populacional: +	
Instrução	Níveis médios instr. pop. 25-29 anos: =		
Mercado de trabalho	T. desemprego feminina 2001: -- T. emp. masc 15-64 anos 2001: ++ T. desemprego 2001: - Evol. taxa desemp. 91-01: - T. empr. fem. 15-64 anos 2001: + T. desemprego jovens 2001: -- T. desemprego 1991: -	Des. longa duração 2001: --	T. empr. masc. 15-64 anos 2001: ++
Emprego	Emprego agricultura 2001: -	Emprego serviços 2001: +	
Riqueza		PNB/cap EU15 1995: = PNB/cap EU15 2000: = PNB /cap EU15 evol. 98-00: =	
Inovação		Patentes 1998-2000: =	

**Classe D: Regiões Intermédias Consolidadas**

O perfil-tipo desta classe reproduz, com grande fidelidade, os valores médios do universo em análise.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Primeira coroa periférica ao núcleo central do espaço europeu: i) a sul, a esmagadora maioria das regiões francesas, o centro de Itália, as áreas mais desenvolvidas de Espanha (regiões do Nordeste, Madrid, Catalunha, Baleares) e ainda, as pequenas ilhas de Chipre e Malta; ii) a norte, um número muito significativo de regiões inglesas, a parte oeste da Irlanda e alguns casos pontuais da Alemanha, Bélgica, Áustria e Finlândia; iii) a leste, a região de Közép-Magyarország (Budapeste) – Hungria.

**Quadro 5**  
Classe D: Perfil-tipo

<b>CLASSE D (49 REGIÕES; 18,05%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia		% população 15-64 anos: -	
Instrução		Níveis méd. instr. pop. 25-29 anos: = Níveis elev instr. pop. 25-29 anos: =	
Mercado de trabalho	T. desemprego 2001: = T. empr. masc. 15-64 anos 2001: = T. empr. femin. 15-64 anos 2001: =	T. desemprego jovem 2001: = T. desemprego feminina 2001: = T. emprego 15-64 anos 2001: =	Taxa desemprego 1991: + Des. longa duração 2001: -
Emprego	Emprego indústria 2001: =	Empr. serviços 2001: =	
Riqueza	PNB/cap EU15 evol. 95-00: =	PNB /cap EU25 2000: = PNB /cap EU15 evol. 98-00: -	
Inovação	Patentes 1998-2000: =		

**Classe E: Regiões Intermédias em Consolidação**

Revelando um perfil-tipo bastante próximo da média, esta classe destaca-se pelas dinâmicas do mercado de trabalho: elevada taxa de emprego da população em idade activa em 2001, mas agravamento da taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Núcleo central de incidência no arco Bélgica flamenga – Alemanha – Áustria, grande parte da Suécia rural e algumas regiões dispersas por vários países, com destaque para duas capitais de localização periférica, Lisboa e Bratislava (Eslováquia).

**Quadro 6**  
Classe E: Perfil-tipo

<b>CLASSE E (36 REGIÕES; 14,29%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia	% população 15-64 anos: =	% população < 15 anos: =	
Instrução	Níveis baixos instr. pop. 25-29 anos: =	Níveis médios instr. pop. 25-29 anos: + Níveis elevados instr. pop. 25-29 anos: =	
Mercado de trabalho	T. emprego 15-64 anos 2001: + T. empr. masc. 15-64 anos 2001: =	Evol. taxa desemp. 91-01: + T. desemprego 2001: = T. desemprego jovens 2001: - -	
Emprego	Emprego agricultura 2001: -		
Riqueza	PNB /cap EU15 evol. 98-00: = PNB /cap EU25 2000: = PNB/cap EU15 1995: =	PNB /cap EU25 2000: =	
Inovação			

**Classe F: Regiões Intermédias em Reestruturação**

As regiões integradas nesta classe revelam níveis de riqueza abaixo da média e uma população em idade activa considerável e relativamente instruída, mas a sofrer as consequências de processos de reestruturação produtiva típicos de áreas com uma forte tradição industrial (aumento de desemprego, nomeadamente de longa duração).

**Regiões incluídas nesta classe:**

Regiões da antiga República Democrática Alemã, da República Checa e da Eslovénia; regiões que incluem as capitais de dois outros países de leste: Mazowieckie/Varsóvia – Polónia e Bucareste – Roménia; e ainda, Nyugat-Dunántúl, a região onde se localiza a 2ª cidade da Hungria, Gyor.

**Quadro 7**  
Classe F: Perfil-tipo

<b>CLASSE F (21 REGIÕES; 7,89%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia		% população 15-64 anos: + % população 15-64 anos: ++ % população > 64 anos: -	
Instrução	Níveis baixos instr. pop. 25-29 anos: -- Níveis médios instr. pop. 25-29 anos: +		
Mercado de trabalho	T. empr. fem. 15-64 anos 2001: = T. desemprego jovens 2001: =	Des. longa duração 2001: + T. desemprego feminina 2001: +	Evol. taxa desemp. 91-01: ++
Emprego			Emprego indústria 2001: ++
Riqueza	PNB /cap EU25 2000: - PNB/cap EU15 1995: - PNB /cap EU15 evol. 98-00: - PNB /cap EU25 2000: -		
Inovação			

**Classe G: Regiões Periféricas de Baixa Densidade**

Esta classe engloba regiões com as características típicas das zonas periféricas (rurais) de baixa densidade: pobreza relativa e ausência de capacidade de inovação tecnológica, num contexto globalmente marcado por baixos níveis de instrução, avanço do desemprego (em particular de jovens e mulheres) e envelhecimento demográfico. As regiões desta classe, assim como as das que se seguem, encontram-se maioritariamente em processos de divergência face à média europeia, conforme se pode confirmar pelo agravamento relativo do PNB *per capita* (UE15=100) entre 1998 e 2000.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Periferia europeia sul (excepto 3 regiões da Bélgica e uma da Finlândia), com particular incidência na Grécia (todas as regiões), Portugal (à excepção da RLVT) e Espanha (áreas do Noroeste, Centro e Sul), mas incluindo ainda algumas regiões mediterrâneas da França e da Itália.

**Quadro 8**  
Classe G: Perfil-tipo

<b>CLASSE G (39 REGIÕES; 14,66%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia	Densidade populacional: -		% população > 64 anos: + +
Instrução		Níveis médios instr. pop. 25-29 anos: - - Níveis baixos instr. pop. 25-29 anos: +	Níveis baixos instr. pop. 25-29 anos: + +
Mercado de trabalho		T. desemprego jovens 2001: + T. desemprego 2001: + T. emprego 15-64 anos 2001: -	T. empr. fem. 15-64 anos 2001: - - - T. empr. fem. 15-64 anos 2001: - T. desemprego femin. 2001: +
Emprego			Emprego agricultura 2001: +
Riqueza	PNB/cap EU15 2000: - PNB /cap EU15 evol. 98-00: - PNB /cap EU25 2000: - PNB/cap EU15 1995: -		
Inovação	Patentes 1998-2000: -		

**Classe H: Regiões em Crise**

Encontram-se incluídas nesta classe regiões cujos mercados de trabalho se encontram em profunda crise, algumas há mais de uma década, com tradução evidente nas elevadas taxas de desemprego que aqui se verificam. A ausência de capacidade tecnológica e a inexistência de uma base industrial mínima contribuem, entre outros factores, para a ocorrência destes resultados preocupantes.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Sul da Itália (englobando a Sicília e a Sardenha) e ainda territórios extra-europeus, tanto de Espanha (Ceuta-Melilha), com de França (Departamentos de além-mar – Guadalupe, Martinica, Guiana e Reunião).

**Quadro 9**  
Classe H: Perfil-tipo

<b>CLASSE H (11 REGIÕES; 4,14%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia			
Instrução			
Mercado de trabalho	T. emprego 15-64 anos 2001: - - T. desemprego femin. 2001: + + T. empr. fem. 15-64 anos 2001: - - T. desemprego 2001: + + T. desemprego jovens 2001: + +	Des. longa duração 2001: + + T. emp. masc 15-64 anos 2001: -	T. desemprego 1991: + +
Emprego		Emprego indústria 2001:- -	
Riqueza	PNB /cap EU25 2000: - PNB/cap EU15 2000: - PNB/cap EU15 1995: - PNB /cap EU15 evol. 98-00: - PNB /cap EU15 evol. 95-00: =		
Inovação	Patentes 1998-2000: -		

**Classe I: Regiões Pobres**

As 39 regiões englobadas nesta última classe correspondem às áreas europeias de maior pobreza. Os baixíssimos níveis de PNB *per capita* e a reduzida capacidade de criação de emprego não deixam de se relacionar com o predomínio de estruturas económicas marcadas por uma presença muito débil das actividades terciárias.

**Regiões incluídas nesta classe:**

Maior parte dos novos candidatos a países-membros da União Europeia: todas as regiões da Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia; todas, excepto as respectivas capitais, no caso da Eslováquia, Polónia e Roménia; todas excepto as regiões que englobam as duas principais aglomerações urbanas, Budapeste e Gyor, no caso da Hungria.

**Quadro 10**  
Classe I: Perfil-tipo

<b>CLASSE I (39 REGIÕES; 14,66%)</b>	<b>CARACTERÍSTICAS MUITO PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS</b>
Demografia		% população 15-64 anos: + Densidade populacional: -	% população > 64 anos: - -
Instrução		Níveis elev. instr. pop. 25-29 anos: -	
Mercado de trabalho		T. emp. masc 15-64 anos 2001: - T. empr. fem. 15-64 anos 2001: - T. emprego 15-64 anos 2001: -	T. desemprego jovens 2001: + +
Emprego		Emprego serviços 2001: -	Emprego serviços 2001: - -
Riqueza	PNB/cap EU15 1995: - - PNB /cap EU15 evol. 98-00: - - PNB/cap EU15 2000: - - PNB /cap EU25 2000: - -		
Inovação			

A tipologia apresentada permite salientar *quatro aspectos cruciais da geografia europeia do desenvolvimento regional*:

- o predomínio de um padrão territorial de tipo centro-periferia, em que a área central coincide *grossa modo* com o pentágono Londres – Paris – Milão – Munique – Hamburgo;
- a persistência da tradicional clivagem existente entre as periferias norte, sul e leste;
- a importância do efeito nacional;

## B.3 – RESULTADOS

- o destaque positivo, nos países mais periféricos, das regiões que possuem uma forte base urbana (capitais nacionais e, secundariamente, cidades de maior dimensão) e/ou regiões que reestruturaram precocemente uma base produtiva tradicionalmente industrial.

### b) A RLVT face à diversidade regional da Europa

No Quadro 11 pode ver-se a distribuição das 266 regiões europeias pelas 9 classes identificadas na tipologia anteriormente apresentada. As classes D (“Regiões intermédias consolidadas”) e E (“Regiões intermédias em consolidação”) são as mais heterogéneas, incluindo regiões com trajectórias de desenvolvimento bastante distintas: antigas áreas industriais, que há muito procederam à reestruturação da base económica tradicional; áreas rurais, cujo actual elevado nível de vida se deve, em boa medida, à manutenção de quadros de vida qualificados do ponto de vista ambiental e patrimonial; regiões urbano-metropolitanas de localização periférica, face ao centro do espaço europeu.

**Quadro 11**  
Distribuição das regiões pelas várias classes

Países	A Regiões motor	B Regiões prósperas	C Regiões laboriosas	D Regiões interm. consolid.	E R.interm. em consol.	F R.interm. em reest.	G R.perif. baixa densid.	H Regiões em crise	I Regiões pobres	TOTAL
Alemanha	4	6		1	19	10				40
Áustria	1	3		1	4					9
Bélgica	1	2		2	3		3			11
Dinamarca			1							1
Espanha				6			11	1		18
Finlândia	1		1	2	1		1			6
França	1			17	1		3	4		26
Grécia							13			13
Holanda	1	1	10							12
Irlanda		1		1						2
Itália		8		4			2	6		20
Luxemburgo	1									1
Portugal					1		6			7
Reino Unido	1		23	11	2					37
Suécia	1		1		6					8
Bulgária									6	6
Chipre				1						1
Eslováquia					1				3	4
Eslovénia						1				1
Estónia									1	1
Hungria				1		1			5	7
Letónia									1	1
Lituânia									1	1
Malta				1						1
Polónia						1			15	16
Rep. Checa		1				7				8
Roménia						1			7	8
<b>TOTAL</b>	<b>12</b> (4.51%)	<b>22</b> (8.27%)	<b>36</b> (13.53%)	<b>48</b> (18.49%)	<b>38</b> (14.29%)	<b>21</b> (7.89%)	<b>39</b> (14.66%)	<b>11</b> (4.14%)	<b>39</b> (14.66%)	<b>266</b> (100.00%)

No caso da classe E, em que a Região de Lisboa e Vale do Tejo se integra, as regiões de Alsácia (França), Cumbria (Reino Unido) e Bratislava (Eslováquia) ilustram as três situações identificadas no parágrafo anterior. Esta diversidade interna na mesma classe significa que, de um ponto de vista de posicionamento estratégico internacional e de benchmarking, as referências mais significativas para a RLVT não serão muitas das regiões também incluídas na classe E, mas sim regiões litorais e/ou aglomerações metropolitanas de localização periférica incluídas nas classes contíguas, tanto superiores (D e C) como imediatamente inferior (F). Assim, parece particularmente relevante estabelecer comparações directas com as seguintes regiões:

**Classe C:** *Regiões laboriosas*

Dinamarca (constitui uma única região); Noord Holland (Amsterdam) – Holanda; Gloucestershire (engloba Bristol) – Reino Unido.

**Classe D:** *Regiões intermédias consolidadas*

Madrid e Catalunha (Barcelona) – Espanha; Provence-Alpes-Côte d’Azur (Marselha) e Aquitaine (Bordéus) – França; Umbria (Perugia) e Marche (Ancona) – Itália; Greater Manchester, West Midlands (Birmingham) e West Wales (Cardiff) – Reino Unido; Közép-Magyarország (Budapest) – Hungria.

**Classe E:** *Regiões intermédias em consolidação*

Hannover – Alemanha; Västsverige (Gotemburgo) – Suécia; South Western Scotland (Glasgow) – Reino Unido; Bratislava – Eslováquia.

**Classe F:** *Regiões intermédias em reestruturação*

Nyugat-Dunantul (Gyor) – Hungria; Bucarest – Roménia; Mazowieckie (Varsóvia) – Polónia; Eslovénia (constitui uma única região).

A este conjunto parece ainda aconselhável adicionar duas regiões que incluem capitais nacionais de localização periférica integradas na classe B: Southern and Eastern Ireland (Dublin) – Irlanda; Praga – República Checa.

## B.3 – RESULTADOS

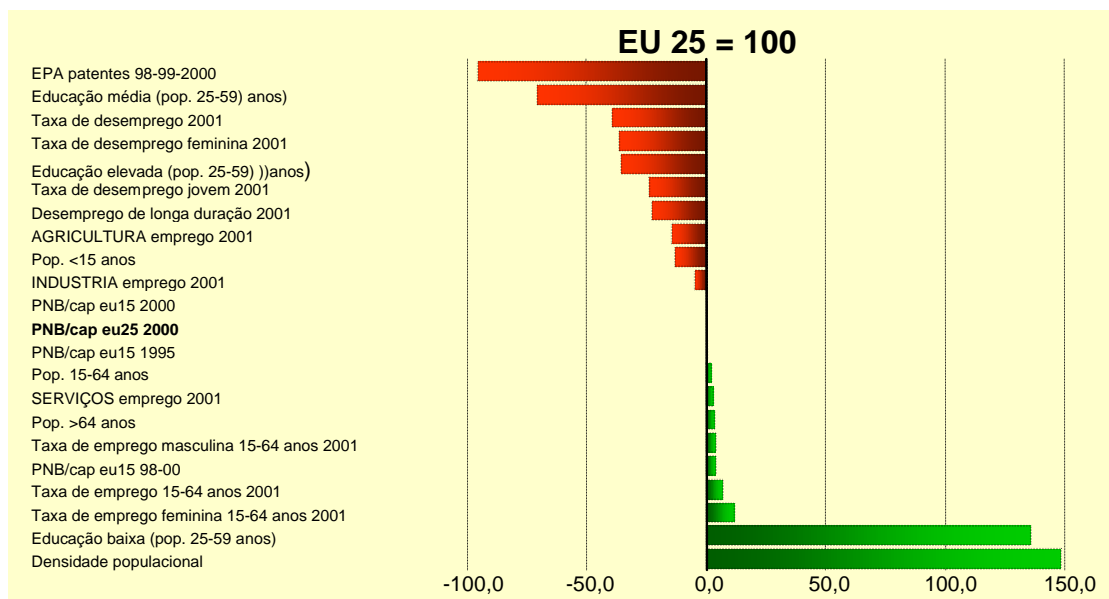
A listagem acima indicada permite sublinhar o facto de, no contexto da periferia europeia oeste, sul e leste, existirem as seguintes regiões (cidades) numa posição mais favorável que a Região de Lisboa e Vale do Tejo:

- Várias regiões da fachada atlântica que contêm cidades médias, com destaque para Bristol, Manchester, Birmingham e Cardiff – Reino Unido e Bordéus - França;
- Várias regiões da fachada mediterrânea que contêm cidades médias, com destaque para Barcelona - Espanha e Marselha - França;
- Quatro regiões de países periféricos que englobam as respectivos capitais nacionais: Dublin – Irlanda, Madrid – Espanha, Praga – República Checa e Budapeste – Hungria.

A este conjunto de regiões (cidades), cuja evolução a RLVT deverá “vigiar” de perto, juntam-se ainda as regiões (cidades) das classes E e F que venham a revelar uma trajectória positiva de desenvolvimento, nomeadamente as que se localizam em países do leste europeu (Bratislava, Lubliana e Varsóvia, por exemplo).

Na Figura 3 apresenta-se o perfil da RLVT face à média da Europa dos 25. Conforme se torna patente, a região apresenta uma situação particularmente vulnerável nos domínios da inovação e da instrução da população em idade activa.

**Figura 3**  
Perfil da RLVT face à UE 25



## B – ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Quadro n.º</b>	<b>Designação</b>	<b>Pág</b>
<b>1</b>	Indicadores considerados	<b>15</b>
<b>2</b>	Classe A: Perfil-tipo das Regiões Motor	<b>19</b>
<b>3</b>	Classe B: Perfil-tipo das Regiões Prósperas	<b>20</b>
<b>4</b>	Classe C: Perfil-tipo das Regiões Laboriosas	<b>21</b>
<b>5</b>	Classe D: Perfil-tipo das Regiões Intermédias Consolidadas	<b>22</b>
<b>6</b>	Classe E: Perfil-tipo das Regiões Intermédias em Consolidação	<b>23</b>
<b>7</b>	Classe F: Perfil-tipo das Regiões Intermédias em Reestruturação	<b>24</b>
<b>8</b>	Classe G: Perfil-tipo das Regiões Periféricas de Baixa Densidade	<b>25</b>
<b>9</b>	Classe H: Perfil-tipo das Regiões em Crise	<b>26</b>
<b>10</b>	Classe I: Perfil-tipo das Regiões Pobres	<b>27</b>
<b>11</b>	Distribuição das regiões pelas várias classes	<b>28</b>

<b>Figura n.º</b>	<b>Designação</b>	<b>Pág</b>
<b>1</b>	Tipologia das regiões da União Europeia dos 27	<b>16</b>
<b>2</b>	Mapa da Tipologia das regiões da EU 27	<b>18</b>
<b>3</b>	Perfil da RLVT face à EU 25	<b>30</b>



# MONITORIZAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO:

**UMA VISÃO A PARTIR DA EUROPA  
ALARGADA DAS REGIÕES**



C



DOIS INDICADORES CHAVE DE  
ENQUADRAMENTO:

C.I

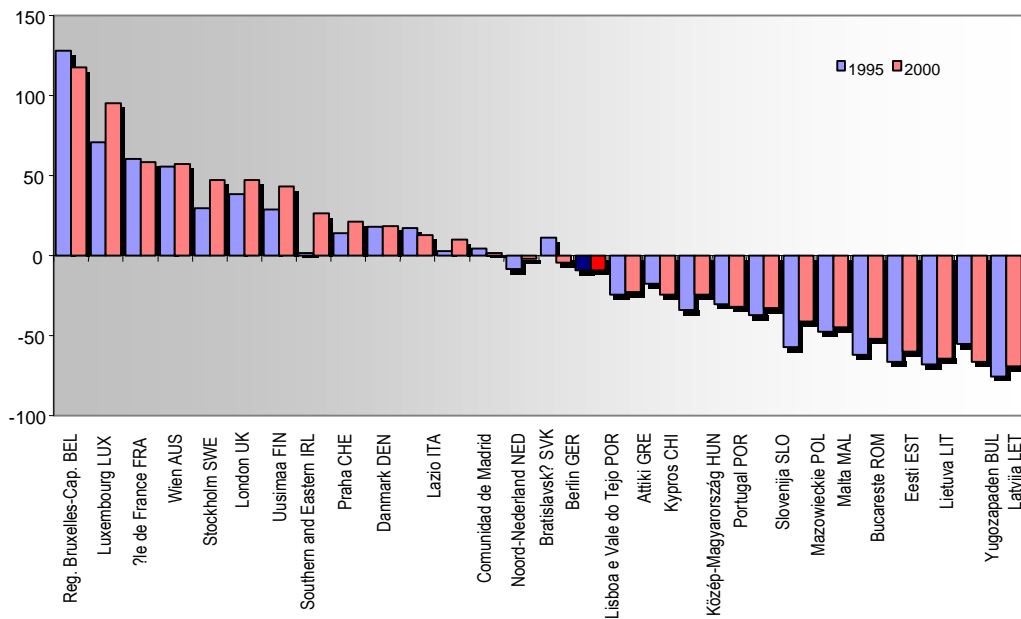
**PIB e EDUCAÇÃO**



A análise comparativa da competitividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo face às regiões europeias seleccionadas deve, quando analisada de acordo com uma óptica de resultado, recorrer à utilização de um dos indicadores que melhor traduz o nível de vida das regiões (o PIB *per capita*).

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava em 2000 um nível de PIB *per capita* que, apesar de superior à média nacional, ficava bastante aquém da média da UE. De facto, no contexto das regiões capitais, a RLVT ocupa uma posição intermédia, sendo o seu nível aproximado a algumas regiões da Europa de Leste, como Bratislava (Figura1), e a algumas regiões periféricas (Figura 2).

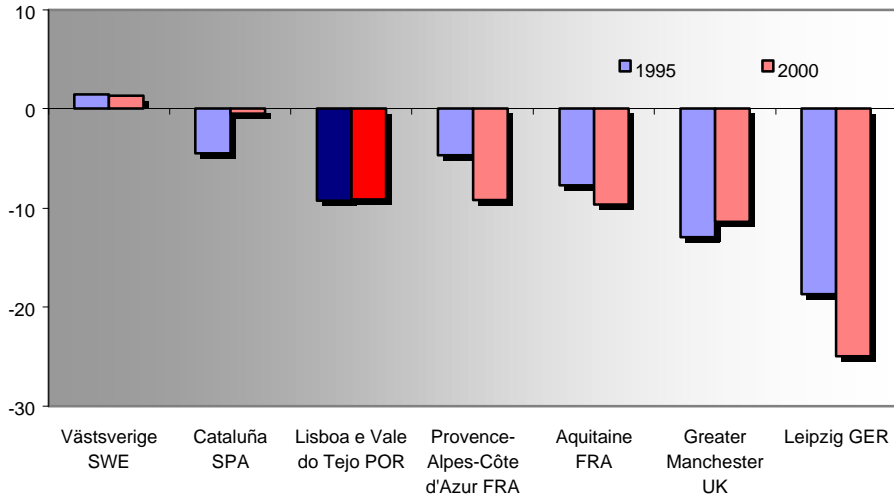
**Figura 1**  
Diferença do PIB *per capita* nas regiões capitais face à UE15 (1995/2000)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 2**

Diferença do PIB *per capita* nas regiões periféricas face à UE 15 (1995/2000)

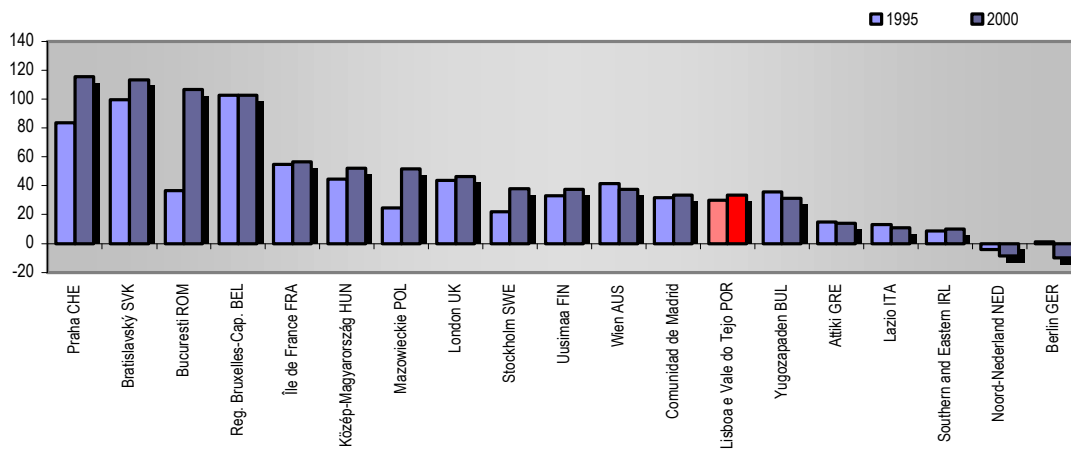


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Apesar de a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentar um diferencial positivo face à média nacional, a verdade, é que quando comparada com outras regiões capitais europeias, o destaque assumido pela Região de Lisboa e Vale do Tejo é bastante mais ténue. Isto deve-se ao facto de o grau de afastamento do PIB *per capita* regional, face à respectiva média nacional, se encontrar entre os menos significativos.

Figura 3

PIB per capita – Diferenças das regiões capitais face às médias nacionais (1995/2000)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

É ao nível da qualificação dos Recursos Humanos que a Região de Lisboa e Vale do Tejo se demarca mais pela negativa, não se aproximando de qualquer capital europeia e não havendo mesmo qualquer comparabilidade com as outras regiões não metropolitanas. A comparação é ainda mais alarmante quando confrontada com outras regiões semelhantes e não capitais, ou mesmo com os países do actual alargamento europeu.

Possuindo acima de 2/3 da população com o mais baixo nível de escolaridade e pouco mais de 10% da população com o nível 3 de escolaridade, o País e a Região demarcam-se claramente do conjunto de capitais e regiões europeias. A comparação pode ser realizada, sobretudo, com os países da Europa do Sul – Espanha, Grécia e Itália – que apesar de registarem melhores indicadores que a RLVT, manifestam também uma grande distância em relação ao conjunto europeu.

A comparação faz ainda ressaltar os países de leste, que não apresentando níveis muito elevados de escolaridade superior, têm, no entanto, uma escolarização média muito significativa.

### **a) Os níveis de instrução**

Portugal apresenta-se como o país com o nível de instrução mais baixo entre os países europeus considerados neste estudo, detendo quase 80% de população com o nível inferior de escolaridade. Os países com maior proximidade, estão, ainda assim, muito longe dos valores portugueses, como é o caso da Espanha (57,6%) e da Grécia (44,6%). Torna-se, pois, evidente, que a população com o nível mais elevado de escolaridade é reduzida. Portugal detém 9% de população com nível 3 de escolaridade, a Grécia 18,5% e a Espanha quase atinge três vezes o nível de Portugal com 25%. É de salientar que os novos países da adesão, se nem sempre reflectem fortes percentagens no nível 3 de escolarização, apresentam, no entanto, níveis médios muito elevados .

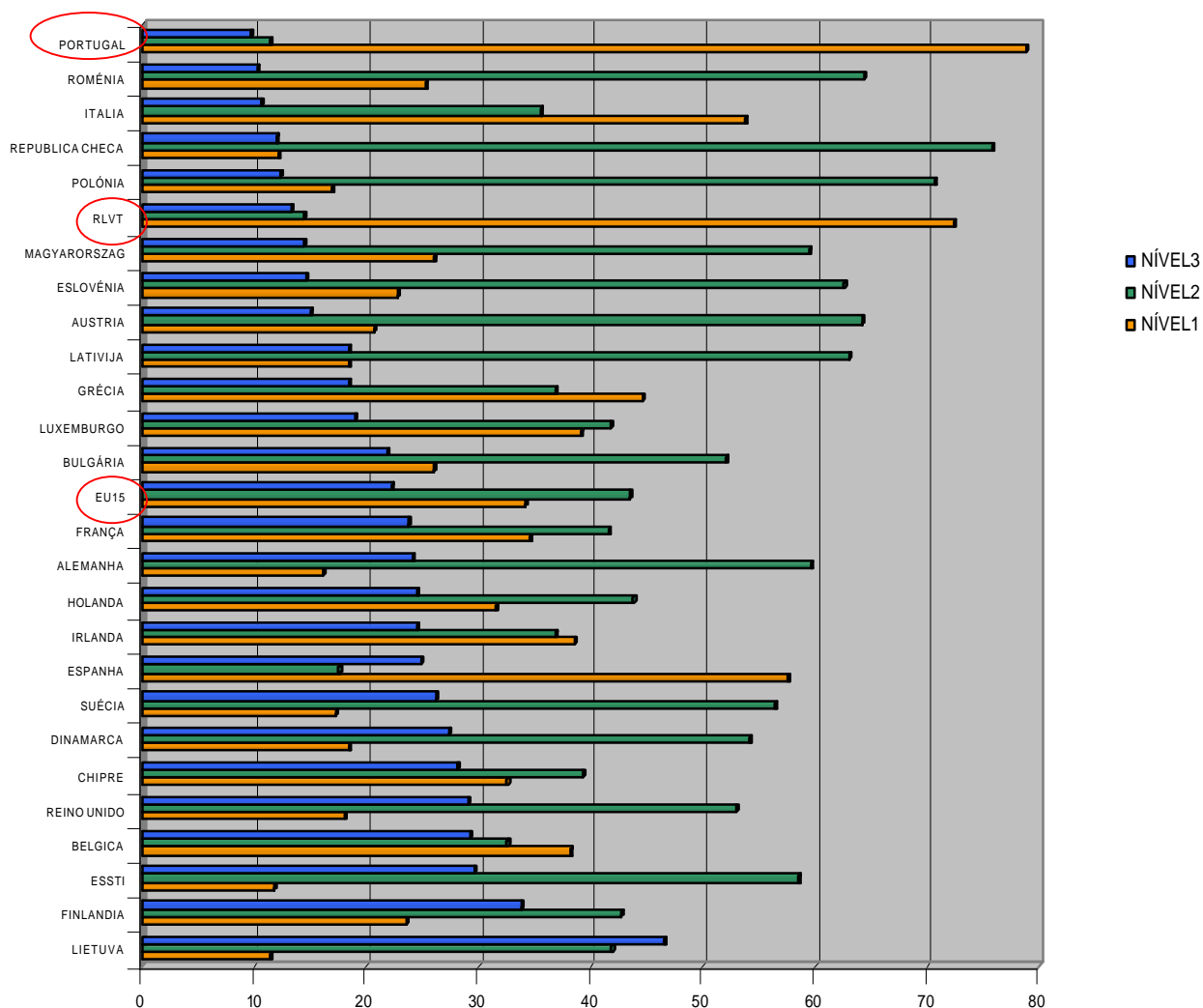
A RLVT, sendo a região mais escolarizada do país, reflecte melhores níveis de instrução, mas, mesmo assim, esses níveis estão muito abaixo dos níveis médios europeus e das regiões europeias seleccionadas para comparação. O peso relativo da população de nível menos escolarizado é de 72% e o de nível 3 é de 13,3%.

No grupo mais restrito de regiões em análise, Portugal e a RLVT não têm par no domínio das qualificações da sua população. As regiões que imediatamente se seguem à RLVT apresentam níveis

bem mais elevados (situando-se em 20% da população com nível 3 por oposição aos 13% registados para a RLVT) e são as regiões Aquitania e Provence. As regiões com níveis mais elevados neste indicador são as capitais: Helsínquia – Finlândia e Londres – Reino Unido.

Figura 4

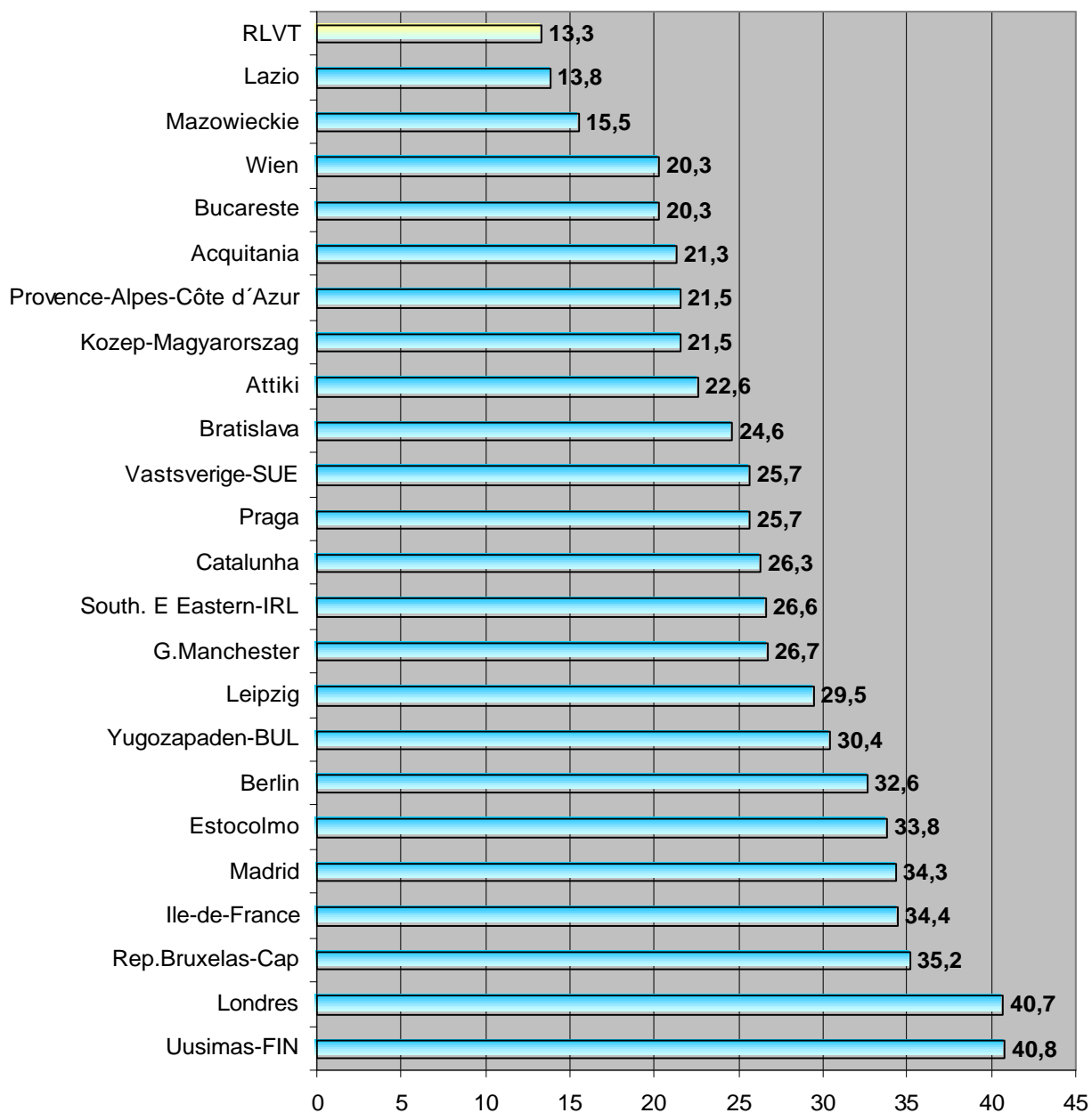
Níveis de instrução da população entre 25-59 anos, em 2001, por países (em % do total)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 5

População com nível de instrução 3, em 2001, por regiões capitais e periféricas (em %)



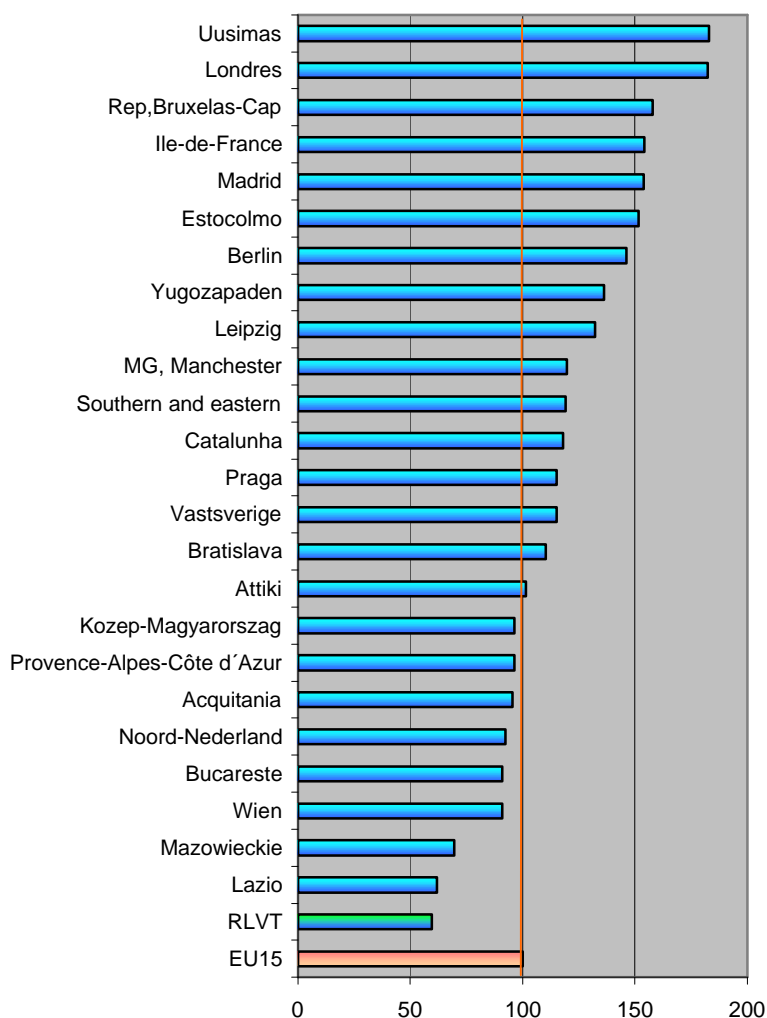
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**b) Distâncias na educação**

A comparabilidade da situação da Região face às médias europeias e face às médias nacionais apresenta um resultado inverso. De facto, se por um lado, a comparação entre a RLVT e a média europeia da população com nível 3 de instrução, reflecte bem a distância que separa a Região da média da UE 27. Inversamente, face aos baixos níveis de instrução nacionais, a RLVT apresenta uma distância menor face às médias de outras regiões portuguesas.

**Figura 6**

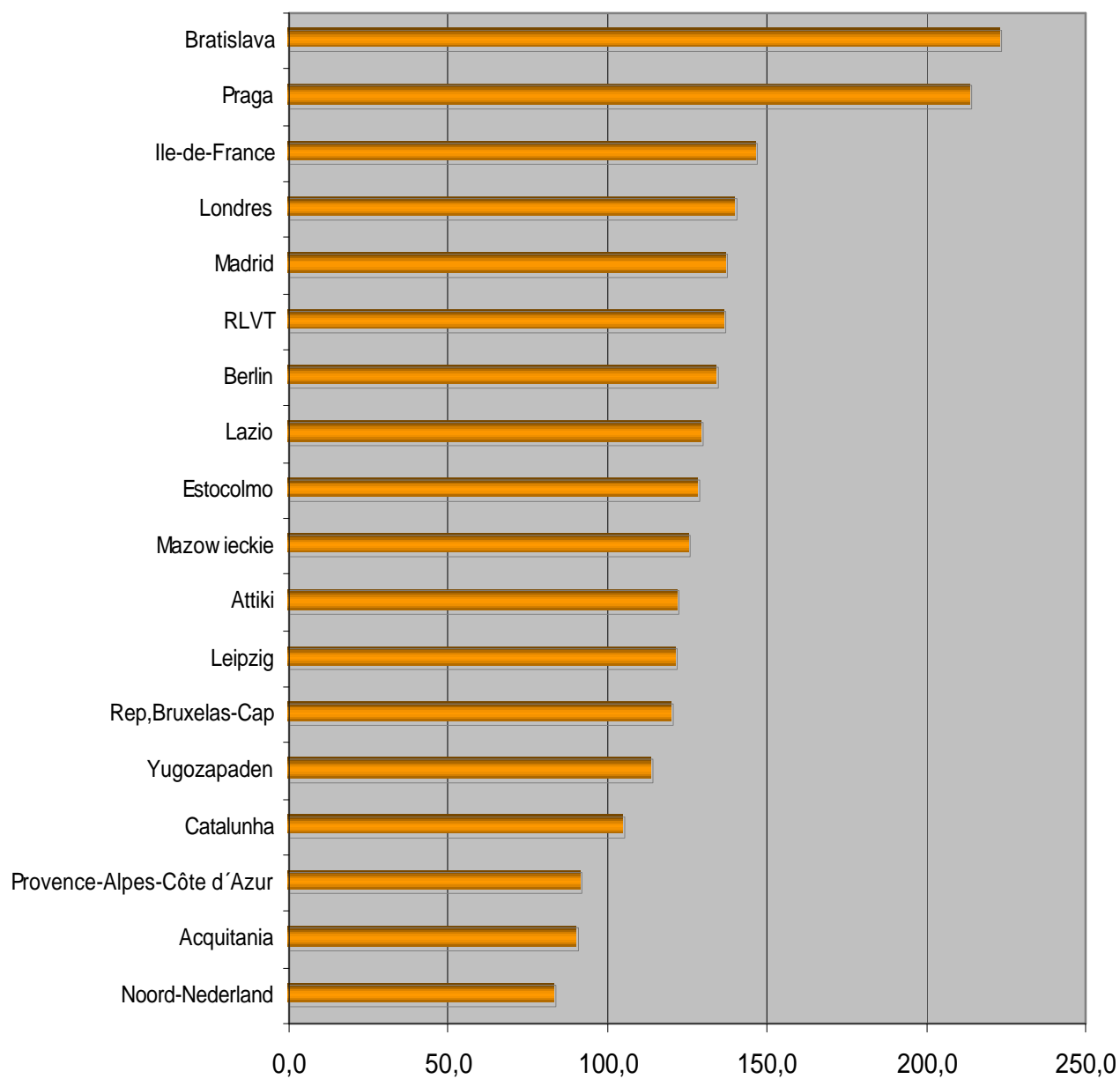
Distância à média europeia de população, em 2001, com nível 3 de instrução, por regiões (EU15 = 100)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 7

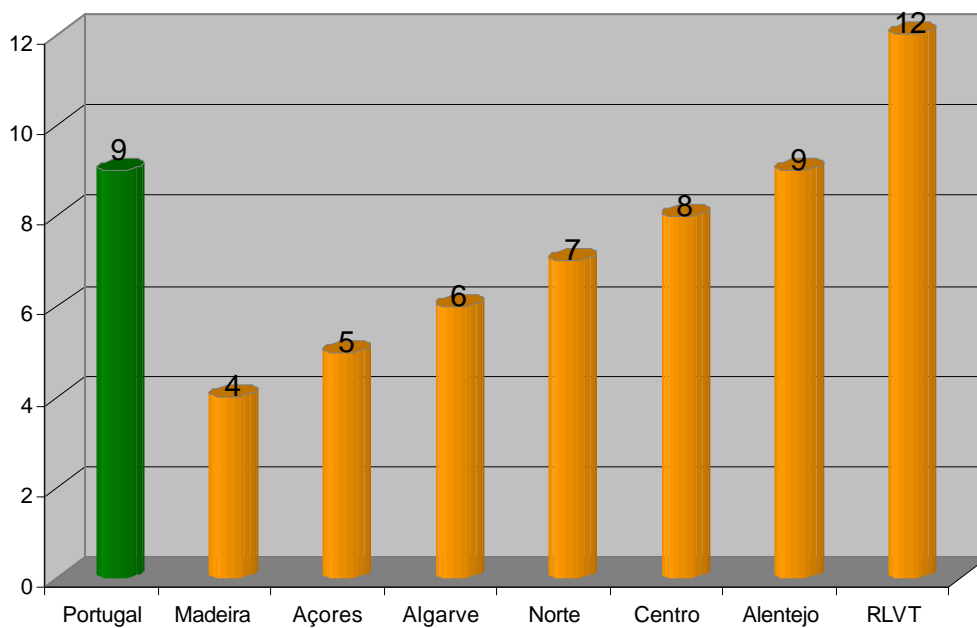
Distância às médias nacionais, em 2001, por regiões (País = 100)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 8

População entre os 25 e 64 anos com nível 3 de instrução, por NUTS II em Portugal, 2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Figura nº	Designação	Pág
<b>1</b>	Diferença do PIB <i>per capita</i> nas regiões capitais face à UE15 (1995/2000)	37
<b>2</b>	Diferença do PIB <i>per capita</i> nas regiões periféricas face à UE15 (1995/2000)	38
<b>3</b>	PIB <i>per capita</i> – Diferença das regiões capitais face às médias nacionais (1995/2000)	39
<b>4</b>	Níveis de instrução da população entre 25-59 anos, em 2001, por países (em % do total)	41
<b>5</b>	População com nível de instrução 3, em 2001, por regiões capitais e periféricas (em %)	42
<b>6</b>	Distância à média europeia de população, em 2001, com nível 3 de instrução, por regiões (EU15 = 100)	43
<b>7</b>	Distância às médias nacionais, em 2001, por regiões (país = 1000)	44
<b>8</b>	População entre os 25 e 64 anos com nível 3 de instrução, por NUTS II em Portugal, 2000	45

DOMÍNIO TERRITÓRIO

C.2



A escassez da informação estatística disponível ao nível das NUTS II não permite comparar as regiões da UE 27, no que se refere aos vários aspectos considerados no domínio “Território”.

A primeira dimensão, “Ordenamento do Território”, não pôde mesmo ser ilustrada por qualquer indicador relevante nas suas várias sub-dimensões: conservação e preservação ambiental, conservação e preservação patrimonial, organização do território.

Quanto à dimensão “Condições de Mobilidade e Atracção”, será analisada através de dois indicadores – densidade de auto-estradas e vítimas mortais de acidentes rodoviários – que, pela sua natureza, são de certo modo transversais às três sub-dimensões consideradas: acessibilidades, conectividade e atractividade.

Finalmente, a dimensão “Qualidade de Vida” será avaliada a partir de três indicadores: resíduos sólidos urbanos recolhidos *per capita*; percentagem de resíduos sólidos urbanos destinados a lixeiras; consumo de água *per capita*.

O *Anuário Estatístico das Regiões* de 2002 editado pelo Eurostat inclui, pela primeira vez, um capítulo especificamente dedicado a questões ambientais, situação que permitiu avaliar com algum significado a sub-dimensão “qualidade ambiental geral”. Já as duas restantes sub-dimensões – áreas rurais e áreas urbanas - não poderão ser avaliadas, apesar de existir naquele documento um capítulo sobre questões agrícolas e mesmo, pela primeira vez, um outro sobre questões urbanas. O insuficiente grau de desagregação espacial da informação disponibilizada não permite, no entanto, que se efectuem comparações ao nível das NUTS II.

As análises comparativas que se seguem encontram-se estruturadas de forma idêntica para cada um dos indicadores considerados:

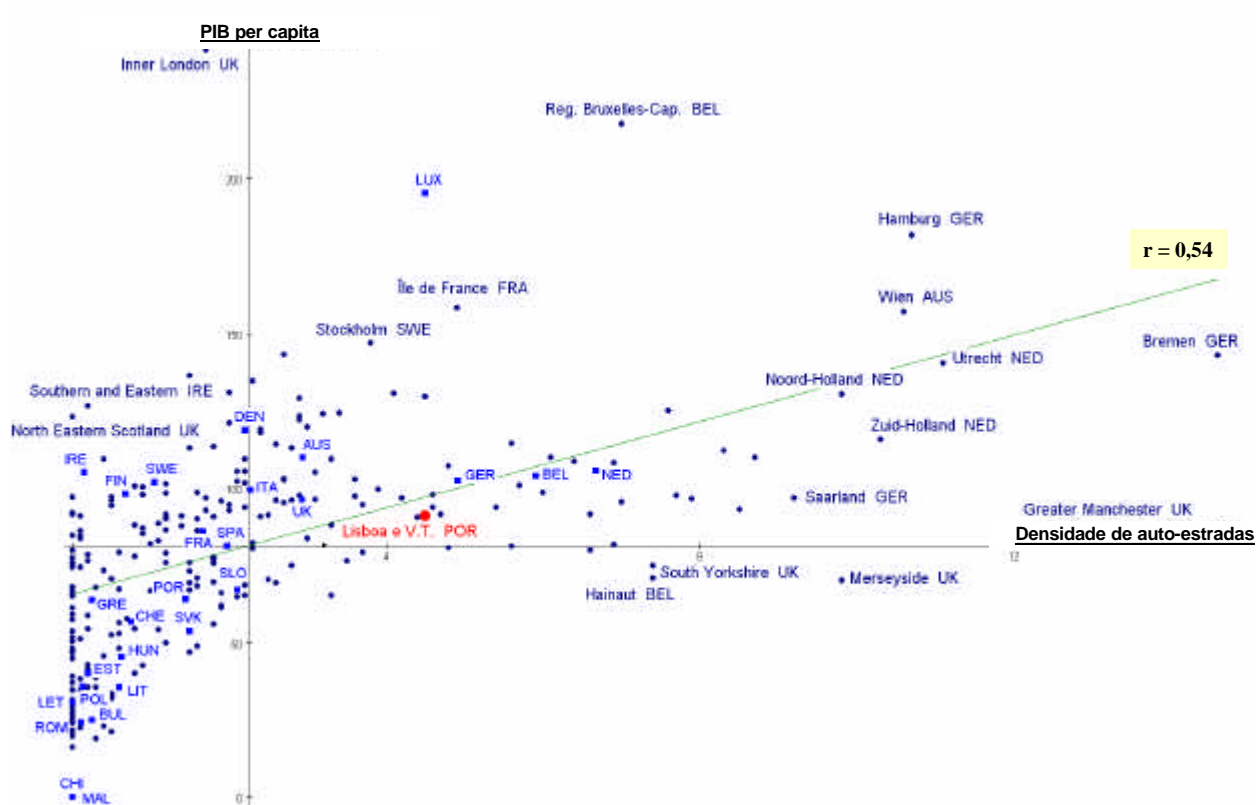
- a) Caracterização geral da relação que se estabelece para o conjunto das regiões NUTS II da EU 27 entre o indicador em causa e indicadores gerais de desenvolvimento;
- b) Posicionamento relativo da RLVT no contexto europeu, nomeadamente em relação às regiões com capitais nacionais e a um leque de regiões periféricas de referência;
- c) Posicionamento relativo da RLVT face ao país.

### a) Densidade de auto-estradas

A densidade de auto-estradas (total de km de auto-estrada por km<sup>2</sup>) é geralmente considerada um indicador significativo de competitividade e desenvolvimento regional. Tomando como referência os dados de 2000 relativos às 265 regiões NUT II da UE 27 (Figuras 1 e 2), verifica-se, na realidade, que existe uma estreita associação estatística deste indicador, tanto com o PIB *per capita* (índice de correlação  $r=+0.54$ ), como com os níveis de escolaridade mais elevados da população adulta com 25 a 59 anos ( $r=+0.35$ ).

**Figura 1**

Relação entre PIB *per capita*, em 2000 (UE15=100) e densidade de auto-estradas (Km por Km<sup>2</sup>), em 2000, nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

De uma forma genérica, a densidade de auto-estradas correlaciona-se fortemente com a urbanização e, sobretudo, com a metropolização. Não admira (Figura 3), por isso, que o valor atingido pela Região de

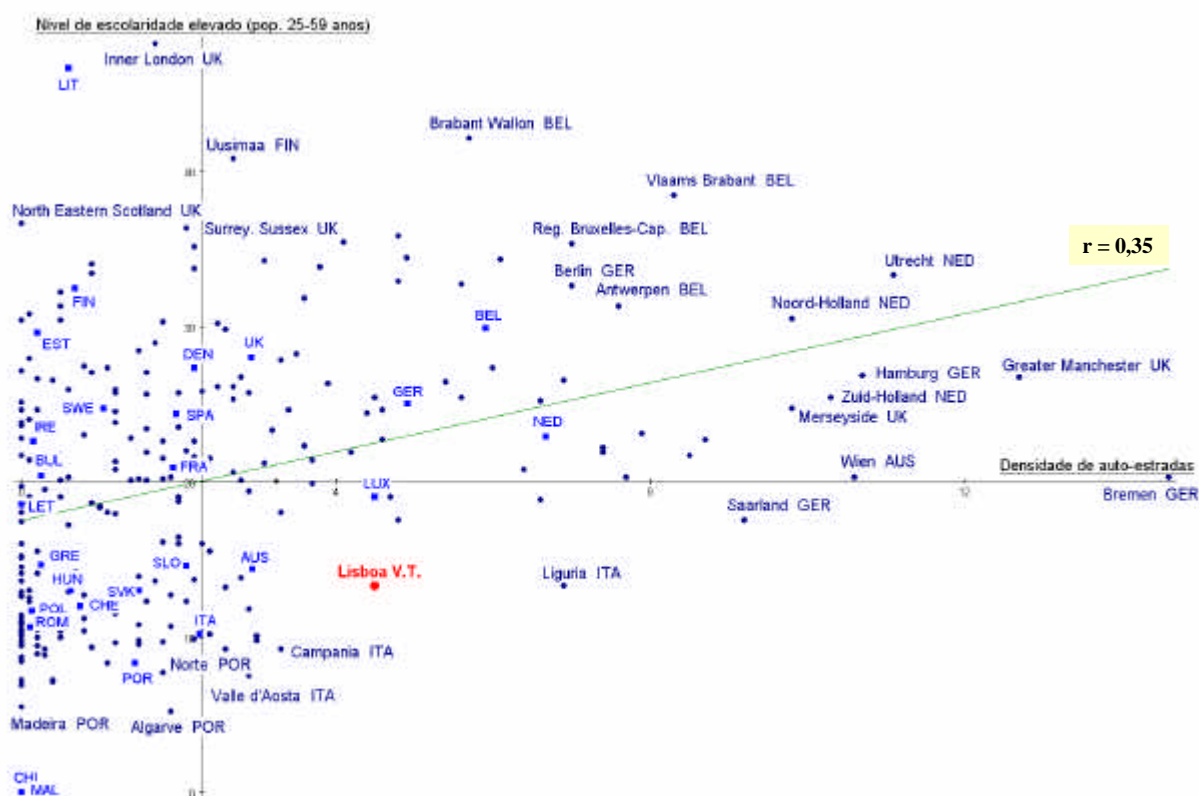
## C.2.2 – CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

Lisboa e Vale do Tejo (4,4) seja superior à média da UE dos 15 (2,7) e mais de três vezes superior à média nacional (1,6). É também esta razão que explica que os resultados obtidos nas regiões com capitais sejam sistematicamente superiores às respectivas médias nacionais, embora, no cômputo geral, o diferencial não seja dos mais significativos no caso da RLVT.

No contexto das regiões de referência, o valor da RLVT pode ser considerado médio-elevado, tanto para as regiões com capitais nacionais, como para as regiões de localização periférica.

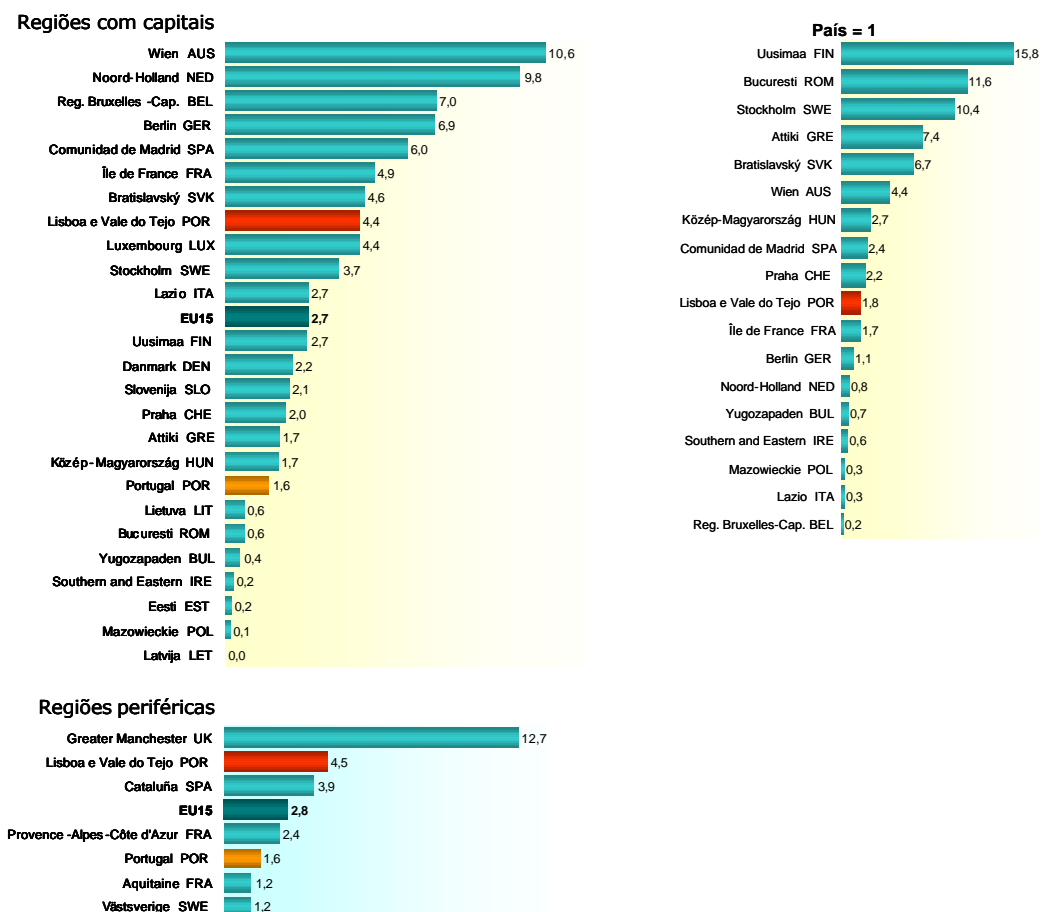
**Figura 2**

Relação entre nível de escolaridade elevado (% pop. 25-59 anos), em 2001 e densidade de auto-estradas (Km por Km<sup>2</sup>), em 2000, nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 3**  
Densidade de auto-estradas (Km por 100 Km<sup>2</sup>) 2000 nas regiões de referência (capitais e periféricas)



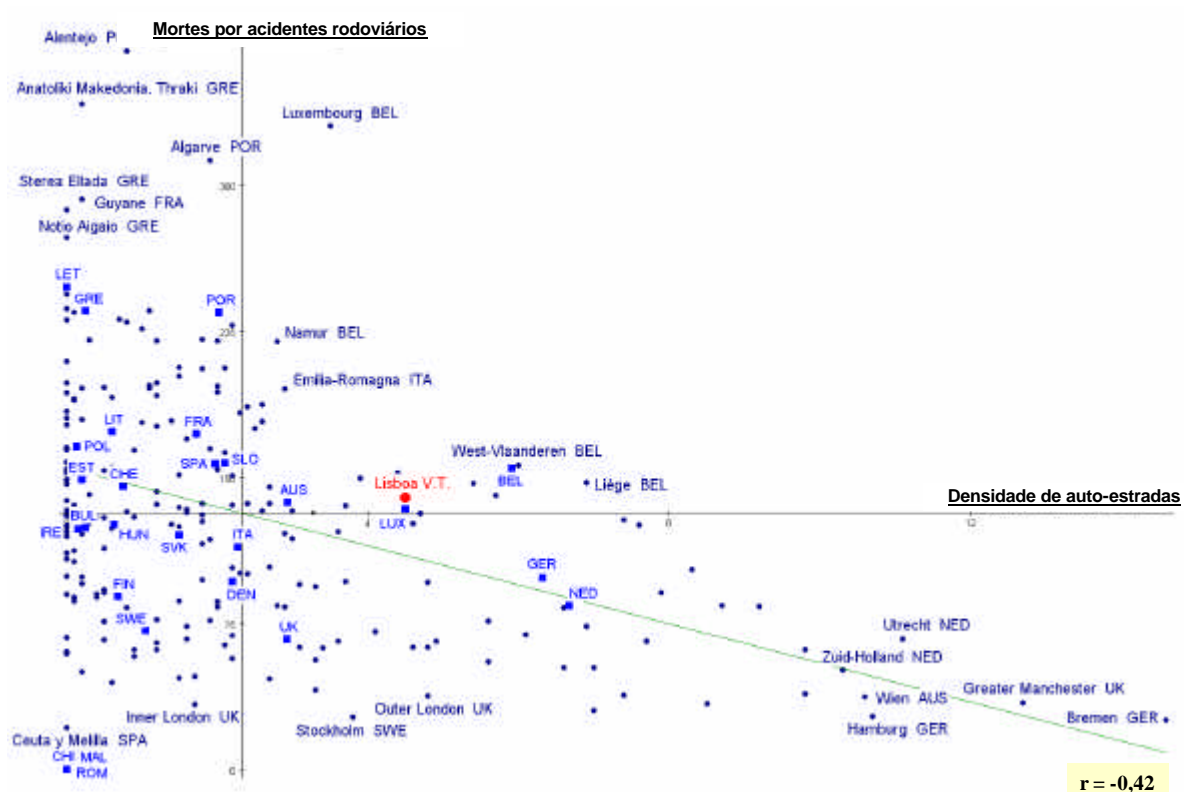
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**b) Vítimas mortais de acidentes rodoviários**

O total de acidentes mortais provocados por acidentes rodoviários constitui um indicador directo da segurança nas estradas e um indicador indirecto de níveis de desenvolvimento, numa óptica que abarca um conjunto diversificado de factores, desde a qualidade da rede viária, à cultura de condução prevalente. Significativamente (Figuras 4, 5 e 6), a incidência relativa deste tipo de vítimas mortais (total de mortes ocorridas até 30 dias após o acidente por um milhão de habitantes) varia na razão inversa da densidade de auto-estradas ( $r = - 0.42$ ), do PIB *per capita* ( $r = - 0.41$ ) e dos níveis mais elevados de instrução ( $r = - 0.39$ ).

**Figura 4**

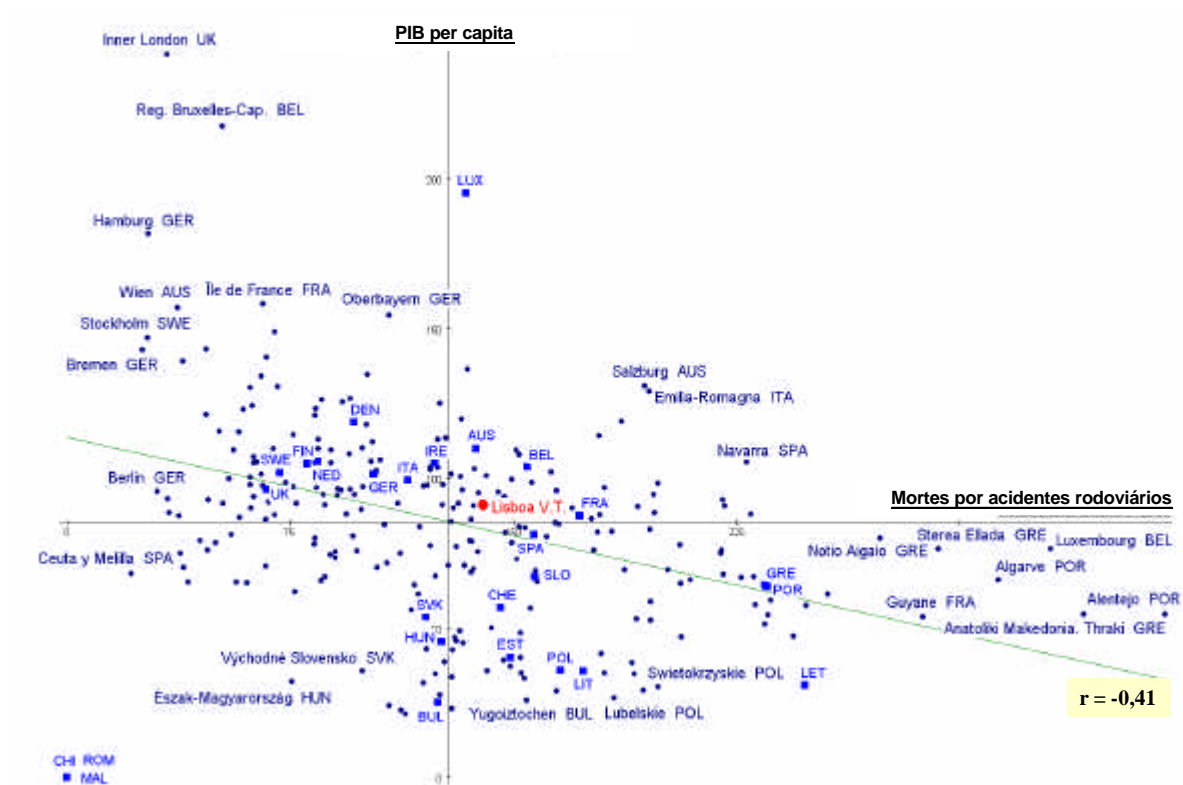
Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes, em 1999 e densidade de auto-estradas (Km por Km<sup>2</sup>), em 2000, nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 5

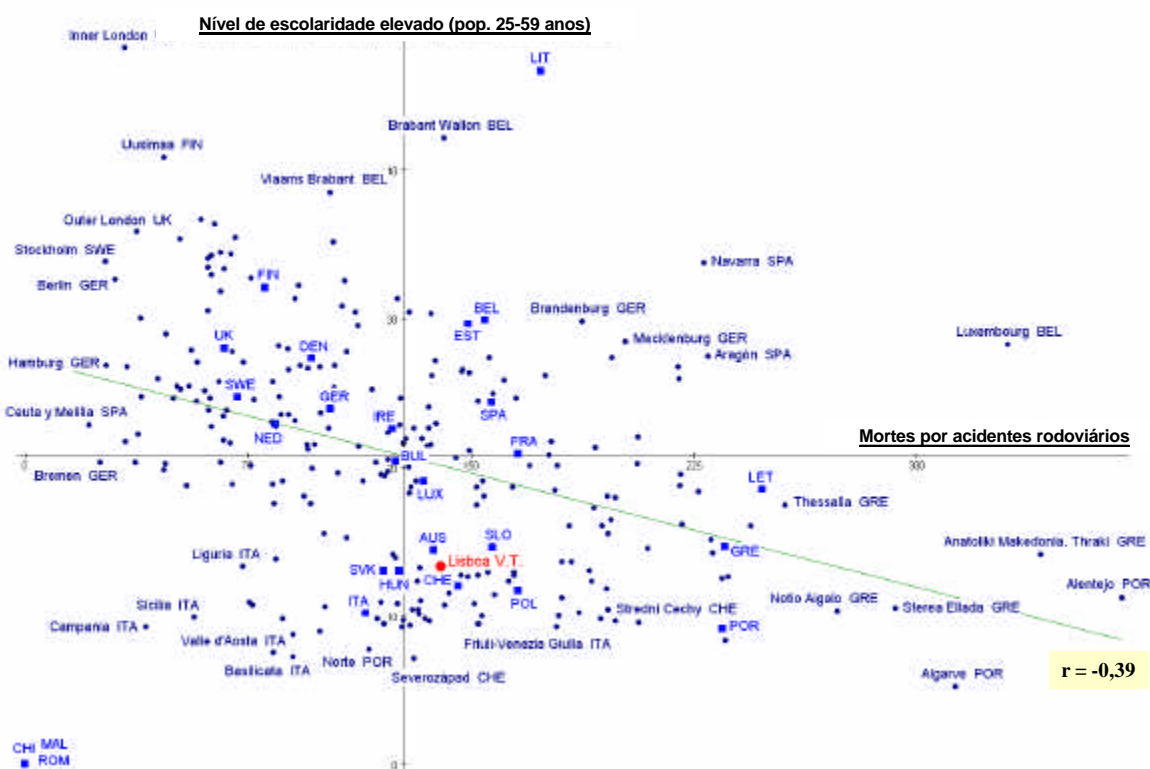
Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes, em 1999 e PIB per capita, em 2000 (UE15=100), nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 6

Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes, em 1999 e nível de escolaridade elevado (% pop. 25-59 anos), em 2001, nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

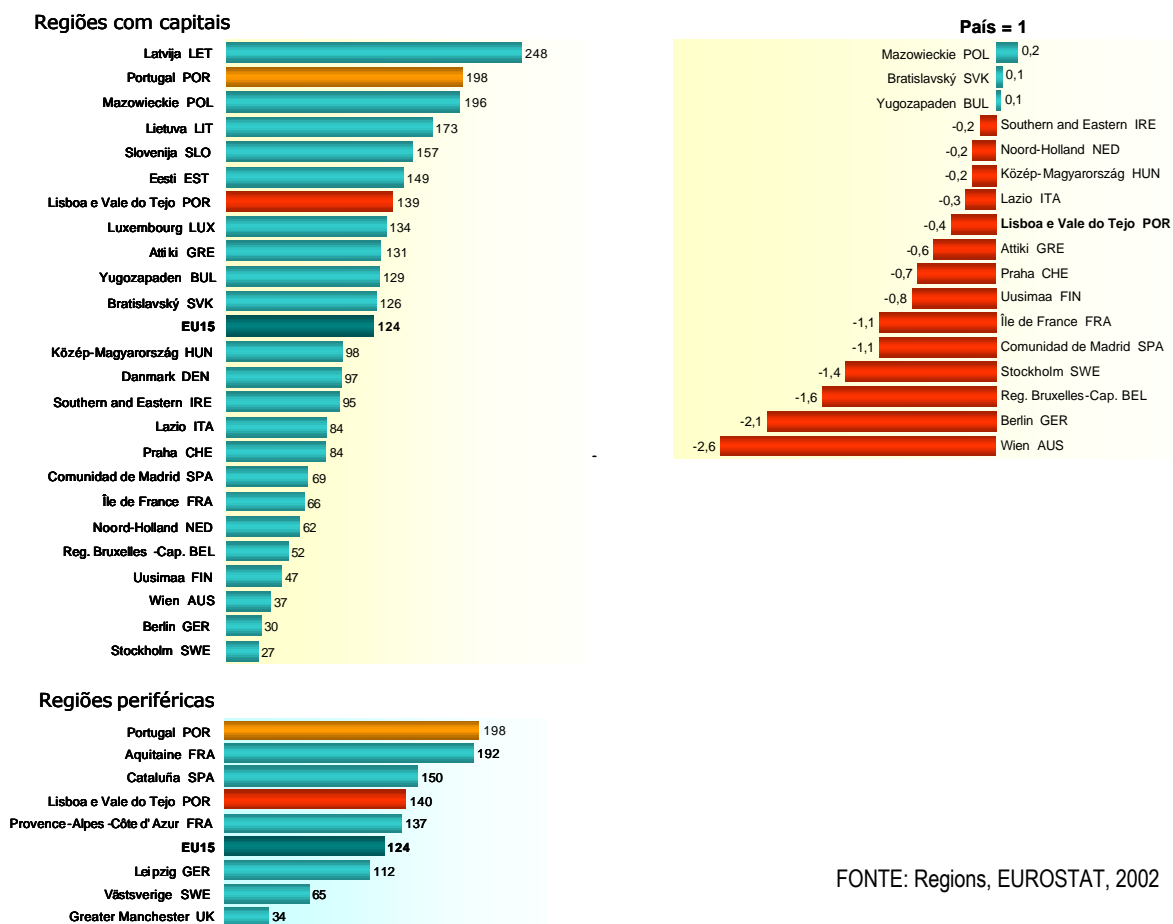
## C.2.2 – CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, em 1999, um valor superior à média da UE dos 15 (139 vs. 124), mas bastante inferior à média nacional (198). Ainda assim, e se tivermos em linha de conta o facto de um número significativo de regiões com capitais revelarem valores bastante inferiores às respectivas médias nacionais (Figura 7), seria de esperar que a RLVT se demarcasse de forma mais positiva do resultado obtido ao nível do conjunto do país.

No contexto das regiões de referência, a RLVT ocupa uma posição média-elevada, partilhando valores idênticos com várias regiões-capitais da Europa de Leste e com regiões periféricas da Europa do Sul. Considerando a recta de regressão correspondente a cada uma das correlações acima identificadas, verifica-se que o total de vítimas mortais por acidentes rodoviários em 1999 na RLVT ultrapassa o valor expectável para regiões com a mesma densidade de auto-estradas e o mesmo PIB *per capita*, mas curiosamente fica aquém dos resultados esperados para regiões com a mesma incidência relativa dos graus mais elevados de instrução.

Figura 7

Mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes, em 1999, nas regiões de referência

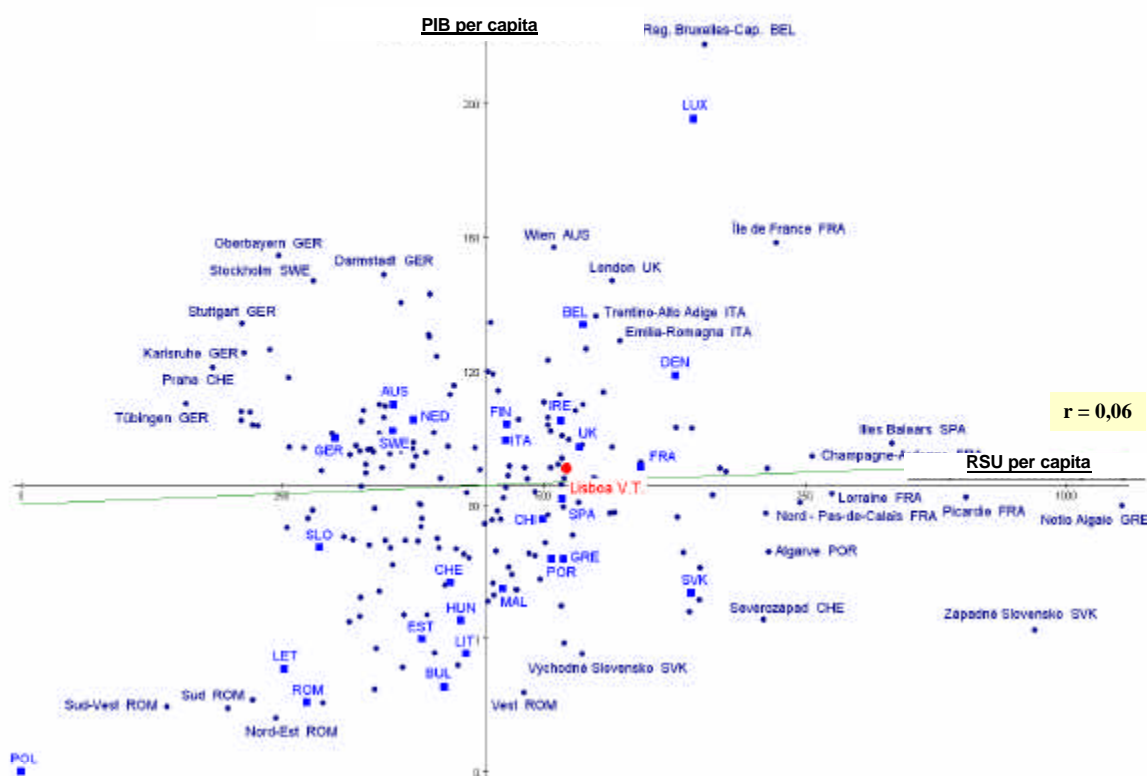


a) Resíduos sólidos recolhidos (autarquias locais)

Existe, tendencialmente, uma correlação positiva entre o total de RSU recolhidos *per capita* e o PIB *per capita*, dado que, quanto mais economicamente afluente é uma região, mais intensa tende a ser a produção de lixo. Contudo, as excepções a esta associação são suficientemente numerosas para impedir qualquer tentativa de generalizar este tipo de causalidade (Figura 8). Na realidade, factores como o comportamento dos cidadãos, ou a presença significativa de população temporária (regiões turísticas), podem alterar de forma relevante a relação acima sublinhada. A prova-lo está o facto de muitas regiões alemãs e suecas revelarem índices relativos de produção de lixo bastante inferiores ao que seria de esperar tendo em conta o seu nível económico, passando-se justamente o contrário em várias regiões da Europa do Sul e do Leste.

Figura 8

Relação entre PIB *per capita*, em 2000 (UE15=100) e RSU recolhidos *per capita* (kg), em 1999, nas regiões da UE 27



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

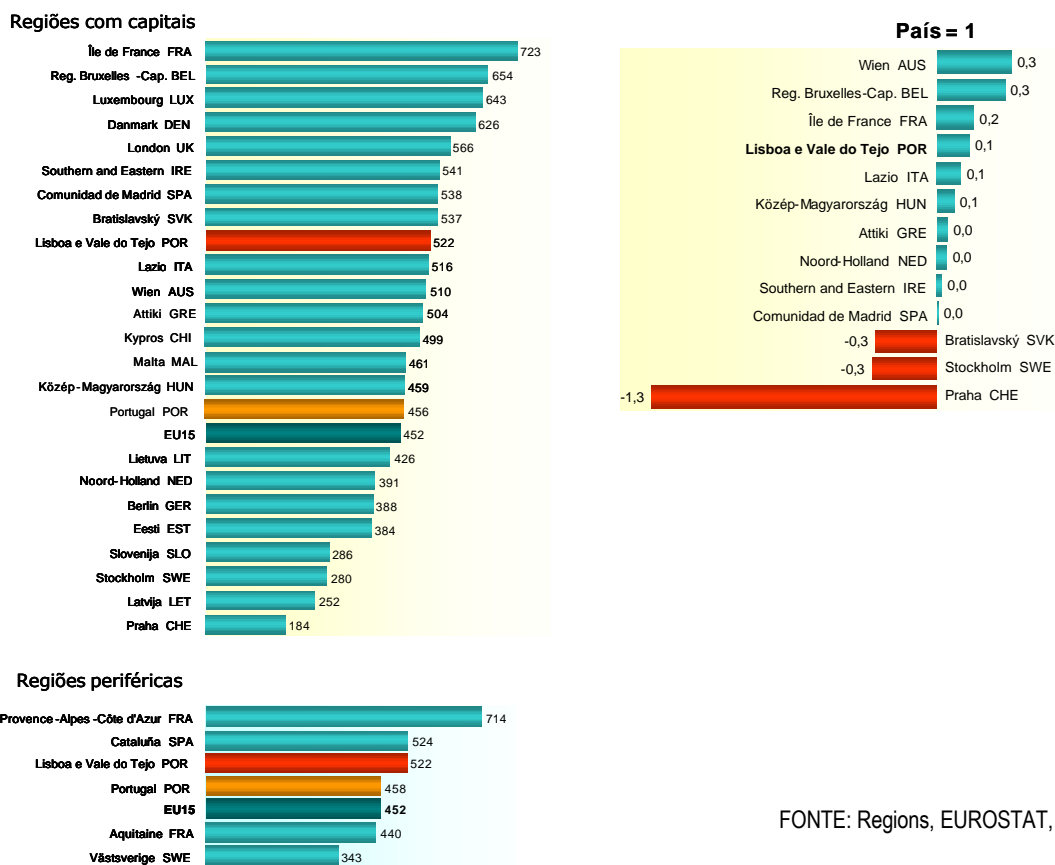
## C.2.3 – QUALIDADE DE VIDA

Em 1999 foram recolhidos na RLVT perto de 522 kg. de lixo por habitante, um valor cerca de 15% superior à média do País (456) e da UE dos 15 (452).

O valor apresentado pela RLVT pode ser considerado médio-elevado, quer no contexto das regiões-capitais, quer nas regiões periféricas, retidas para comparação (Figura 9). No primeiro caso, destacam-se, com totais particularmente elevados, algumas das metrópoles europeias mais abertas ao exterior, como Paris, Bruxelas ou Londres. No segundo caso, o valor elevadíssimo de Provence-Alpes-Côte d’Azur confirma o impacte das actividades turísticas neste domínio. O efeito conjugado destes dois factores (metropolização e internacionalização) permite prever que, no futuro próximo, a RLVT tenderá a apresentar valores semelhantes aos que actualmente se verificam nas regiões que incluem cidades como Dublin ou Madrid. Assinale-se, por último, que neste domínio o comportamento da RLVT se demarca pouco da média nacional, uma característica que partilha com um número significativo de outras regiões com capitais.

**Figura 9**

RSU recolhidos por ano e *per capita* (Kg), em 1999, nas regiões de referência



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

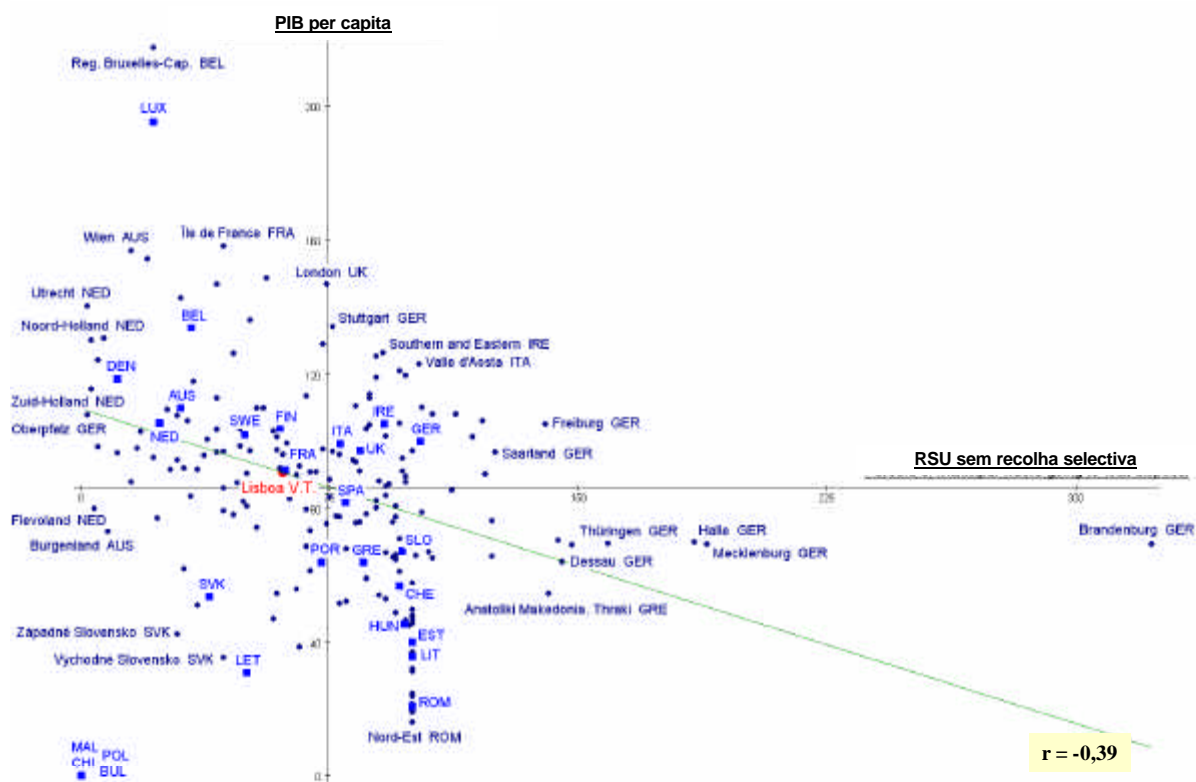
**b) Resíduos sólidos destinados a lixeiras (autarquias locais)**

Por razões bem conhecidas, as lixeiras constituem um destino para os RSU recolhidos pelas autarquias locais, que tende a ser substituído por outras soluções ambientalmente mais adequadas (incineração, reciclagem, compostagem). Pode, por isso, antever-se a existência de uma relação globalmente negativa entre níveis de desenvolvimento e importância relativa das lixeiras como destino final dos RSU.

Na verdade, e à excepção das regiões da antiga República Democrática Alemã (com uma presença muito expressiva de lixeiras para o grau de desenvolvimento que possuem), verifica-se uma associação negativa estatisticamente significativa entre os valores regionais de PIB *per capita* e a intensidade do recurso a lixeiras.

**Figura 10**

Relação entre PIB *per capita*, em 2000 (UE15=100) e RSU destinados a lixeiras (%), em 1999, nas regiões da UE 27

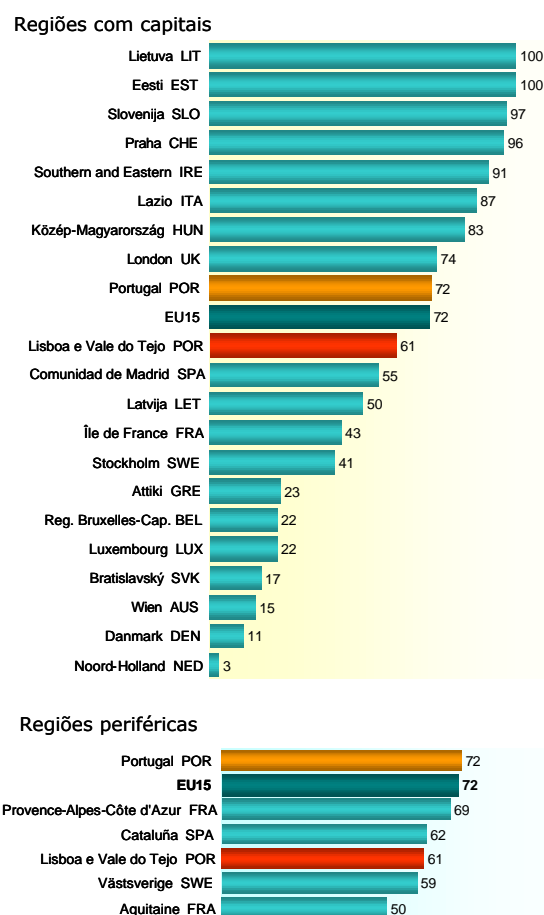


Coefficiente de correlação (r) com exclusão das regiões alemãs da ex-RDA = - 0,41

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Em 1999, a percentagem de RSU transportados para lixeiras na RLVT (61%) é inferior à média da UE dos 15 e do País (72% em ambos os casos). A sua posição relativa é, no entanto, negativa, quando comparada com as regiões da maior parte das capitais da Europa Central e do Norte (Figura 11). Mesmo cidades como Bratislava (Europa de Leste) e Atenas (Europa do Sul) revelam situações bastante mais favoráveis. Já no que se refere às regiões periféricas retidas para comparação, a RLVT ocupa uma posição intermédia, muito próxima da Catalunha/Barcelona e de Västsverige/Gotemburgo.

**Figura 11**  
RSU destinados a lixeiras (%), em 1999, nas regiões de referência



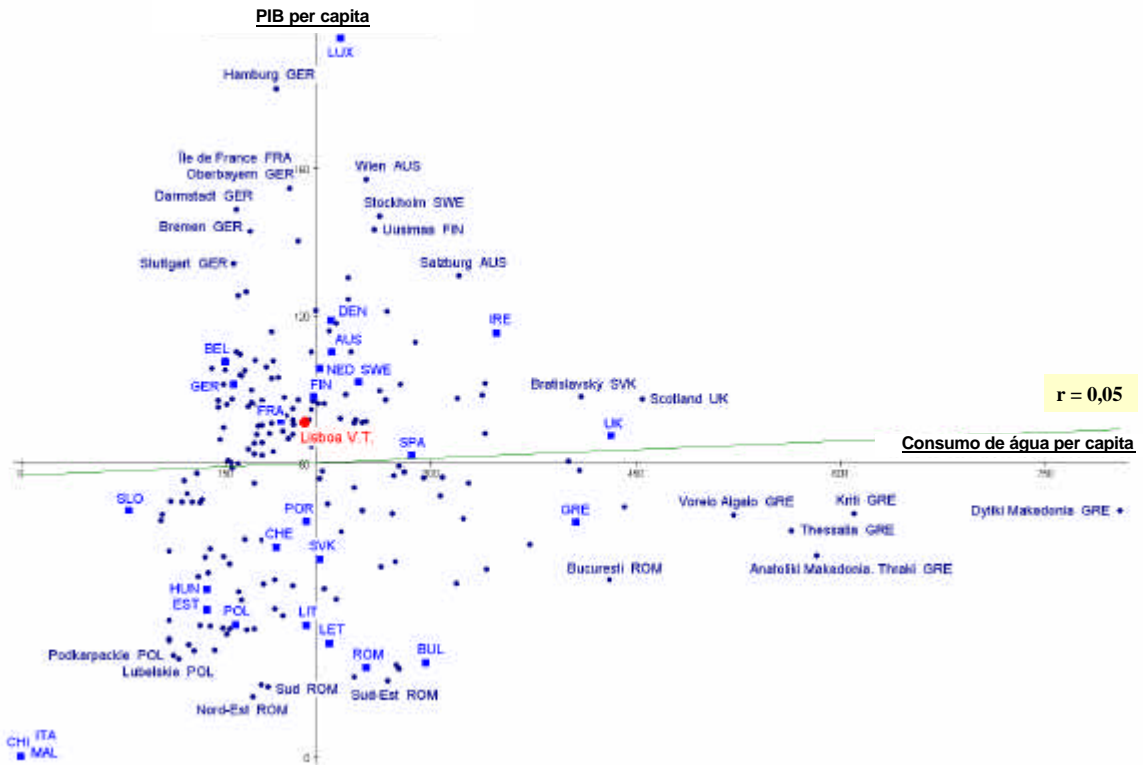
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### c) Consumo de água

O consumo *per capita* de água proveniente da rede de abastecimento pública traduz um jogo complexo de factores. Em termos genéricos, o nível de desenvolvimento é acompanhado por uma melhor cobertura das redes públicas de abastecimento (com conseqüente recuo das formas de auto-abastecimento) e por consumos mais intensos, traduzindo-se, por isso, por capitações mais elevadas. Mas vários factores impedem que se verifique uma relação linear entre desenvolvimento e capitação dos consumos de água proveniente da rede pública. Por um lado, práticas prudentes de consumo de recursos não renováveis, ou graus mais intensos de utilização de água engarrafada, podem implicar que regiões com níveis de vida mais favoráveis apresentem consumos *per capita* mais baixos do que seria de esperar. Em sentido oposto, o uso de água para fins produtivos (agricultura, actividades artesanais e outras desenvolvidas no domicílio), ou o impacto do turismo, explicam a ocorrência de capitações de consumo relativamente elevadas face aos níveis de desenvolvimento existentes, como sucede, por exemplo, em diversas regiões da Bulgária, da Roménia e, sobretudo, da Grécia.

Figura 12

Relação entre PIB *per capita*, em 2000 (UE15=100) e consumo público de água *per capita*, em 1998 nas regiões da UE 27



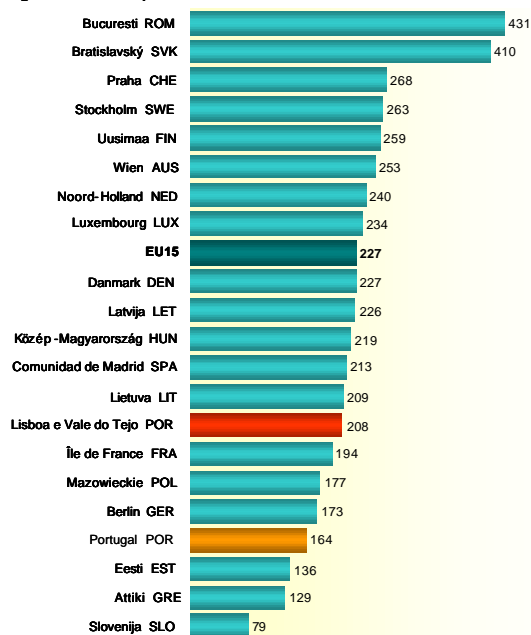
Coefficiente de correlação (r) com exclusão das regiões gregas = 0,19

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

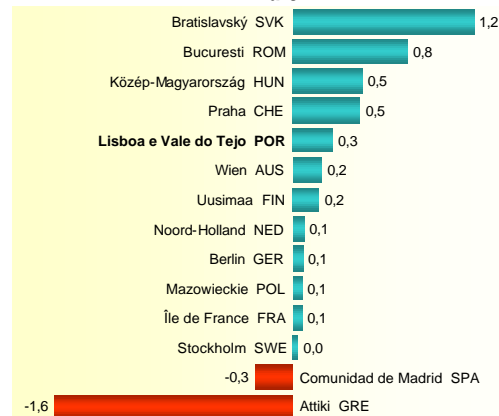
Em 1998 o consumo de água *per capita* na RLVT foi de 208 litros, um valor mais próximo da média comunitária (227) do que da média nacional (164). Trata-se de um valor médio-baixo, tanto no contexto das regiões-capitais, como das regiões periféricas retidas para comparação (Figura 13). O actual nível de desenvolvimento da RLVT e as tendências em curso do ponto de vista do comportamento dos consumidores indiciam, no entanto, um potencial de acréscimo com algum significado. Não parece, por isso, improvável que a capitação de consumo doméstico de água atinja, ainda durante a primeira metade desta década, valores próximos da presente média da UE dos 15.

**Figura 13**  
Consumo público de água *per capita*, em 1998, nas regiões de referência

**Regiões com capitais**



**País = 1**



**Regiões periféricas**



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Embora escassos, os indicadores do domínio “Território” confirmam a integração da Região de Lisboa e Vale do Tejo na classe E - “Regiões Intermédias em Consolidação” da tipologia geral das regiões NUTS II da UE 27. Na realidade, os vários indicadores considerados tendem a ocupar, conforme a sua natureza, posições médio-elevadas ou médio-baixas em relação, tanto à média da UE 15, como aos valores das regiões com capitais nacionais ou de localização periférica retidas como referência. Em termos genéricos, os valores médios da UE dos 15, no que se refere a indicadores gerais de desenvolvimento e os resultados das regiões periféricas com capitais nacionais (Dublin e Madrid), no que toca a aspectos de características mais metropolitanas, representam metas a atingir a breve prazo. A RLVT não poderá deixar de ambicionar integrar a Classe D da tipologia acima referida, que engloba as “Regiões Intermédias Consolidadas”.

## C.2 - Índice de Figuras

Figura nº	Designação	Pág
1	Relação entre PIB <i>per capita</i> 2000 (UE15 = 100) e densidade de auto-estradas (Km por Km <sup>2</sup> ) 2000, nas regiões da UE 27	50
2	Relação entre o nível de escolaridade elevado (% de pop. 25 – 59 anos) 2001 e, a densidade de auto-estradas (Km por Km <sup>2</sup> ) 2000, nas regiões da UE 27	51
3	Densidade de auto-estradas (Km por 100Km <sup>2</sup> ) 2000, nas regiões de referência (capitais e periféricas)	52
4	Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes 1999 e, densidade de auto-estradas (Km por Km <sup>2</sup> ) 2000, nas regiões da UE 27	53
5	Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes 1999 e, PIB <i>per capita</i> 2000 (UE15 = 100), nas regiões da EU 27	54
6	Relação entre mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes 1999 e, nível de escolaridade elevado (% de pop. 25 – 59 anos) 2001, nas regiões da EU 27	55
7	Mortes por acidentes rodoviários por milhão de habitantes 1999, nas regiões de referência (capitais + periféricas)	56
8	Relação entre PIB <i>per capita</i> 2000 (UE15 = 100) e, RSU recolhidos <i>per capita</i> (kg) 1999 nas regiões da EU 27	57
9	RSU recolhidos por ano e <i>per capita</i> (kg) 1999 nas regiões de referência	58
10	Relação entre PIB <i>per capita</i> 2000 (UE15 = 100) e, RSU destinados a lixeiras (%) 1999, nas regiões da EU 27	59
11	RSU destinados a lixeiras (%) 1999, nas regiões de referência (capitais + periféricas)	60
12	Relação entre PIB <i>per capita</i> 2000 (UE15 = 100) e, consumo público de água <i>per capita</i> 1998, nas regiões da EU 27	62
13	Consumo público de água <i>per capita</i> 1998, nas regiões de referência	63



DOMÍNIO PESSOAS

C.3



A intenção deste relatório é a de comparar a “qualidade de vida”, especificamente no que concerne ao emprego, entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo face a outras regiões europeias semelhantes. De facto, a comparação da principal Região metropolitana com as médias nacionais – ou outras regiões nacionais – desvirtua a comparabilidade, devido à especificidade e função única desta região no contexto nacional. Optou-se, assim, por seleccionar um conjunto de indicadores de capitais europeias e regiões europeias com algumas semelhanças<sup>2</sup>.

Infelizmente, as informações disponíveis para estes níveis regionais, fundamentalmente retirados do *Regions – Eurostat, 2002*, revelam-se muito insuficientes para a dimensão de análise do Emprego e Coesão Social.

Recorreu-se a 3 tipos de indicadores com alguma relação: demográficos; emprego/desemprego; saúde.

Ao nível demográfico, analisaram-se as densidades, crescimentos da população e estrutura etária.

No contexto da dimensão dos recursos humanos – e porque na introdução ao relatório foram analisadas as questões da educação – a atenção foi centrada sobre a evolução do emprego e do desemprego e foram analisadas as taxas de actividade, bem como alguns indicadores de precariedade de emprego.

Infelizmente, para a dimensão qualidade de vida, apenas foi possível recorrer a indicadores de saúde: taxas de mortalidade infantil e número de médicos por habitante.

---

<sup>2</sup> Aliás, a tentativa de encontrar metodologias de comparabilidade face à qualidade de vida e a consequente produção de um sistema de indicadores europeus que permitam essa comparabilidade é uma preocupação europeia. Salienta-se o relatório da Comissão Europeia, “The quality of life in the cities and regions of the European Union: Indicators – proceedings of the Barcelona Seminar”, 1999, Eurostat. Ver ainda de Michel Poulain, 1999, “L’offre et la demande en matière de statistiques urbaines, GÉDAP, UCL, Eurostat.

As dinâmicas demográficas, não sendo indicadores directos de qualidade de vida, são, no entanto, condicionadores de grande parte das dinâmicas sócio-económicas, sejam elas do emprego/desemprego ou do esforço de protecção social.

A comparação das dinâmicas demográficas na RLVT com as capitais europeias e regiões similares manifesta alguma estagnação do crescimento populacional. No entanto, nos últimos anos, tem-se verificado um ligeiro acréscimo em resultado de fenómenos migratórios. De facto, o crescimento é hoje baixo, mas positivo em todas as taxas – crescimento total, crescimento natural e saldo migratório – mas é, sobretudo, devido a este último indicador que se deve o crescimento da população da RLVT.

Apesar destes valores mais positivos (o crescimento é de 0,68% nos últimos 5 anos, portanto ainda muito baixo), manifesta-se com alguma clareza o envelhecimento progressivo da população, sobretudo através do peso das idades intermédias, mais do que do peso do escalão mais idoso. Isto significa um progressivo envelhecimento, que se agravará se as tendências actuais se mantiverem.

#### **a) Densidade populacional: RLVT, uma densidade média**

Como indicador para a qualidade de vida, a densidade populacional não oferece leitura significativa, devido ao facto de estar intimamente ligada à história das regiões, bem como à topografia dos lugares, não referenciando os impactes potenciais da concentração populacional.

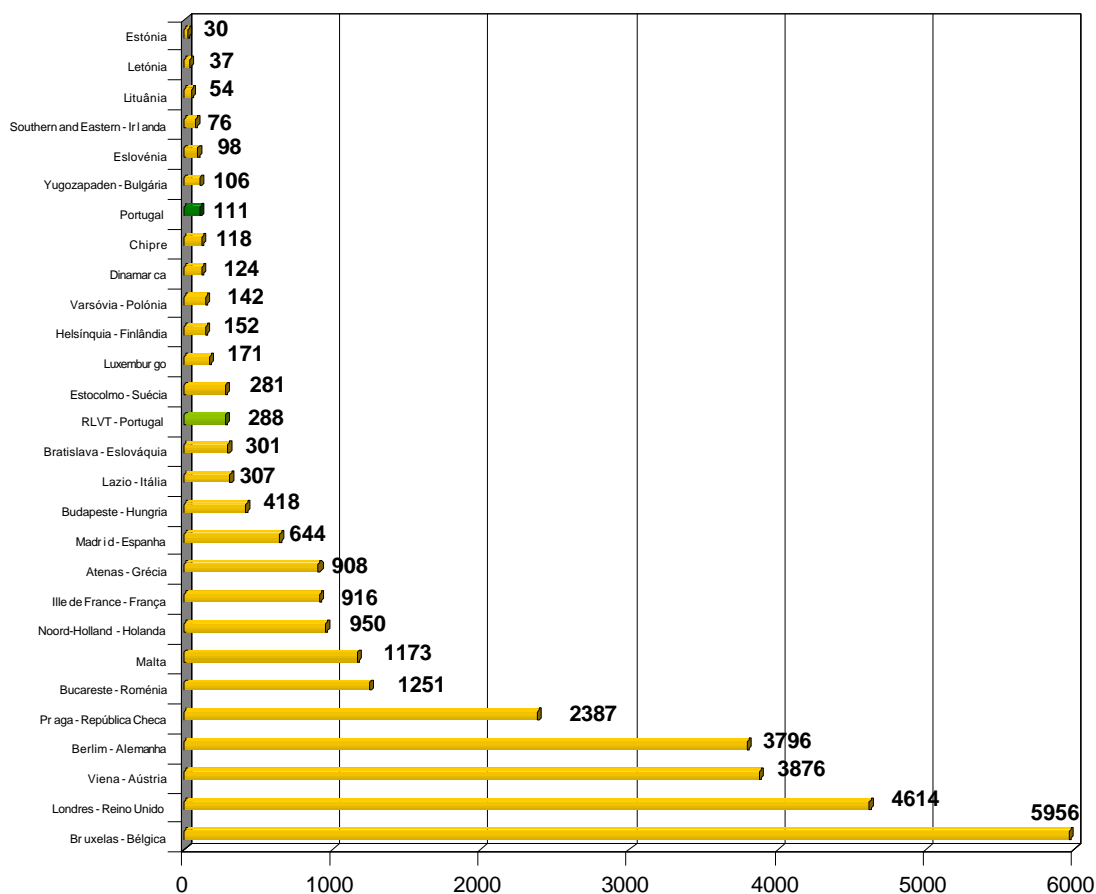
A análise da densidade populacional, em 2000, coloca no cume superior as regiões de Bruxelas, Viena e Berlim e logo a seguir, embora a grande distância, Paris ou Madrid. A Região de Lisboa apresenta-se com uma densidade média aproximada de Bratislava, Roma e Estocolmo.

Este facto não é de estranhar, pois a população europeia de 378 milhões de habitantes em 2000, detinha uma densidade média de 118 km<sup>2</sup>. Em geral as regiões mais densamente povoadas são as que contêm as capitais, no entanto, a disparidade entre elas é grande, variando entre 30,3 pessoas por km<sup>2</sup> na Estónia, a 5956 pessoas por km<sup>2</sup> em Bruxelas (Figura 1).

### C.3.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

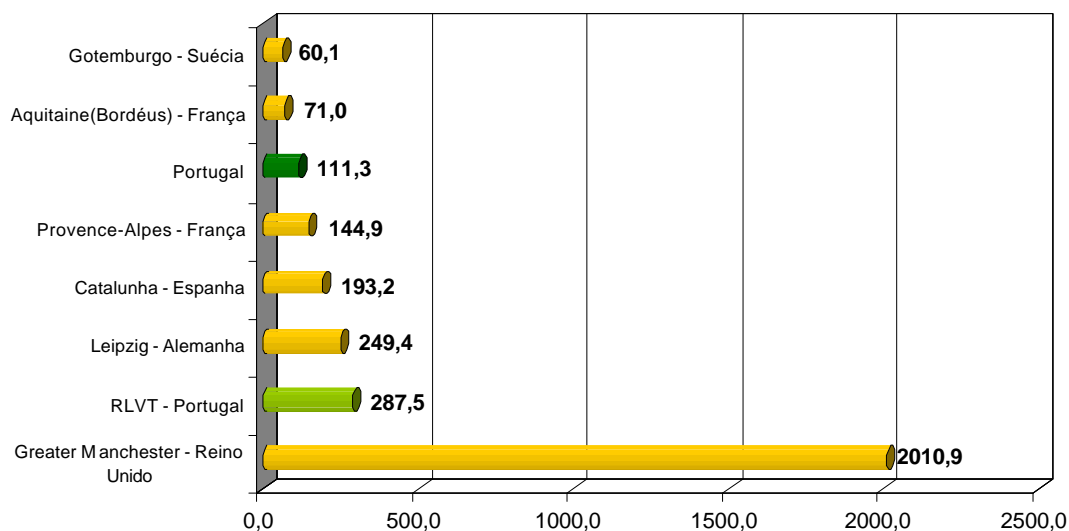
Para possibilitar uma leitura mais precisa da RLVT e de Portugal ao nível europeu, seleccionou-se um conjunto mais restrito de regiões consideradas passíveis de comparação, a saber: Gotemburgo, Aquitania, Provence, Catalunha, Leipzig e Manchester. Nesse conjunto do grupo mais restrito de regiões, destaca-se Manchester, com uma densidade populacional muito elevada, com 2010 habitantes por Km<sup>2</sup>. Se bem que com uma densidade populacional mais elevada, a RLVT acompanha a região de Leipzig e Catalunha neste indicador.

**Figura 1**  
Densidade populacional nas regiões capitais, em 2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 2**  
Densidade populacional nas regiões periféricas, em 2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### **b) Crescimento populacional: um crescimento apoiado em fenómenos migratórios**

A dinâmica populacional, não sendo directamente um indicador de qualidade de vida, reflecte, no entanto, a “vitalidade” demográfica da população e, por via dos fenómenos migratórios, indicia algum contexto social e cultural influenciador dos modos de vida e das interacções sociais.

A leitura da combinação de indicadores como o crescimento populacional, o crescimento natural e o crescimento migratório<sup>3</sup> manifesta, de algum modo, as tensões internas à renovação populacional.

A situação encontrada não poderia ser mais diversa no contexto europeu e a combinação das três dinâmicas não tem entre si uma relação linear. O crescimento global da população, no período 1996-2000, era negativo para mais de ¼ das regiões da UE (59 em 211). Esse crescimento global negativo foi

<sup>3</sup> A taxa bruta de migração constitui a diferença entre a entrada e a saída de migrantes por 1.000 habitantes.

### C.3.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

de - 2%, se considerarmos os países da EU, incluindo os países candidatos (mesmo tendo estes uma taxa global positiva de +1%). A região com maior perda em toda a comunidade foi o Alentejo, com - 3,5%. A Região de Lisboa tem um crescimento positivo, mas diminuto (0,68%).

A queda populacional não é tão drástica, devido ao facto de que cerca de 2/3 dos países comunitários detêm uma taxa migratória bruta positiva. No entanto, a relação entre crescimento populacional e taxa migratória está longe de ser linear, como se pode observar nas Figuras 3 e 4. Se é um facto que a maioria das regiões europeias detêm uma taxa positiva de migração – com excepção de Atenas, Berlim e Paris – também é verdade que há capitais com altas taxas brutas de migração e redução de população, manifestando a não linearidade desta relação. Veja-se, por exemplo, os casos do Luxemburgo, de Helsinquia ou de Sofia.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma significativa taxa de migração, não sendo, no entanto, a região do País com maior taxa<sup>4</sup> (Figura 5).

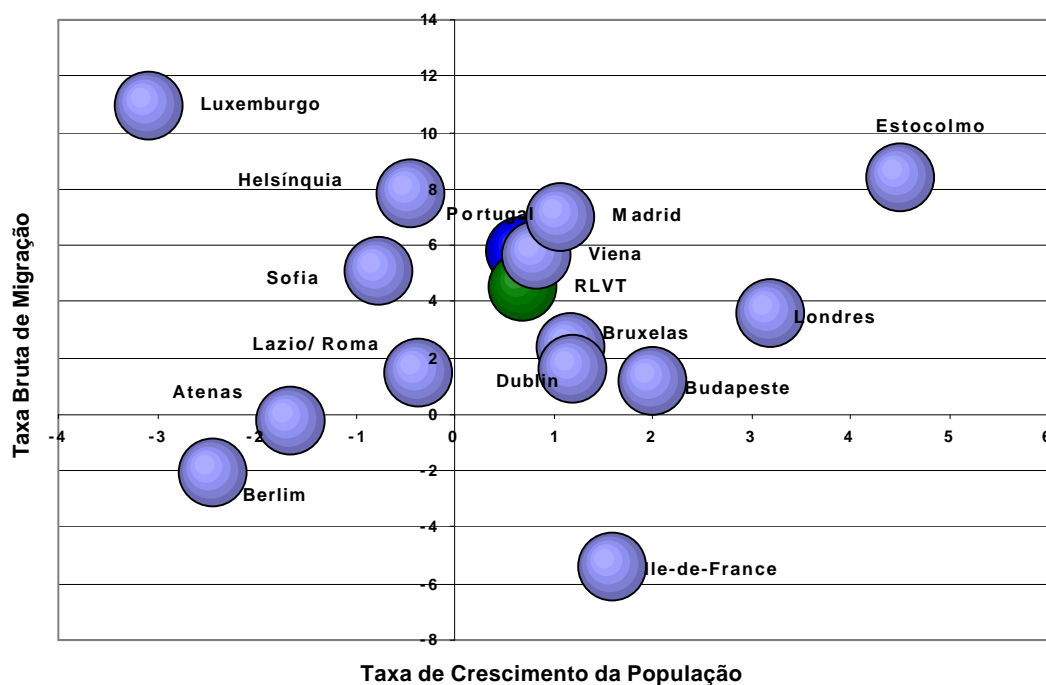
No conjunto mais restrito do grupo de regiões europeias em análise, a RLVT e Portugal estão num quadro paralelo com Provence e Aquitania: regiões com crescimentos da população reduzidos, mas com elevadas taxas brutas de migração. Leipzig, Gotemburgo e Manchester, apesar de terem apresentado um crescimento negativo e reduzido de população, também registam taxas brutas de migração reduzidas.

---

<sup>4</sup> A região Centro e o Algarve apresentam taxas brutas de migração superiores à Região de Lisboa.

**Figura 3**

Taxa de crescimento da população<sup>5</sup> (%) e taxa bruta de migração (%), nas regiões capitais, em 1999

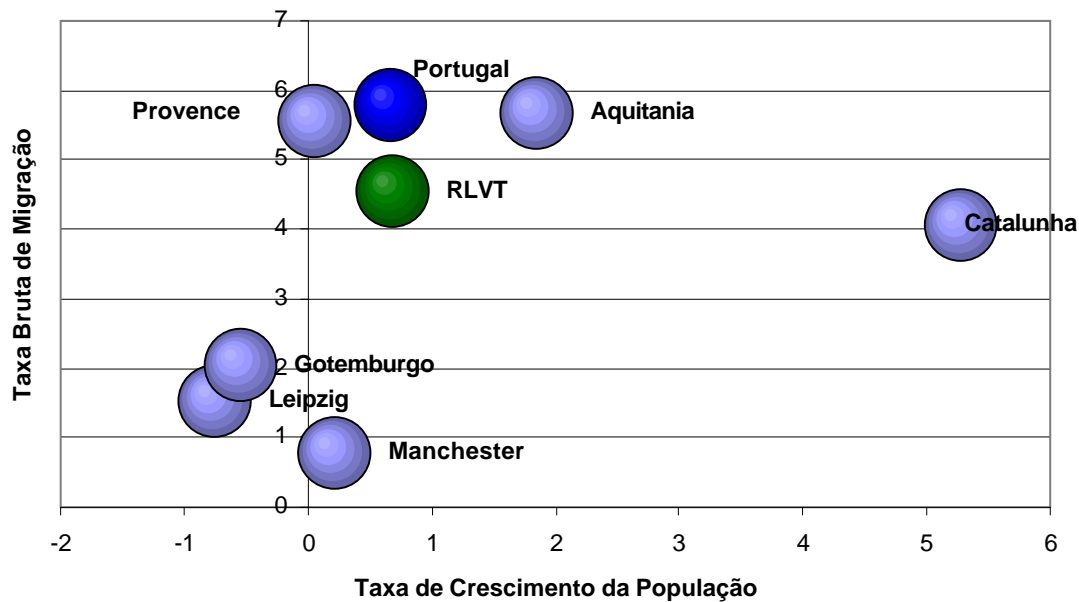


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

<sup>5</sup> A taxa de crescimento da população refere o período 1996/2000)

**Figura 4**

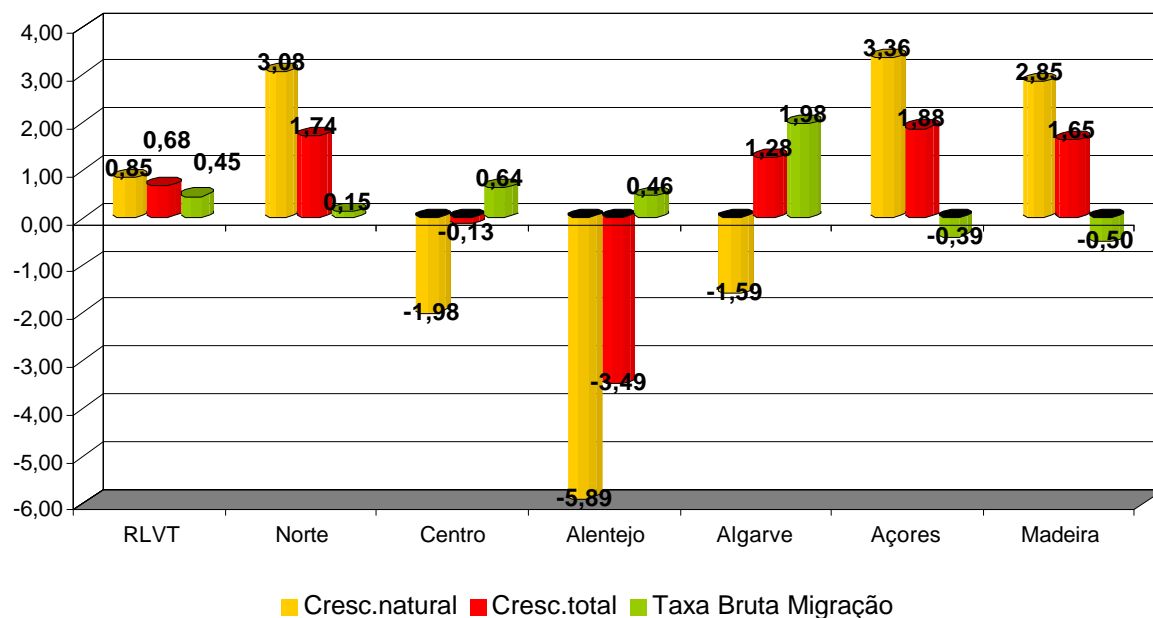
Taxa de crescimento da população (%) e taxa bruta de migração (%), nas regiões periféricas, em 1999



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 5**

Componentes do crescimento populacional: crescimento total, taxa bruta de crescimento natural e taxa bruta de migração nas sub-regiões portuguesas (1999)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### c) Estrutura etária: o risco do envelhecimento

Mais uma vez, o indicador demográfico – estrutura etária – não traduz qualquer leitura directa na relação com a qualidade de vida ou coesão social, mas indicia aspectos da dinâmica demográfica caracterizadores de um modo de vida ou de pressão diferenciada sobre os equipamentos. Considera-se, hoje, a necessidade de uma estrutura etária equilibrada entre a ‘coorte’ alta e baixa das pirâmides de idades, entre outros factores, para garantir as dinâmicas do mercado e emprego, e, sobretudo, a manutenção dos esquemas de protecção social que caracterizam o “modelo social europeu”.

Para a análise da forma como estas mudanças se têm vindo a reflectir nas diferentes regiões europeias, cruzou-se o índice de dependência de idosos com o crescimento da população (Figura 6). Este

### C.3.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

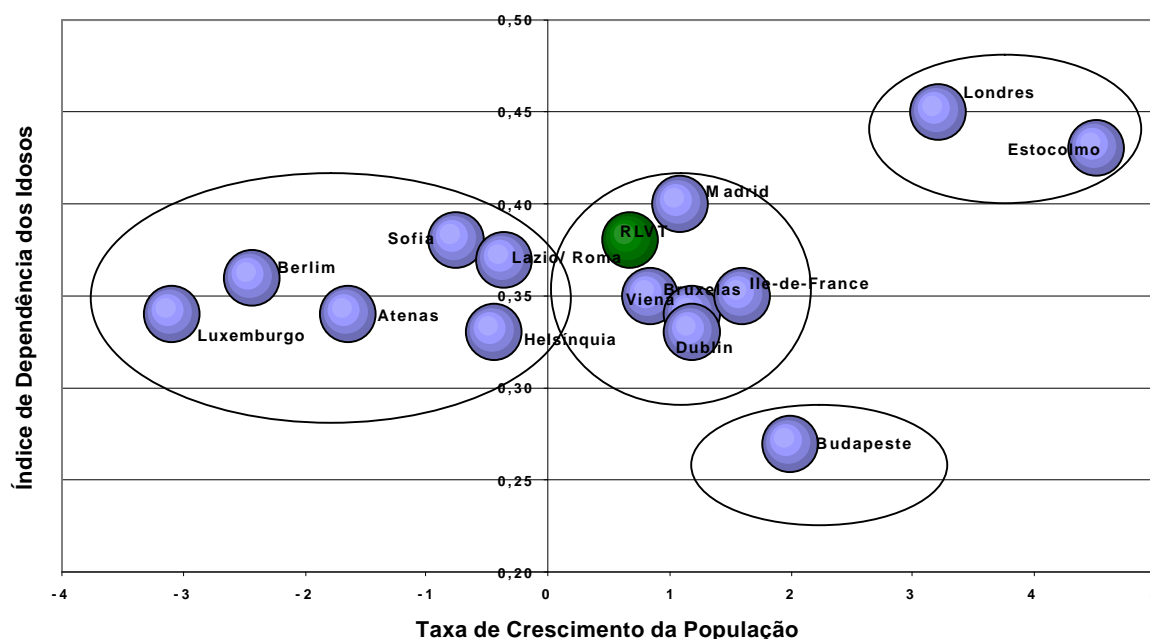
cruzamento permitiu, mais uma vez, registrar a diversidade de combinações entre as variáveis demográficas.

Encontramos quatro tipos diferentes de grupos de regiões, a saber:

- i) Regiões com incapacidade de renovação da população em risco de envelhecimento no topo e na base (Luxemburgo, Berlim, Atenas, Sofia, Lazio e Helsínquia) – são regiões que manifestaram uma diminuição da população com uma dependência de idosos moderada;
- ii) Regiões com capacidade de renovação da população com risco de envelhecimento no topo e rejuvenescimento moderado na base (RLVT, Madrid, Bruxelas, Viena, Ile-de-France e Dublin) – são regiões com um crescimento ligeiro da população e uma dependência moderada de idosos;
- iii) Uma região com capacidade de renovação da população sem risco de envelhecimento acentuado (Budapeste) – detém um crescimento ligeiro da população, com um índice de dependência de idosos baixo;
- iv) Regiões com capacidade de renovação da população com risco de envelhecimento no topo (Londres e Estocolmo) – são regiões que já apresentam níveis de dependência de idosos muito elevados, mas em contrapartida manifestaram um crescimento acentuado da população (em muito devido a taxas brutas de migração elevadas).

Figura 6

Índice de dependência de idosos e taxa de crescimento da população, nas regiões capitais, em 1999

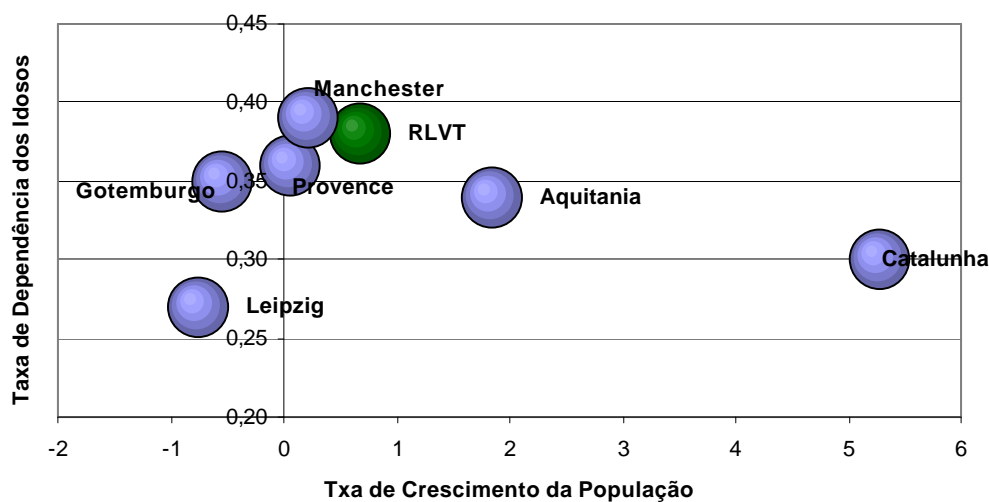


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Também na comparação da RLVT com o grupo mais restrito das 6 regiões europeias, o País se destaca das restantes regiões. As tendências da RLVT são acompanhadas de Manchester e Provence, ou seja, no conjunto das regiões com capacidade de renovação da população, mas com algum risco de envelhecimento no topo e possível rejuvenescimento da base. A Catalunha também se enquadrará nesse tipo de regiões, se bem que face ao crescimento acentuado da população, tal poderá conduzir a uma capacidade de rejuvenescimento acentuado na base, na medida em que tal crescimento parece não dever-se somente à taxa bruta de migração, que não é das mais elevadas.

Figura 7

Índice de dependência de idosos e taxa de crescimento da população, nas regiões periféricas, em 1999



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

A taxa de dependência de idosos não manifesta apenas o nível de dificuldade na substituição de gerações como o esforço face à população inactiva idosa dependente. Esta taxa é para o conjunto da EU dos 15 - 38,6% em 1999. A Região de Lisboa é a 6ª região com maior índice de dependência de idosos, começando a manifestar o seu envelhecimento mais pelo peso das idades intermédias do que pela estrutura de envelhecimento.

Os níveis de emprego e desemprego permitem, de forma indirecta<sup>6</sup>, dar conta da “qualidade de vida” de uma população, dado registarem o acesso a formas de angariação dos rendimentos.

As características comparativas do mercado de trabalho português são conhecidas e salientam como traços específicos a forte presença de mulheres no mercado de trabalho e o baixo nível de desemprego. As razões explicativas destes factores parecem estar relacionados com as baixas condições salariais que obrigam à necessidade de ocupação remunerada para ambos os elementos do casal e, simultaneamente, e com o facto de que a baixa remuneração permite também às empresas manterem níveis superiores de ocupação da mão-de-obra.

O que é curioso verificar é que a RLVT é a 6ª região com maior taxa de actividade (e consequentemente menores níveis de desemprego<sup>7</sup>), mas também de entre as que oferecem menores níveis salariais (não temos dados comparativos neste relatório da Eurostat) e maior precariedade de emprego.

#### **a) Taxas de actividade: uma certa estabilidade**

A Cimeira de Lisboa (2000) traçava como objectivo atingir 70% de taxa de actividade em 2010 para todas as pessoas com idade entre os 24 e os 65 anos. O conselho Europeu de Estocolmo (2001) traçava para 2005 a meta nos 67% para a população global e 57% para as mulheres, bem como uma taxa de actividade de 50% para a faixa etária de população mais avançada – 55 a 64 anos.

Em 2001, 6 países conseguiram atingir a taxa de actividade proposta de 67%, como por exemplo: Portugal, Áustria, Finlândia, Reino Unido e Holanda. Em Portugal, apenas o Alentejo não cumpria estas metas<sup>8</sup>.

A taxa de actividade na RLVT é comparável com países que revelam sinais de uma dinâmica positiva de desenvolvimento sócio-económico, como a Dinamarca, Estocolmo e Holanda. No conjunto do grupo das não capitais nacionais, também a RLVT se encontra no topo da lista, acompanhando a Catalunha e

---

<sup>6</sup> Não existe uma relação directa entre níveis de emprego e rendimentos das famílias, na medida em que a obtenção dos rendimentos depende, em larga medida, dos níveis salariais e do custo de vida. Aliás, vários estudos sobre a pobreza realizados em Portugal têm manifestado que, de entre os grupos vulneráveis, estão frequentemente trabalhadores de baixos salários.

<sup>7</sup> Situação que se têm vindo a alterar nos últimos 2 anos.

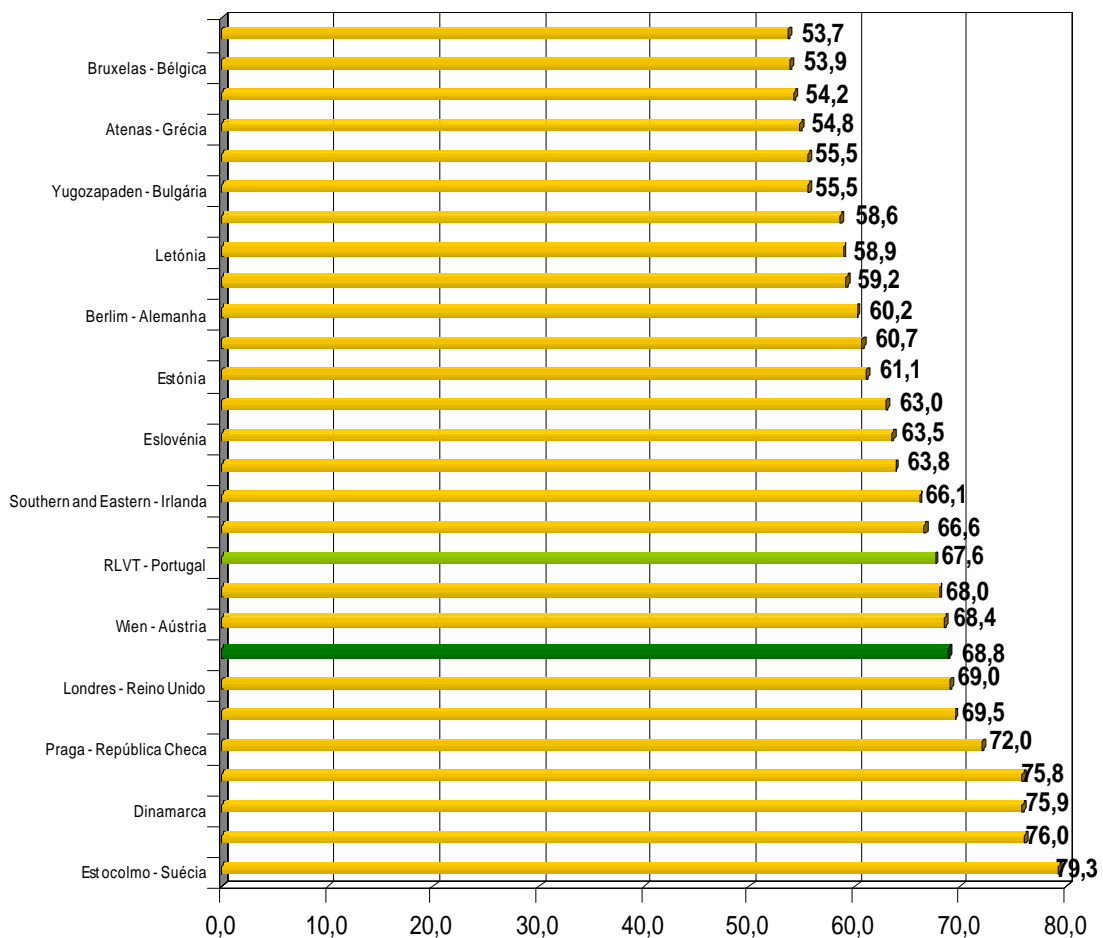
<sup>8</sup> Nem Açores e Madeira

### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

Manchester (Figuras 8 e 9). No entanto, tais níveis elevados de taxas de actividade podem não ser necessariamente indicativas de alguma dinâmica económica, já que, no caso da RLVT, tal se justifica por uma taxa elevada de actividade feminina. Tal pode dever-se tanto a uma mudança nos valores culturais e a uma promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, como, por outro lado, pode ser revelador de baixos níveis de vida que conduzem as mulheres, em particular, ao acesso ao mercado de trabalho.

**Figura 8**

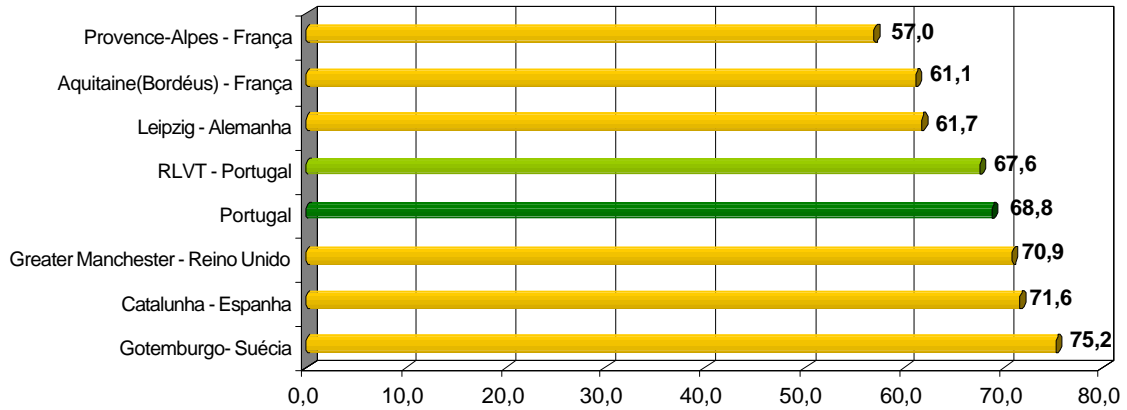
Taxa de actividade dos 15 aos 64 anos, nas regiões capitais, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 9**

Taxa de actividade dos 15 aos 64 anos, nas regiões periféricas, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

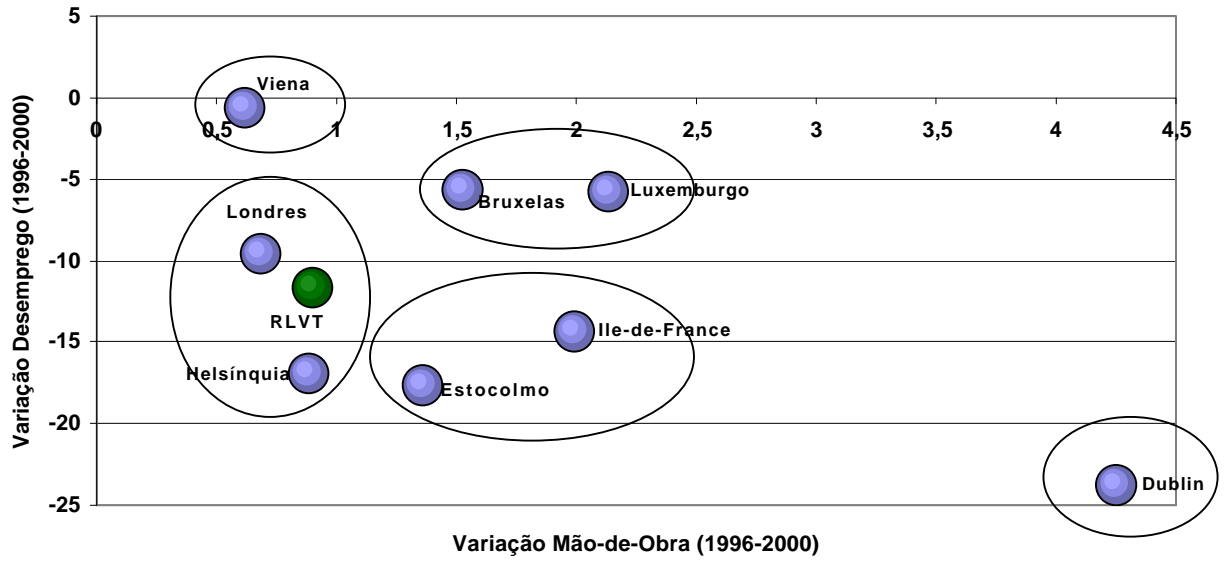
Todas as regiões em análise manifestaram, no período de 1996-2000, um crescimento da sua mão-de-obra, a que se associa um decréscimo do desemprego. Viena foi a única região com um crescimento reduzido da mão-de-obra e uma diminuição pouco significativa do desemprego. Destaca-se também Dublin, com o seu extraordinário crescimento do emprego (ver Figura 10).

Por seu lado, a RLVT, a par com Helsínquia e Londres, manifestou um crescimento reduzido da mão-de-obra associado a uma diminuição acentuada do desemprego. Bruxelas e Luxemburgo são as regiões que manifestam algum equilíbrio na relação criação de emprego/diminuição do desemprego. No conjunto das regiões não capitais, a RLVT acompanha a Catalunha. Neste grupo, Provence destaca-se pelo facto de manifestar uma variação negativa ligeira, quer da mão-de-obra, quer do desemprego (Figura 11).

Há ainda um outro conjunto de regiões que apresentam uma variação moderada de mão-de-obra associada a um decréscimo acentuado do desemprego, casos da Ile-de-France e de Estocolmo. Dublin isola-se do conjunto das regiões pelo facto de apresentar um decréscimo muito acentuado do desemprego, associado a uma variação muito positiva da mão-de-obra.

Figura 10

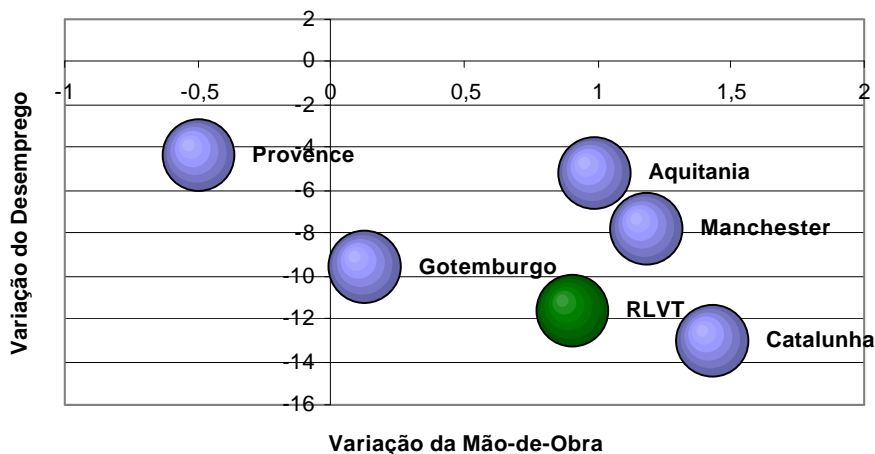
Variação da mão-de-obra e variação do desemprego, nas regiões capitais, 1996-2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 11

Variação da mão-de-obra e variação do desemprego, nas regiões periféricas, 1996-2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

#### b) A actividade feminina: uma alta taxa de inserção no mercado de trabalho

A segunda meta traçada pela UE pretendia que a taxa de actividade feminina atingisse os 57% em 2005 e os 60% em 2010. Esta meta parece mais facilmente atingível e, na verdade, quase metade dos países e regiões o conseguem. Em Portugal, todas as regiões a atingem com excepção do Alentejo e das Ilhas<sup>9</sup>. A maioria das regiões de Espanha, Itália e Grécia, bem como o sul da França, têm taxas abaixo dos 50%, o que vem reforçar, comparativamente, a alta taxa de actividade feminina na região. No entanto, a visibilidade desta taxa (54% na RLVT) esmorece quando comparada com outras regiões como as capitais dos países nórdicos, centro da Europa e de Leste.

No que se refere ao cruzamento da taxa de actividade feminina com a taxa de desemprego geral (Figura 12), Estocolmo isola-se por conjugar níveis elevados de inserção das mulheres no mercado de trabalho com níveis de desemprego baixos.

<sup>9</sup> A alta taxa de actividade feminina é frequentemente associada à percentagem de mulheres trabalhando em *part-time*, o que não é o caso de Portugal.

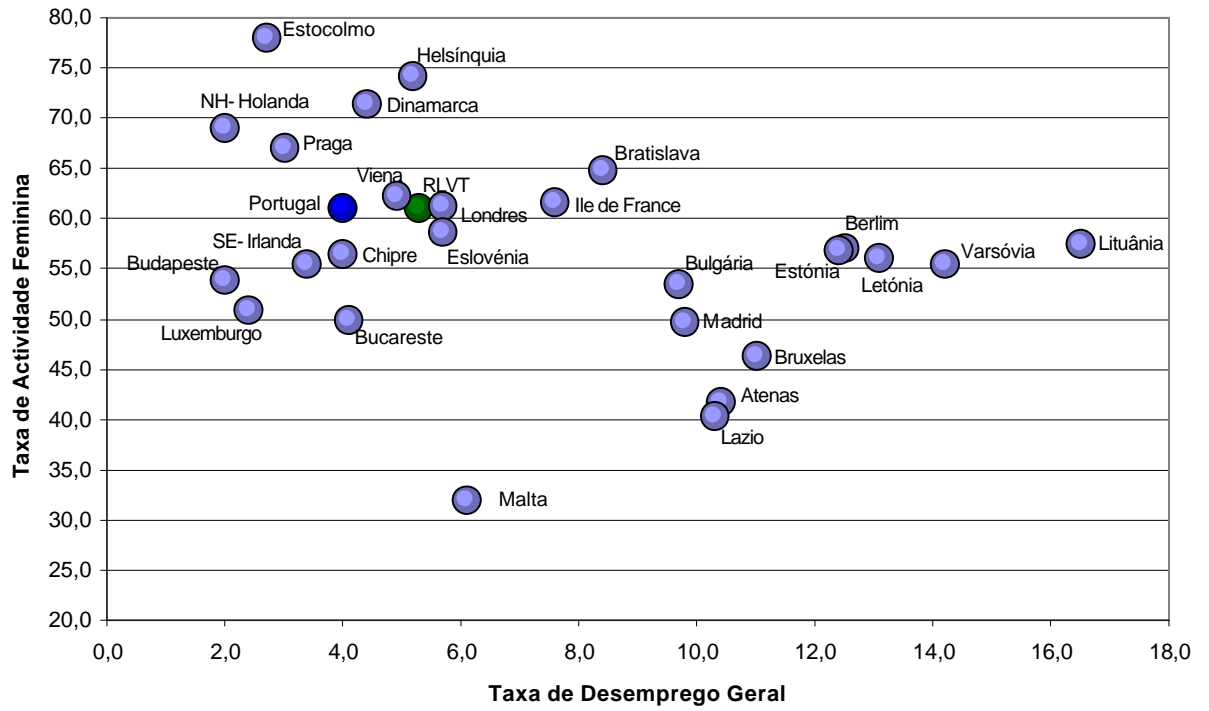
A RLVT insere-se no grupo de regiões com taxas de desemprego médias/baixas, acompanhadas de taxas de actividade feminina importantes. Bucareste e Luxemburgo, apesar de manterem níveis de desemprego baixos, apresentam taxas de actividade feminina ainda pouco acima dos 50%. Portugal acompanha esta tendência, se bem que com uma taxa de desemprego mais baixa do que a RLVT. Outros grupos de regiões mantêm níveis elevados de desemprego e taxas de actividade feminina baixas. Lazio-Roma e Atenas são as duas regiões com níveis mais elevados de desemprego e, paralelamente, com taxas de actividade feminina mais baixas.

A análise cruzada da taxa de actividade feminina com a taxa de desemprego feminino tem o seu equivalente em termos de resultados face à análise com o desemprego geral, anteriormente apresentada (Figura 14). Como seria natural, as regiões que vão mantendo taxas de actividade feminina mais elevadas asseguram, em simultâneo, taxas de desemprego feminino mais reduzidas. A RLVT enquadra-se no grupo das regiões com taxas de actividade feminina importantes e das mais baixas taxas de desemprego feminino, acompanhando a tendência nacional, no conjunto das regiões em análise. Apesar de, internamente, a inserção das mulheres continuar a ser uma meta a atingir, por ser o lado frágil do desemprego, também é certo que, comparativamente com outras regiões, a RLVT se apresenta ainda num quadro favorável na promoção da equidade de género, ao nível da inserção sócio-profissional. Por seu lado, destaca-se Sofia, Bratislava e Ille de France com níveis igualmente relevantes em termos da actividade feminina, mas níveis de desemprego das mulheres muito elevados. No conjunto das regiões não capitais, a RLVT apresenta-se similar a Manchester e Gotemburgo.

Atenas, Lazio-Roma e Madrid são as regiões com taxas de actividade feminina mais baixas e, em simultâneo, das taxas de desemprego feminino mais elevadas. São, claramente, regiões com claras debilidades de inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Figura 12

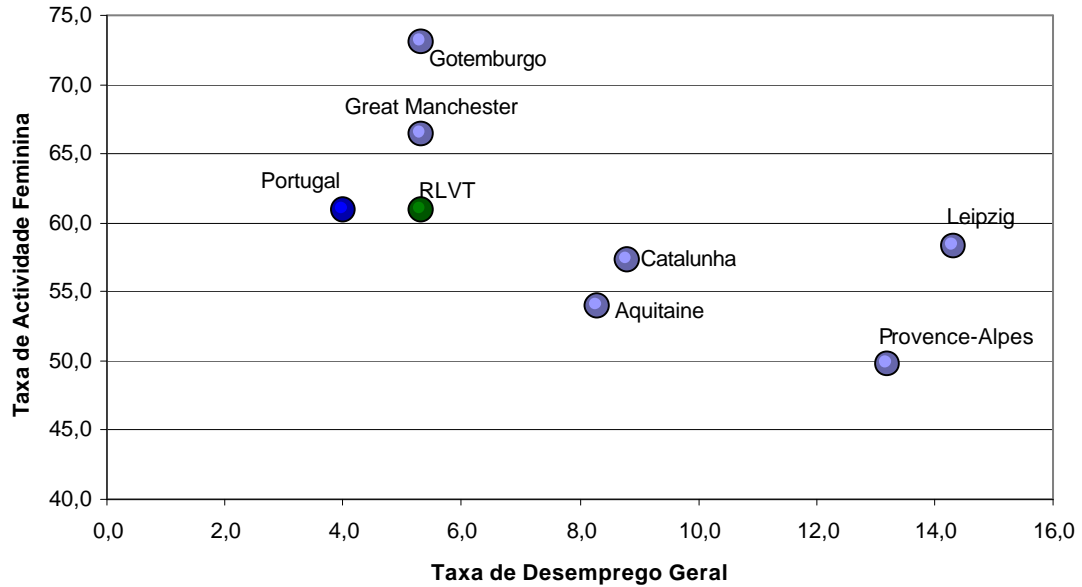
Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego geral, nas regiões capitais, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 13

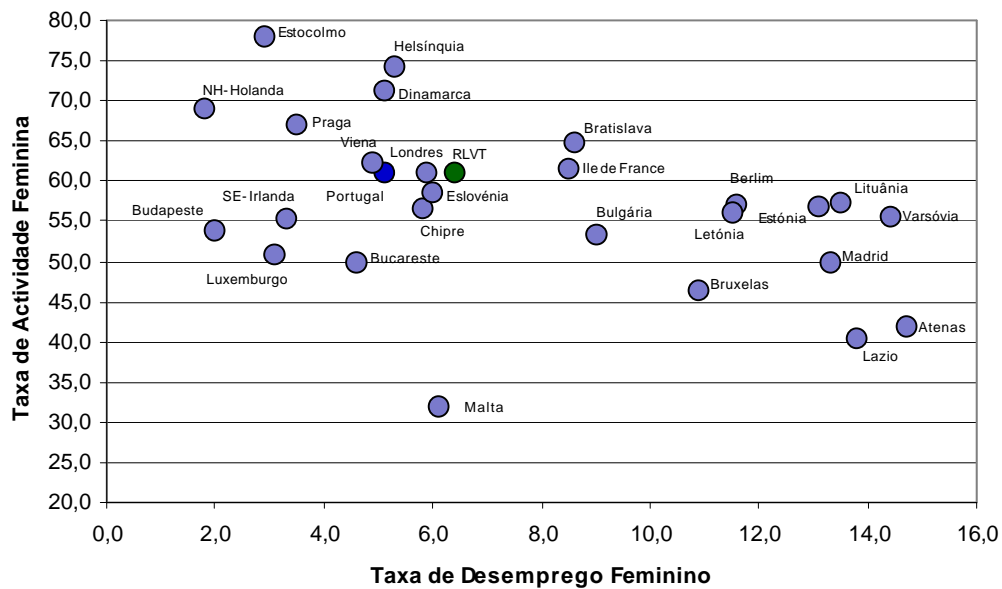
Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego geral, nas regiões periféricas, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 14

Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego feminino, nas regiões capitais, em 2001

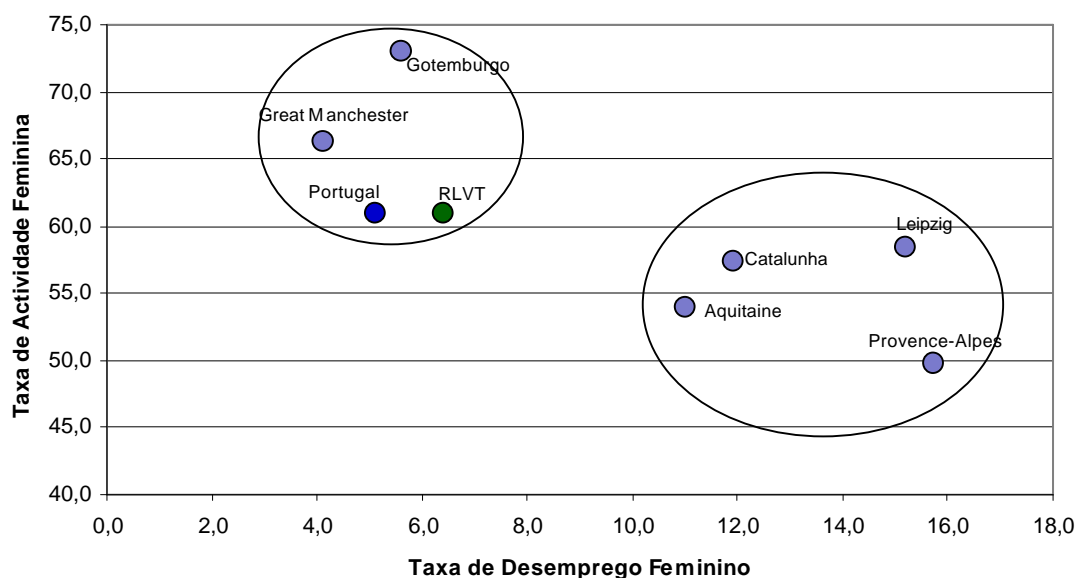


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

No conjunto das regiões não capitais, o cruzamento da taxa de actividade feminina com a taxa de desemprego no mesmo grupo de género faz emergir a leitura de dois grupos distintos. Ambos mantêm taxas de actividade feminina médias. No entanto, um dos grupos manifesta taxas de desemprego feminino baixas (nomeadamente: RLVT, Portugal, Manchester e Gotemburgo) e outro revela valores elevados nesse indicador (a saber: Aquitania, Provence, Catalunha e Leipzig).

**Figura 15**

Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego feminino, nas regiões periféricas, em 2001



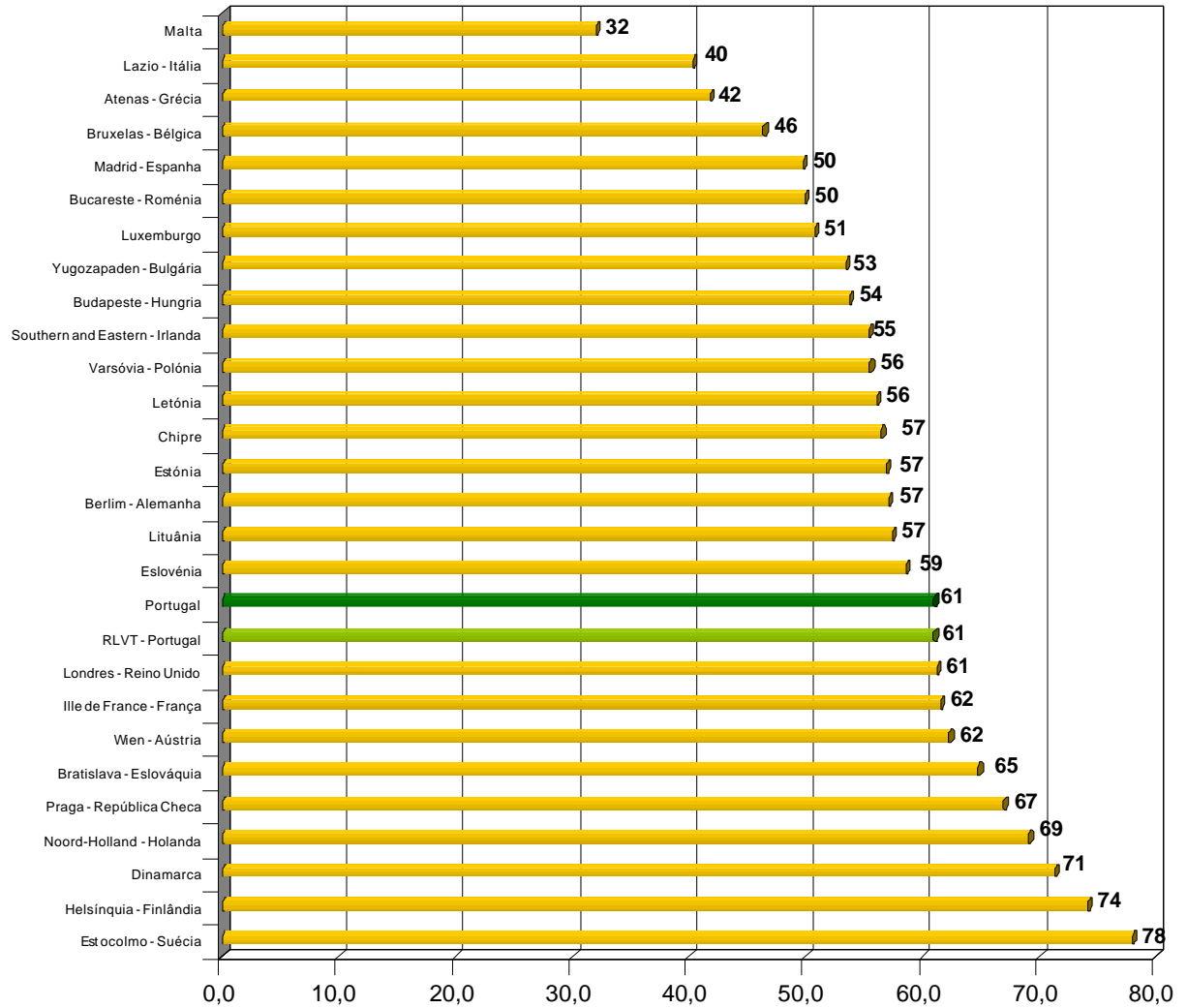
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

O posicionamento relativo de Portugal e da RLVT, comparativamente aos valores da taxa de actividade feminina, não é muito divergente daquele registado na análise dos valores da taxa de actividade global. No entanto, quer no conjunto das regiões capitais, quer das não capitais, Portugal ainda está aquém da performance europeia. Por seu lado, os valores registados para a RLVT são bastante favoráveis, sendo que, no conjunto das regiões não capitais, a taxa de actividade feminina manifesta-se superior à Região apenas em Manchester e Gotemburgo.

### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

**Figura 16**

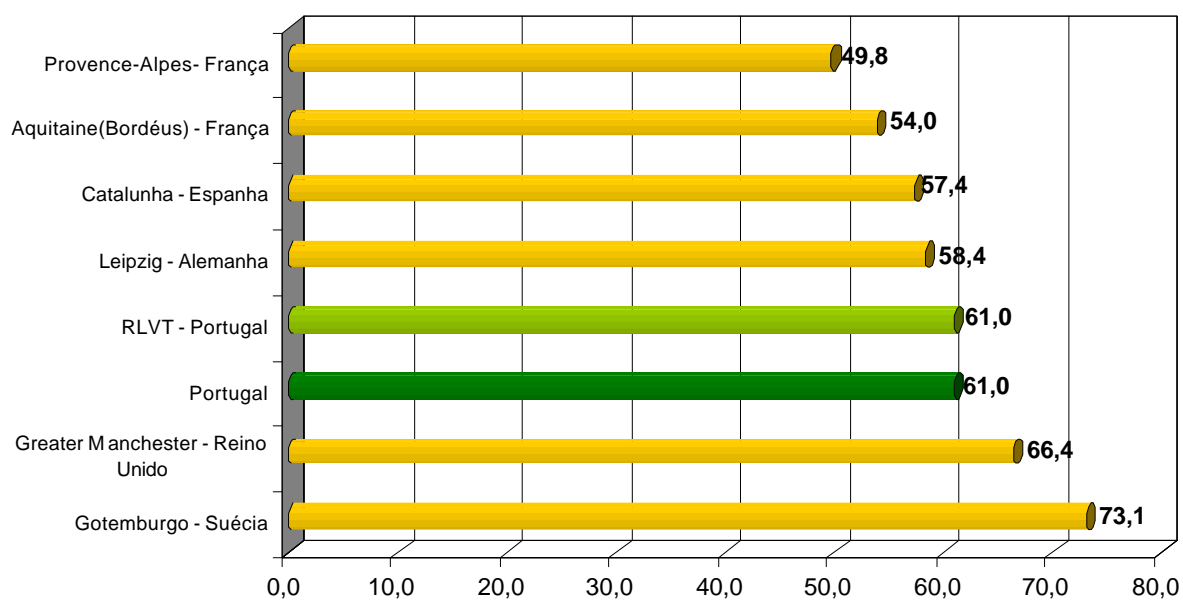
Taxa de actividade feminina, nas regiões capitais, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 17**

Taxa de actividade feminina, nas regiões periféricas, em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 18

Taxa de actividade feminina nas regiões portuguesas, 2000

Região/ País	Valor
Portugal	54,3
RLVT	60,40
Norte	58,86
Centro	69,20
Alentejo	54,26
Algarve	59,29
Açores	40,41
Madeira	54,74

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**c) A actividade do escalão etário superior mais de 55 anos: cerca de metade são activos**

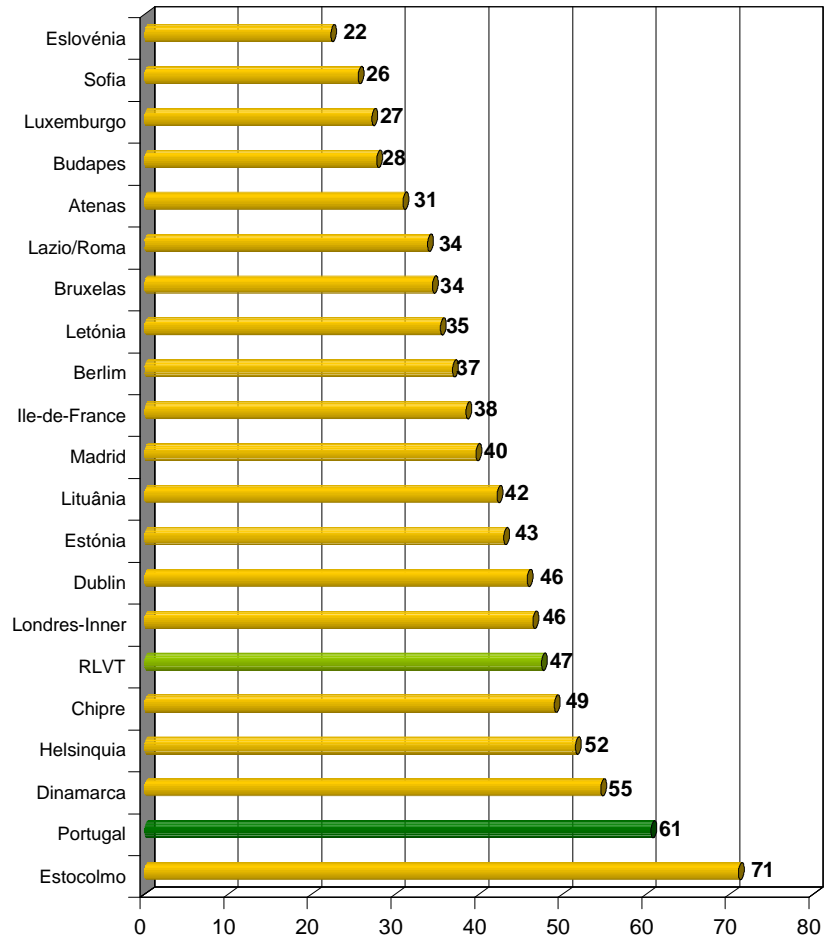
Embora controverso como indicador de “qualidade de vida”, a ocupação profissional da população com mais de 55 anos é um indicador que nos permite aferir das oportunidades de emprego.

A possibilidade de manter a actividade no final da vida activa é uma finalidade estabelecida pela Cimeira de Lisboa e Estocolmo, estabelecendo a fasquia dos 50% de emprego em 2010 para as pessoas entre os 55 e 64 anos. O objectivo é uma aspiração distante, se considerarmos o conjunto dos países e regiões europeias.

O objectivo foi apenas conseguido pela Dinamarca, algumas regiões da Finlândia e do Reino Unido e algumas regiões de Portugal, Grécia e Roménia, sobretudo face a populações empregadas na agricultura. A Região de Lisboa está perto da meta com 47% de pessoas activas neste grupo etário (Figura 20).

Figura 19

Percentagem de pessoas empregadas entre os 55 e os 64 anos, 2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 20

Percentagem de população empregada entre 55 e 64 anos, nas regiões portuguesas, 2000

Região	%
Portugal	61,00
RLVT	47,49
Norte	49,92
Centro	67,46
Alentejo	43,94
Algarve	52,46
Açores	34,24
Madeira	54,27

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

#### d) Emprego e desemprego jovem

Embora não se disponham de dados comparativos para o emprego jovem, a análise da relação entre a taxa global de emprego e o desemprego jovem (pessoas com menos de 25 anos), demonstra uma relação próxima entre as altas taxas de actividade global e um baixo desemprego (Figura 21). Estocolmo, Helsínquia, Holanda e Dinamarca destacam-se pela capacidade de inclusão deste grupo, associando taxas de actividade geral muito elevadas. Saliente-se que também estas regiões conseguem manter, em paralelo, taxas de actividade feminina muito elevadas e taxas de desemprego feminino baixas. São regiões onde provavelmente não se registará de forma problemática a inserção destes grupos sociais.

A RLVT e Portugal enquadram-se num grupo alargado de regiões que mantêm taxas de actividade geral positivas e taxas de desemprego jovem baixas. Apesar de ao nível endógeno esse último indicador revelar fragilidades no conjunto do desemprego, destaca-se o facto de, em termos comparativos, a

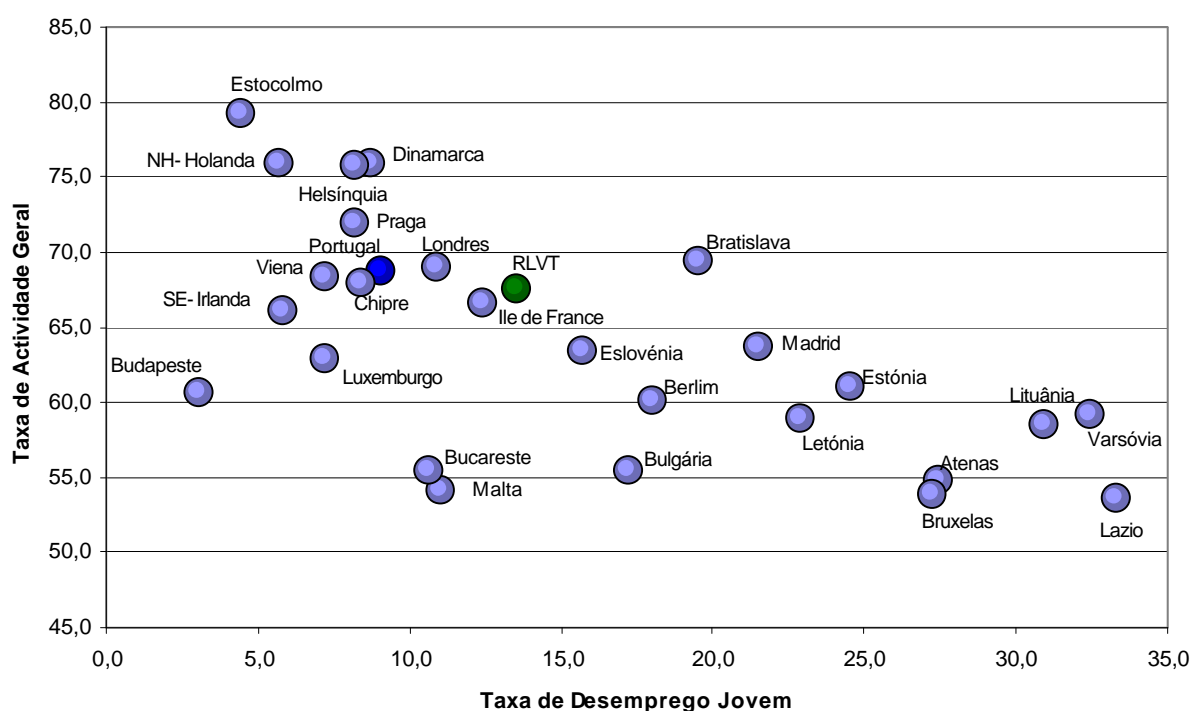
### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

Região ir assegurando níveis interessantes em termos da equidade de acesso, em género e idade, ao mercado de trabalho.

Outras regiões se destacam por manterem taxas de actividade geral baixas e níveis de desemprego jovem muito elevados. No grupo mais problemático inserem-se Lituânia, Varsóvia e Lazio-Roma, com taxas de actividade baixas e as taxas de desemprego jovem mais elevadas.

**Figura 21**

Taxa de desemprego jovem segundo a taxa de actividade geral, nas regiões capitais, em 2001

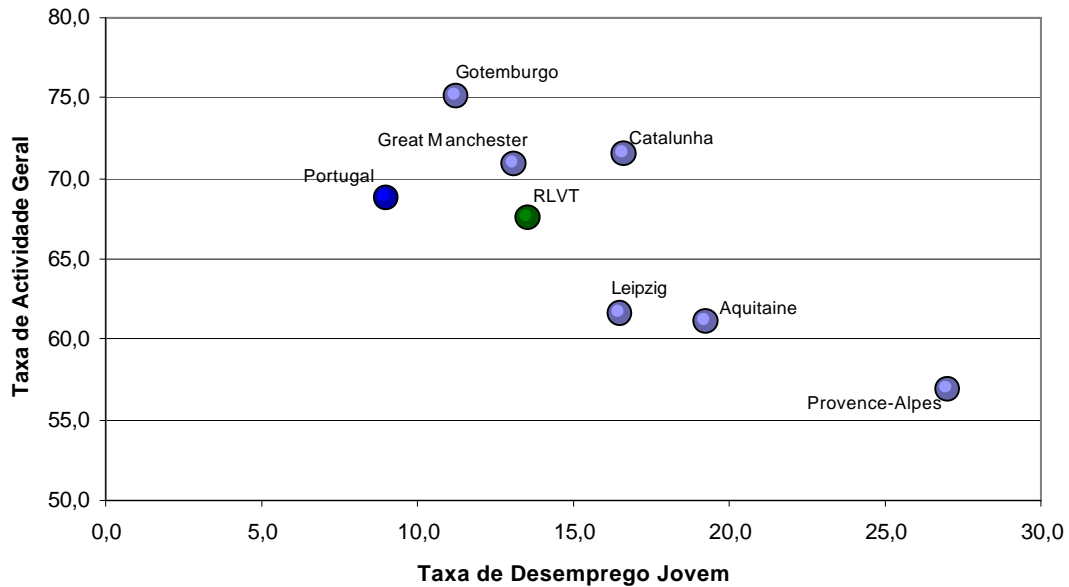


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

No conjunto das regiões não capitais, parece verificar-se alguma linearidade na relação entre a taxa de actividade global e a taxa de desemprego jovem, já que, à medida que aumenta a primeira, aumenta ligeiramente a segunda. Tal verifica-se para o grupo das seguintes regiões: Portugal, Leipzig RLVT, Manchester e Gotemburgo. Por seu turno, Provence, Aquitania e Catalunha parecem estar à parte desta tendência, com taxas de actividade global médias, mas com elevadas taxas de desemprego jovem.

**Figura 22**

Taxa de desemprego jovem segundo a taxa de actividade geral, nas regiões periféricas, em 2001



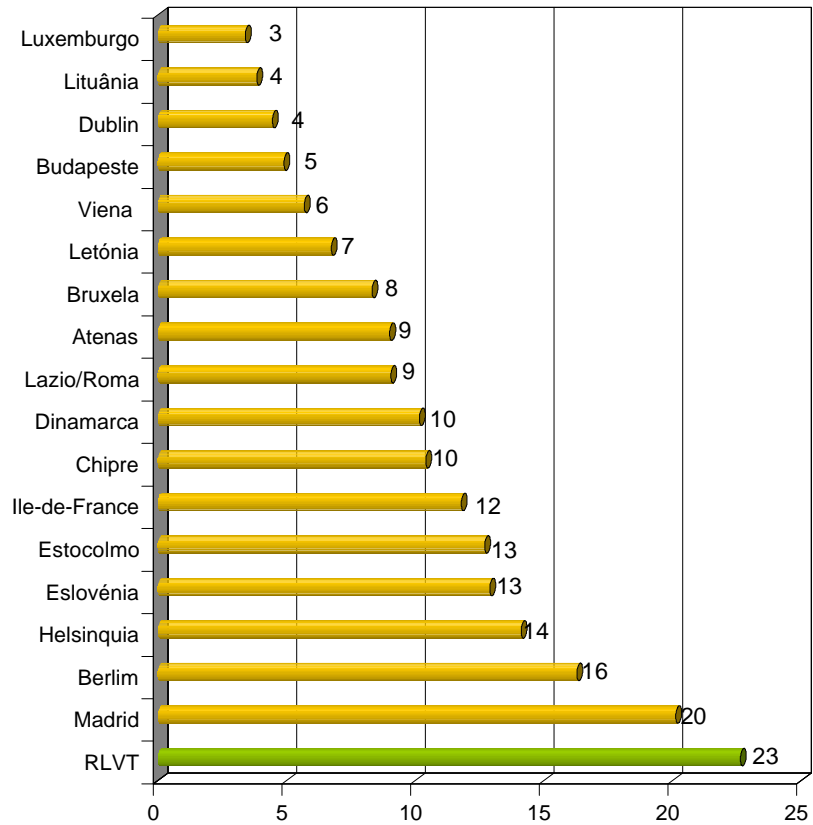
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**e) Contrato de trabalho: Uma grande precariedade do emprego**

A precariedade no mercado de trabalho influencia directamente a segurança de pessoas e famílias na obtenção dos seus rendimentos e, neste campo, as regiões portuguesas são de longe as regiões que apresentam maior número de contratos a termo certo (Figura 23).

A precariedade de contrato de trabalho está muito presente na Península Ibérica, no norte da Finlândia, na Grécia e no Sul de Itália, e é muito raro na Irlanda, Luxemburgo ou Estónia. A RVLVT está no topo deste indicador com 23% de contratos a termo certo. Note-se, no entanto, que o Alentejo e o Algarve ainda têm indicadores superiores, manifestando bem a precariedade de emprego do país (Figura 24).

**Figura 23**  
Percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo,  
nas regiões de referência, 2000



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 24**

Percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo nas regiões portuguesas, 2000

Região/ País	%
RLVT	22,65
Norte	17,07
Centro	21,59
Alentejo	27,20
Algarve	25,30
Açores	20,80
Madeira	10,48

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

#### **f) Desemprego: baixas taxas mas escolarização reduzida**

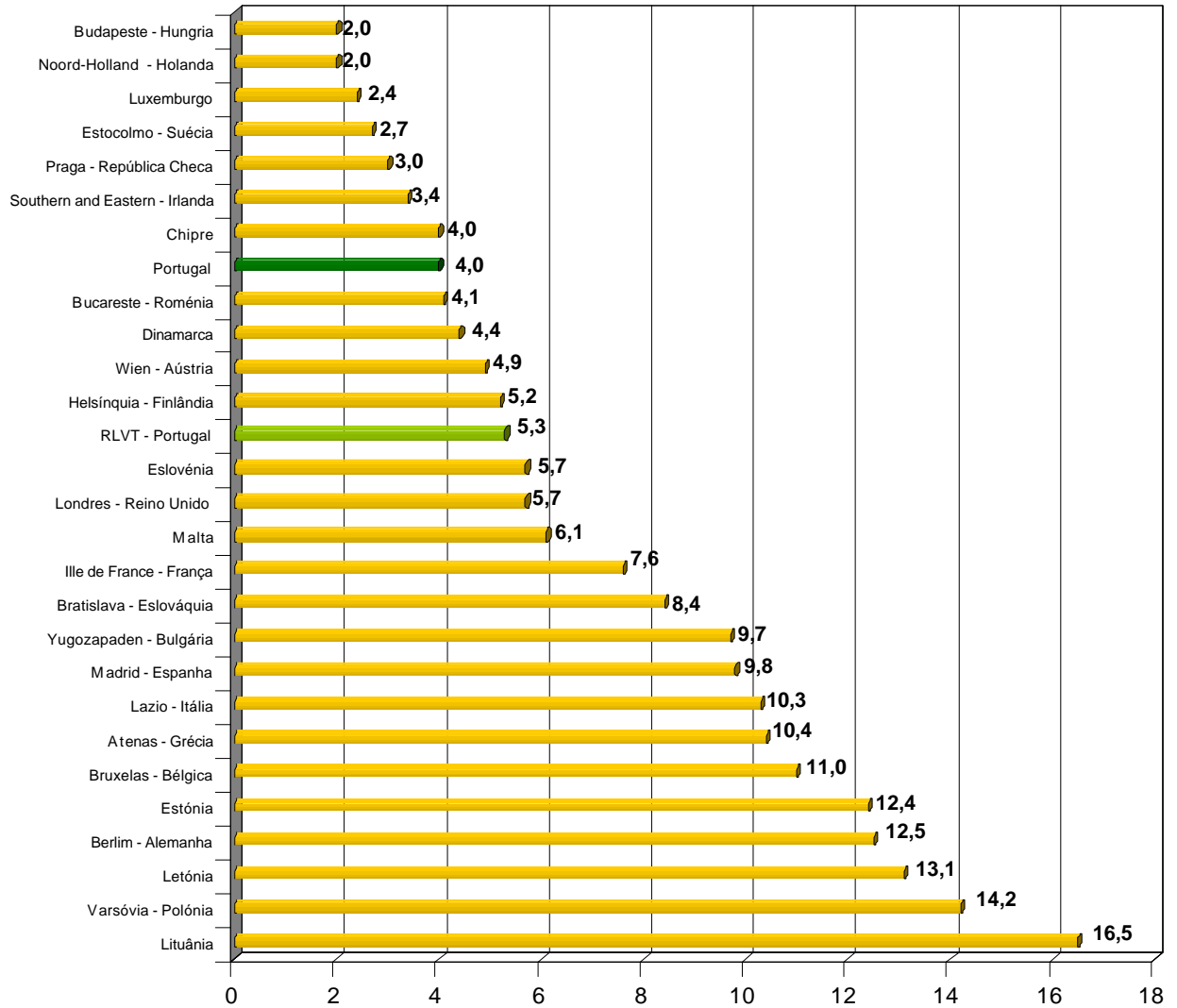
##### *- Desemprego total*

Em Abril de 2000, a taxa de desemprego da União Europeia era de 8,7 %. Esta taxa era muito diferenciada nos vários países europeus, variando entre 2% na Holanda e 12,5% em Berlim. A RLVT apresentava uma taxa de desemprego bem inferior à média europeia (com 5,3%), sendo, depois do Alentejo, a região nacional com maior taxa (Figura 25).

### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

Figura 25

Taxa de desemprego, nas regiões capitais, 2001

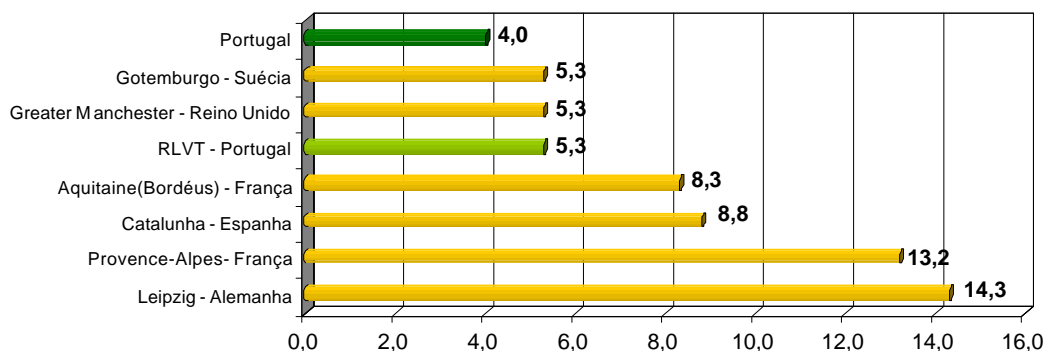


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

No conjunto das regiões não capitais, a RLVT e Portugal são as regiões com taxas de desemprego mais baixas. Por seu lado, Provence-Alpes e Leipzig manifestam valores neste indicador superior a 10% (Figura 26).

Figura 26

Taxa de desemprego, nas regiões periféricas, 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### g) Desemprego e características das dinâmicas de emprego

A complexidade das dinâmicas do mercado de trabalho, nas várias regiões, não permite identificar a especificidade da situação portuguesa através dos indicadores estatísticos disponíveis, pois eles não contêm a história de reconstrução dessas dinâmicas. Se associarmos as taxas de desemprego com os níveis de escolaridade da população (Figura 27), verificamos a diversidade das combinações.

No conjunto das regiões em análise, são passíveis de identificação quatro grupos distintos no cruzamento destas duas variáveis, a saber: i) regiões com elevados níveis de desemprego e elevado peso de população com nível III; ii) regiões com níveis de desemprego baixos e elevado peso de população com nível III; iii) regiões com baixos níveis de desemprego e baixo peso de população com nível III (onde incluímos a RLVT); iv) regiões com elevados níveis de desemprego e baixo peso de população com nível III.

É certo que as regiões que se enquadram no primeiro e último grupos parecem manifestar algumas debilidades em termos da coesão social, na medida em que não há qualquer equilíbrio entre formação e inserção. No entanto, são tipos de regiões distintas entre si. No primeiro caso, parece corroborar-se a hipótese de que a qualificação dos recursos humanos pode não ter equivalente em termos de inserção.

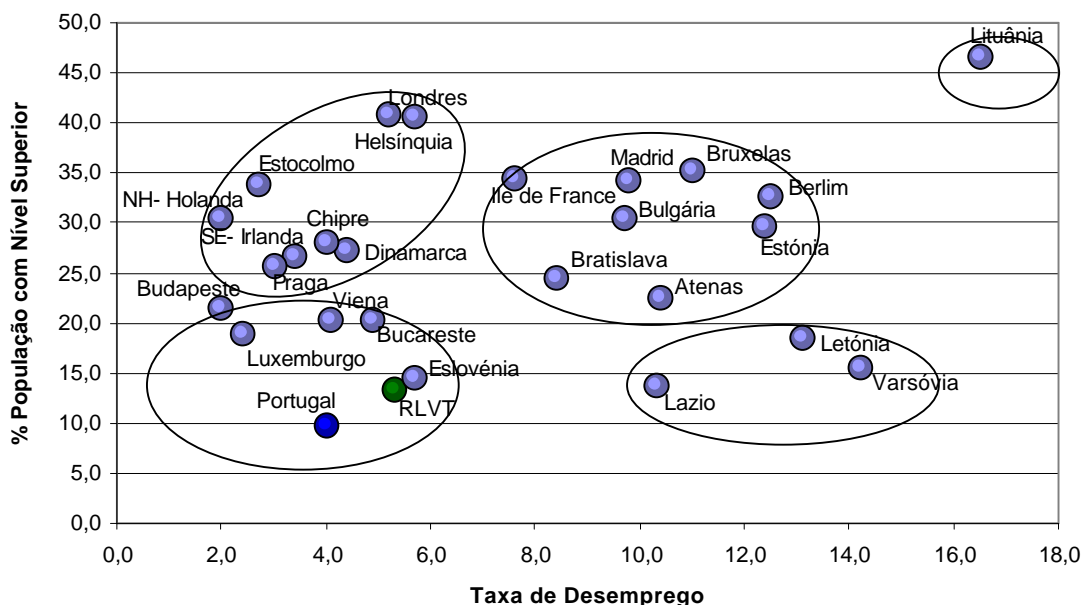
### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

Serão territórios que, por razões de vária ordem que caberia apurar, não conseguem assegurar emprego para os mais qualificados, o que parece ser revelador de alguns dos problemas com que se deparam os países mais desenvolvidos. Neste grupo de regiões isola-se a Lituânia por possuir, em simultâneo, o maior peso de população com nível superior e a mais elevada taxa de desemprego. O último grupo, por seu lado, revela uma fragilidade ímpar, quer pela incapacidade de qualificação, quer de inserção.

O segundo grupo de regiões que asseguram, em simultâneo, a qualificação dos seus recursos humanos e a inserção da mão-de-obra serão, sem dúvida, aquelas que estarão a contribuir para uma coesão interna, com repercussões inevitáveis em termos da qualidade de vida dos seus habitantes. A RLVT insere-se no grupo em que, embora com peso de população qualificada reduzido, consegue ir assegurando emprego à sua população. No grupo destas regiões que acompanham a RLVT, nomeadamente Bucareste, Budapeste, Luxemburgo e Viena (e mesmo Portugal), restará saber qual o rumo futuro se se assegurarem as estratégias comunitárias de qualificação dos recursos humanos, que vão balizando as medidas e iniciativas no âmbito do QCA III.

**Figura 27**

Taxa de desemprego segundo peso da população com nível III nas regiões capitais, em 2001



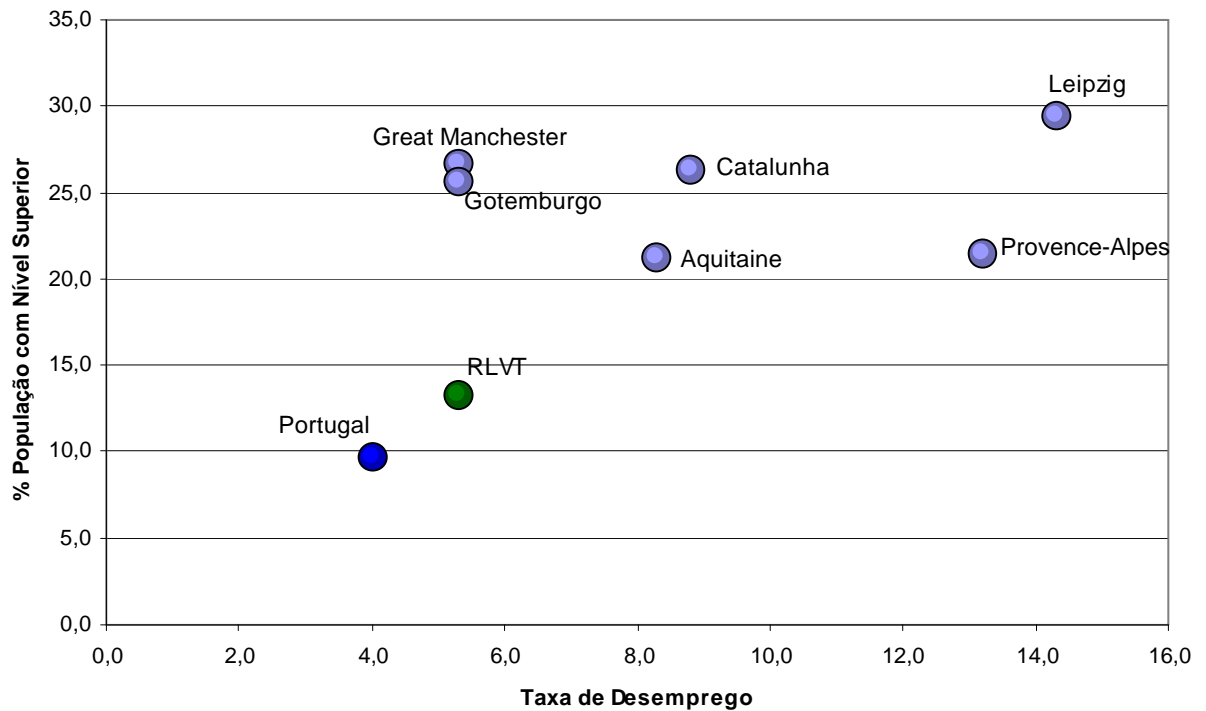
Fonte: Eurostat 2001 e 2002

Da análise do conjunto das regiões não capitais, e relativamente ao cruzamento da taxa de desemprego com o peso da população com nível III, também parece emergir uma relação de linearidade, que mostra a

### C.3.3 – RECURSOS HUMANOS

complexidade da relação entre a qualificação e emprego. Pode dizer-se que, para este grupo de regiões, o aumento do desemprego é acompanhado pelo aumento do peso da população com nível superior (Figura 28).

**Figura 28**  
Taxa de desemprego segundo peso da população com nível III,  
nas regiões periféricas, 2001



Fonte: Eurostat 2001 e 2002

De todos os níveis de análise directamente relacionados com a qualidade de vida, a Saúde é a única dimensão trabalhada no *Eurostat*, 2002. De facto, no contexto europeu, tem existido um grande trabalho de aferição dos indicadores de saúde de forma a permitir uma comparabilidade aceitável.

No entanto, o sentido do trabalho com estes indicadores não é o mesmo que move o presente trabalho e esse argumento, bem como a especificidade do papel das regiões capitais no contexto do país, fazem com que estes indicadores tenham uma leitura diferenciada. A Espanha, por exemplo, pela dimensão do país e autonomia regional, tem uma descentralização de equipamentos muito diferente de Portugal e, sobretudo da RLVT, que concentra grande parte dos equipamentos mais sofisticados, atraindo também certo tipo de comportamentos de saúde para a capital. Analisamos os indicadores relativos ao número de médicos por habitante e número de camas de hospital por habitante.

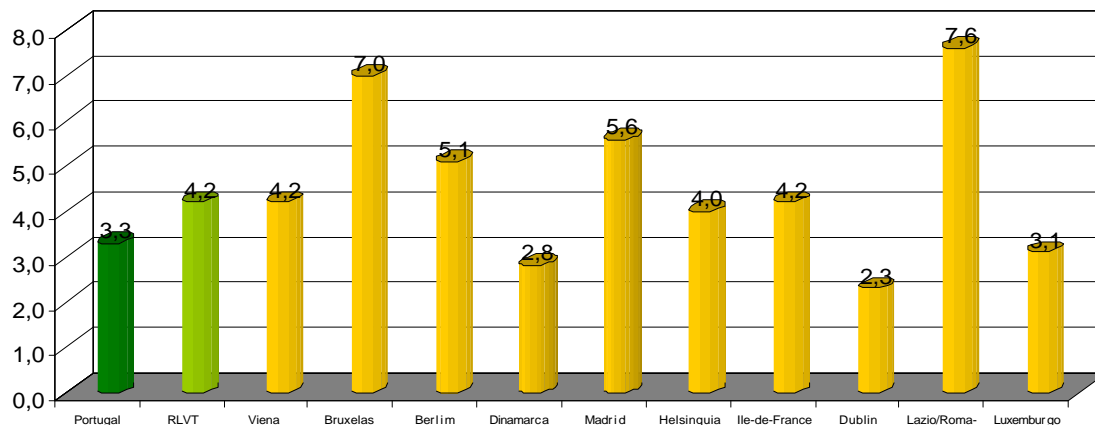
#### **a) Médicos por habitante: a meio da escala**

Entre 1986 e 1999, o número de médicos por habitante cresceu na União Europeia de 2,7 por 1000 habitantes para 3,6 – pese embora a grande diversidade regional no conjunto da União – que pode ser analisada na Figura 29.

A RLVT situa-se a meio da escala com 4,2 médicos por 1.000 habitantes, mas este número encontra-se desigualmente distribuído pelas sub-regiões internas à região metropolitana e tem vindo a decair (Figura 30).

**Figura 29**

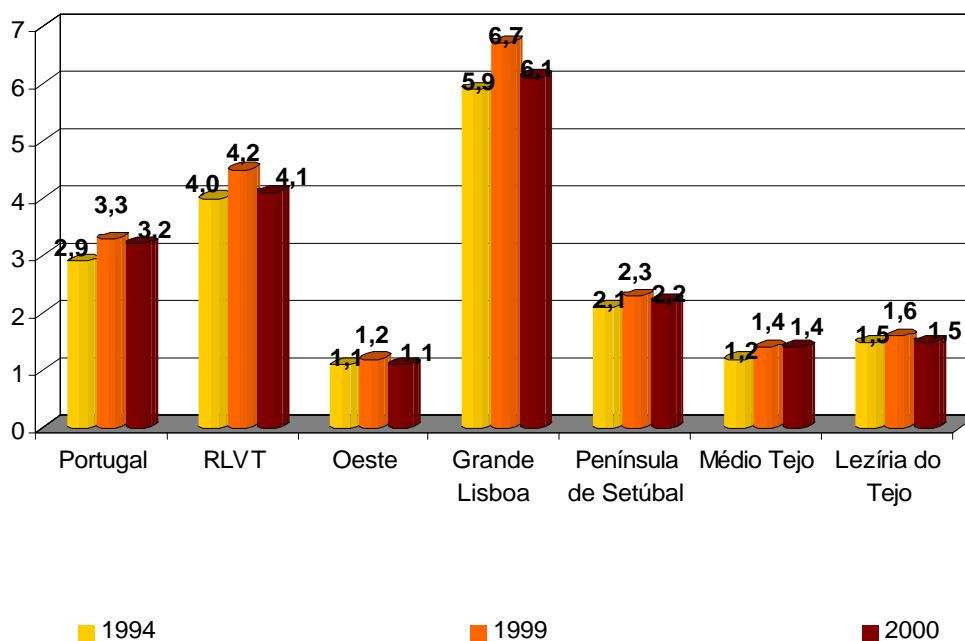
Médicos por 1000 habitantes, nas regiões capitais, em 1999



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 30**

Médicos por 1000 habitantes, nas regiões portuguesas, em 1999



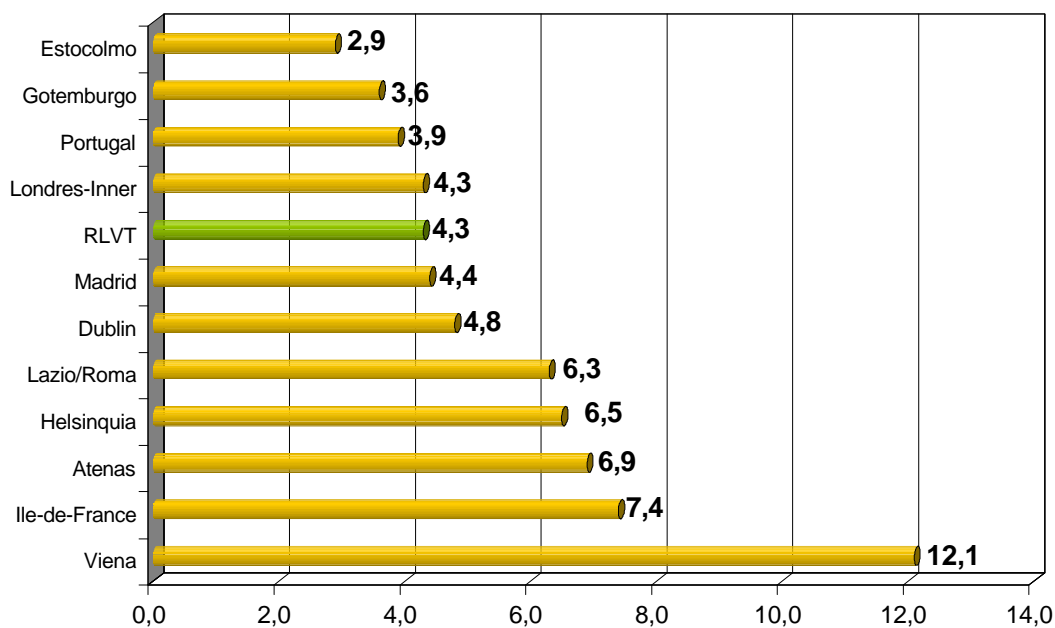
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**b) Camas de hospital por 1000 habitantes**

Curiosamente, a evolução das camas de hospital por 1000 habitantes manifesta uma tendência inversa ao indicador anterior. Entre 1986 e 1999, o número de camas de hospital decresceu significativamente, passando de 8,3 por 1000 habitantes para 6,3. As mudanças podem ser atribuídas às novas tecnologias da saúde e às novas formas de tratamento ambulatorio, mas também os constrangimentos orçamentais devem ter algo a explicar.

**Figura 31**

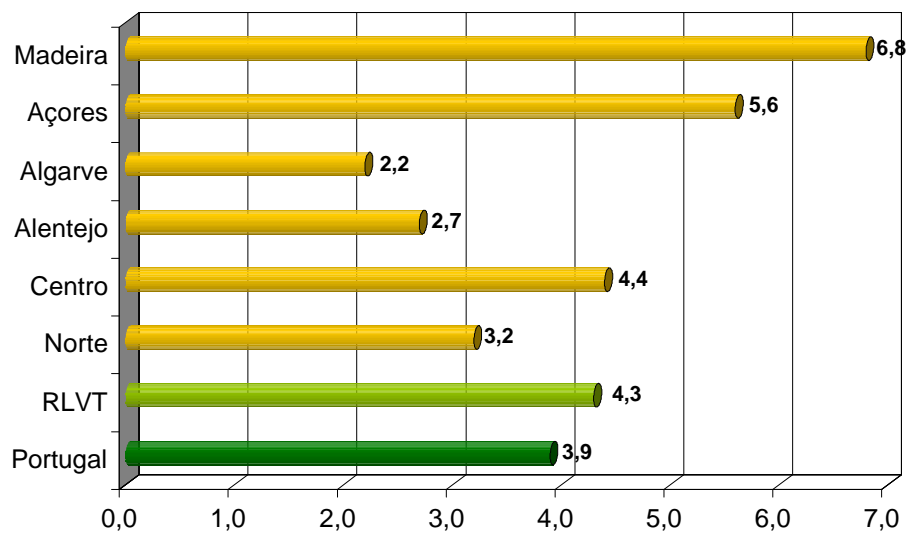
Camas de hospital por 1000 habitantes, nas regiões capitais, em 1999



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 32

Camas de hospital por 1000 habitantes, nas regiões portuguesas, em 1999



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Os indicadores disponíveis face ao Domínio “Pessoas”, embora escassos, permitem retirar algumas conclusões sobre as dinâmicas mais significativas da RLVT, sejam dinâmicas demográficas, seja sobre a qualificação e o emprego:

- As dinâmicas demográficas acusam uma população em crescimento reduzido (0,68 no período 1996-2000), um alargamento que é tributário de um movimento migratório positivo, com grande significado em quase todas as regiões do País e também na RLVT. Apesar desta entrada de população, o envelhecimento é já significativo na RLVT, encontrando-se esta em 6º lugar, no conjunto das capitais analisadas;
- As características do mercado de trabalho na principal região do País são conhecidas: fortes taxas de actividade, significativa presença de mulheres no mercado de trabalho e baixos níveis de desemprego. Salienta-se, no entanto, que, nesta comparabilidade, a taxa de actividade feminina perde parte do seu significado, quando comparada com as capitais do norte da Europa. O que é curioso verificar é que a RLVT é a 10ª região com maior taxa de actividade (e consequentemente menores níveis de desemprego), mas também a de maior precariedade de emprego;

Em síntese, a comparação da RLVT com o conjunto dos países europeus parece demonstrar uma posição de grande fragilidade sem se identificarem indicadores de forte sinal positivo, com excepção do indicador importante que se relaciona com os altos níveis de emprego.

É, no entanto, necessário verificar que estamos numa fase de transição. Após alguns anos de crescimento económico, a par de um investimento público significativo no domínio social, a conjuntura económica actual – ao nível nacional e internacional – demonstra uma necessidade de reavaliar estratégias, de reformular medidas e de repensar acções sobre os territórios, em contexto de retracção.

A RLVT não fica à parte deste contexto de mudança. Os indicadores de coesão trabalhados mostram que, apesar de se verificarem algumas debilidades na estrutura do emprego, tal parece não se repercutir ainda ao nível da inserção, particularmente das mulheres. Por um lado, a precariedade no emprego está fortemente presente e o peso relevante das mulheres no mercado de trabalho pode não ser sinónimo de

procura de igualdade de oportunidades de género, mas sim um recurso quando os níveis de vida já não permitem que seja apenas um elemento do agregado a garantir o sustento da família.

Infelizmente, os indicadores europeus existentes não nos permitem aferir de algumas dimensões fundamentais para a avaliação dos níveis de coesão sócio-territorial e da sua diferenciação inter-regional. Apesar das ajudas comunitárias para a RLVT tenderem a diminuir, a região parece ainda não ter atingido um patamar que lhe permita competir com outras regiões capitais, nem mesmo com as que agora fazem parte da EU25. A entrada dos novos países na União Europeia apenas tenderá a agravar este cenário, na medida em que terão maior capacidade de atracção de investimentos pelos conhecidos baixos níveis salariais, a que se associa uma estrutura de educação claramente mais favorável.

A RLVT parece ter dificuldade em oferecer indicadores de qualificação de recursos humanos e de “qualidade de vida” suficientemente atractivos. Espera-se que os esforços do QCA III comecem a ser visíveis num futuro próximo.

### C.3 – ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura nº</b>	<b>Designação</b>	<b>Pág</b>
<b>1</b>	Densidade populacional nas regiões capitais, 2000	<b>71</b>
<b>2</b>	Densidade populacional nas regiões periféricas, 2000	<b>72</b>
<b>3</b>	Taxa de crescimento da população (%) e taxa bruta de migração, nas regiões capitais, 1999	<b>74</b>
<b>4</b>	Taxa de crescimento da população (%) e taxa bruta de migração, nas regiões periféricas, 1999	<b>75</b>
<b>5</b>	Componentes do crescimento populacional: crescimento total, taxa bruta de crescimento e taxa bruta de migração nas regiões portuguesas, 1999	<b>76</b>
<b>6</b>	Índice de dependência de idosos e taxa de crescimento da população nas regiões capitais, 1999	<b>78</b>
<b>7</b>	Índice de dependência de idosos e taxa de crescimento da população nas regiões periféricas, 1999	<b>79</b>
<b>8</b>	Taxa de actividade dos 15 aos 64 anos, nas regiões capitais, 2001	<b>81</b>
<b>9</b>	Taxa de actividade dos 15 aos 64 anos, nas regiões periféricas, 2001	<b>82</b>
<b>10</b>	Variação da mão-de-obra e variação do desemprego, nas regiões capitais, 1996-2000	<b>83</b>
<b>11</b>	Variação da mão-de-obra e variação do desemprego, nas regiões periféricas, 1996-2000	<b>84</b>
<b>12</b>	Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego geral, nas regiões capitais, 2001	<b>86</b>
<b>13</b>	Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego geral, nas regiões periféricas, 2001	<b>87</b>
<b>14</b>	Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego feminino, nas regiões capitais, 2001	<b>87</b>
<b>15</b>	Taxa de actividade feminina e taxa de desemprego feminino, nas regiões periféricas, 2001	<b>88</b>
<b>16</b>	Taxa de actividade feminina, nas regiões capitais, 2001	<b>89</b>
<b>17</b>	Taxa de actividade feminina, nas regiões periféricas, 2001	<b>90</b>
<b>18</b>	Taxa de actividade feminina, nas regiões portuguesas, 2000	<b>91</b>
<b>19</b>	Percentagem de pessoas empregadas entre os 55 e os 64 anos, nas regiões de referência, 2000	<b>92</b>
<b>20</b>	Percentagem de pessoas empregadas entre os 55 e os 64 anos, nas regiões portuguesas, 2000	<b>93</b>

### C.3 – ÍNDICE DE FIGURAS

<b>21</b>	Taxa de desemprego jovem segundo a taxa de actividade geral, nas regiões capitais, 2001	<b>94</b>
<b>22</b>	Taxa de desemprego jovem segundo a taxa de actividade geral, nas regiões periféricas, 2001	<b>95</b>
<b>23</b>	Percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo, nas regiões de referência, 2000	<b>96</b>
<b>24</b>	Percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo, nas regiões portuguesas, 2000	<b>97</b>
<b>25</b>	Taxa de desemprego, nas regiões capitais, 2001	<b>98</b>
<b>26</b>	Taxa de desemprego, nas regiões periféricas, 2001	<b>99</b>
<b>27</b>	Taxa de desemprego segundo o peso da população com nível III de instrução nas regiões capitais, em 2001	<b>100</b>
<b>28</b>	Taxa de desemprego segundo o peso da população com nível III de instrução nas regiões periféricas, em 2001	<b>101</b>
<b>29</b>	Médicos por 1000 habitantes, nas regiões capitais, 1999	<b>103</b>
<b>30</b>	Evolução do n.º de médicos por 1000 habitantes nas regiões portuguesas, 1999	<b>103</b>
<b>31</b>	Camas de hospital por 1000 habitantes, nas regiões capitais, 1999	<b>104</b>
<b>32</b>	Camas de hospital por 1000 habitantes, nas regiões portuguesas, 1999	<b>105</b>



# DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

C.4



SUB-DOMÍNIO  
COMPETITIVIDADE E  
INTERNACIONALIZAÇÃO

C.4.1



A análise comparativa, no âmbito do domínio *Organizações – Competitividade da Base Económica, Especialização de actividades e Internacionalização da Economia*, da Região de Lisboa e Vale do Tejo com as regiões da União Europeia, nomeadamente as regiões capitais nacionais e um leque de regiões periféricas de referência, baseia-se num conjunto de indicadores que procuram englobar as várias dimensões de análise definidas no âmbito deste domínio.

Neste sentido, a dimensão Dinâmica Económica será ilustrada através da análise das divergências nos níveis de PIB per capita e dos ritmos de convergência das regiões europeias, bem como pela análise comparativa das taxas de emprego regionais.

A dimensão Competitividade Internacional será avaliada tendo como base a análise das estruturas sectoriais e da importância do emprego nos sectores com elevada intensidade tecnológica. Por último, a dimensão Factores de Crescimento será analisada através de indicadores associados aos níveis educacionais.

As sub-dimensões de análise “Abertura e Internacionalização” (da dimensão Competitividade Internacional) e “Dinâmicas de Investimento” (da dimensão Factores de Crescimento) devido à limitação na recolha de informação estatística não foram cobertas por indicadores de comparação europeia.

A análise do domínio de monitorização em causa estrutura-se de acordo com as respectivas dimensões (sub-dimensões) de análise, de acordo com três linhas de orientação:

- i) comparação da Região de Lisboa e Vale do Tejo com um conjunto de regiões capitais;
- ii) comparação da Região de Lisboa e Vale do Tejo com um conjunto de regiões denominadas “regiões periféricas”;
- iii) comparação do grau de afastamento da Região de Lisboa e Vale do Tejo à média nacional com o das restantes regiões europeias face às respectivas médias nacionais.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia níveis de vida, medidos pelo indicador de desenvolvimento económico PIB *per capita*, bastante desfavoráveis face às regiões utilizadas como termo de comparação. O indicador em causa apresenta-se como mais reduzido, quer na média dos níveis de PIB per capita das regiões capitais, quer na média dos níveis de PIB per capita das regiões periféricas, indiciando níveis de desenvolvimento muito pouco favoráveis no contexto europeu.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta valores médio-elevados em termos de taxas de emprego, dado que, apesar de serem mais reduzidos comparativamente com algumas regiões da UE 15, superam no geral os valores apresentados pelos países de Leste. No entanto, existem já algumas regiões de países candidatos que contrariam esta tendência. A taxa de emprego da RLVT é inferior à média nacional, contrastando, deste modo, com algumas regiões capitais consideradas na análise.

### **a) Produtividade e dinâmicas de desenvolvimento**

Considerando que a análise da competitividade de um território deve ter em conta os seus níveis de eficácia e simultaneamente a sua capacidade em criar emprego e melhorar, de forma sustentada, o nível de vida médio da população, e podendo este ser medido com base nos níveis de PIB *per capita* evidenciados, importa, a fim de aferir as dinâmicas de desenvolvimento económicas desenhadas pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, comparar as suas trajetórias em termos deste indicador, face às regiões europeias capitais e “periféricas”.

Deste modo, apesar do indicador em causa, pelo seu grau de elevada relevância, ter já sido utilizado como indicador-chave do presente relatório, é necessário para a sub-dimensão em causa - “Produtividade de Dinâmicas de Desenvolvimento” - recorrer ao seu uso, segundo diferentes perspectivas.

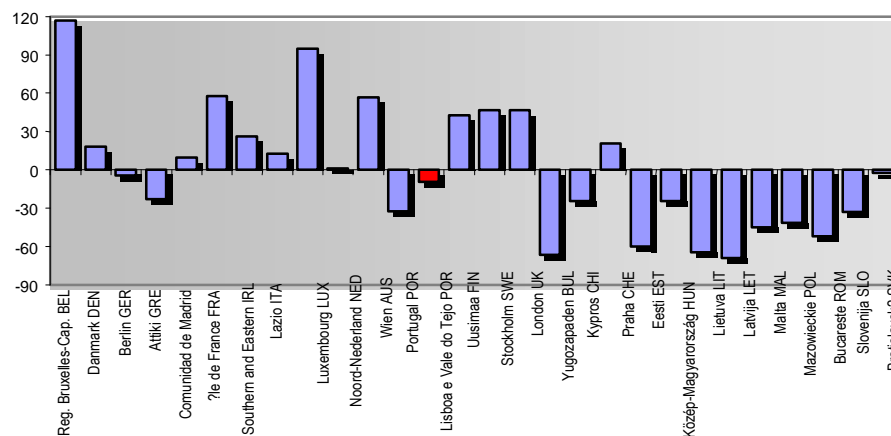
Neste sentido, a fim de perceber, de forma mais fina, as trajetórias de evolução dos níveis de PIB *per capita* da Região de Lisboa e Vale do Tejo face às regiões europeias seleccionadas como termo de comparação, pode ser feita uma análise de cariz mais detalhado, utilizando como base de comparação, não a UE 15, mas antes a média ponderada das regiões capitais e periféricas. Por último, na sub-dimensão em causa, são analisados os ritmos de convergência regional no seio da UE 15.

## C.4.1.2 – DINÂMICA ECONÓMICA

A Região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia níveis de vida, medidos pelo indicador de desenvolvimento económico PIB *per capita*, bastante desfavoráveis face às regiões utilizadas como termo de comparação. Esta situação pode ser comprovada, quer quando se coloca a média ponderada do PIB *per capita* do conjunto das regiões capitais como termo de comparação (ver Figura 1 e Figura 2), quer quando se recorre à média ponderada do PIB *per capita* do conjunto das regiões periféricas como termo de comparação (ver Figura 3 e Figura 4), quer quando, por fim, se utiliza a média ponderada do PIB *per capita* do conjunto total de regiões – capitais e periféricas - como termo de comparação (ver Figura 5 e Figura 6).

De facto, o nível de PIB *per capita* da Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta sempre níveis inferiores às médias dos conjuntos considerados, ou seja, o indicador em causa apresenta-se como mais reduzido, quer na média dos níveis de PIB *per capita* das regiões capitais, quer na média dos níveis de PIB *per capita* das regiões periféricas, indiciando níveis de desenvolvimento muito pouco favoráveis no contexto europeu.

**Figura 1**  
PIB *per capita* nas regiões capitais (2000)  
(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais)

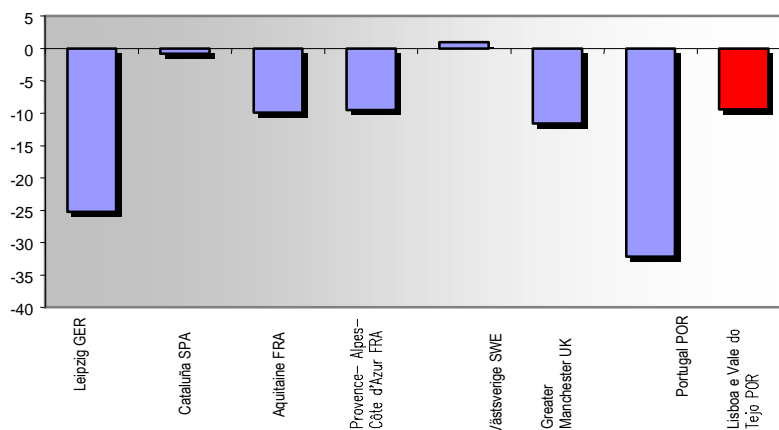


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

## C.4.1.2 – DINÂMICA ECONÓMICA

Figura 2

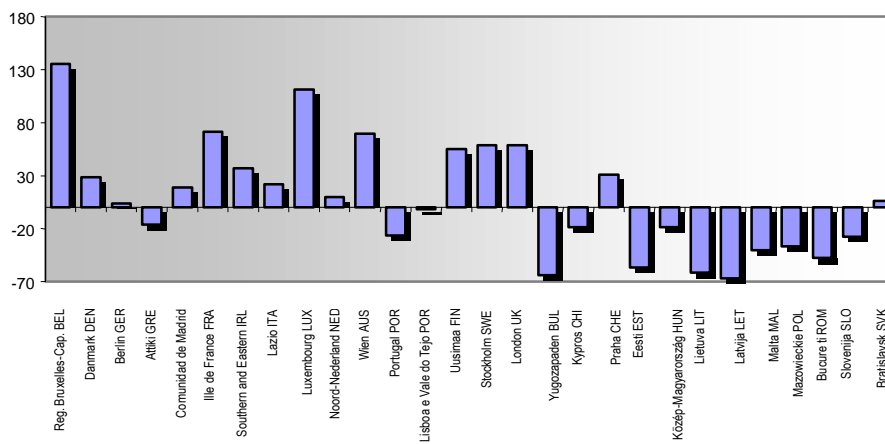
PIB *per capita* nas regiões periféricas (2000)  
(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 3

PIB *per capita* nas regiões capitais (2000)  
(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões periféricas)

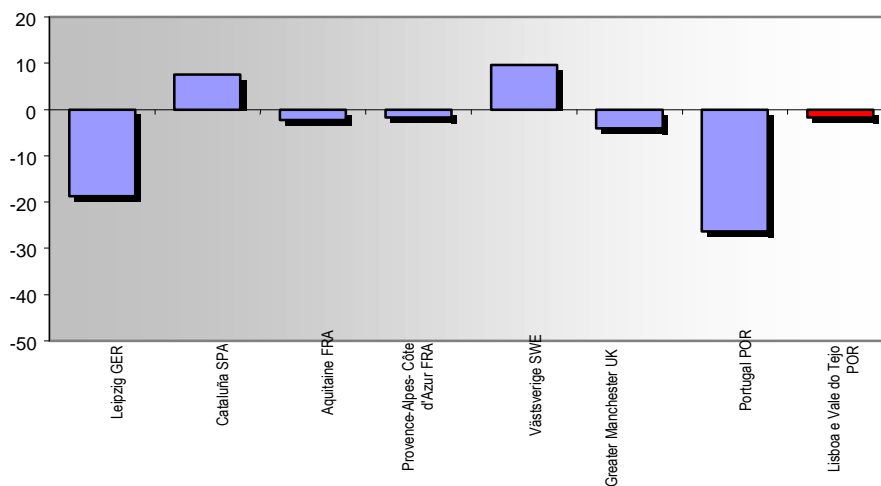


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

## C.4.1.2 – DINÂMICA ECONÓMICA

Figura 4

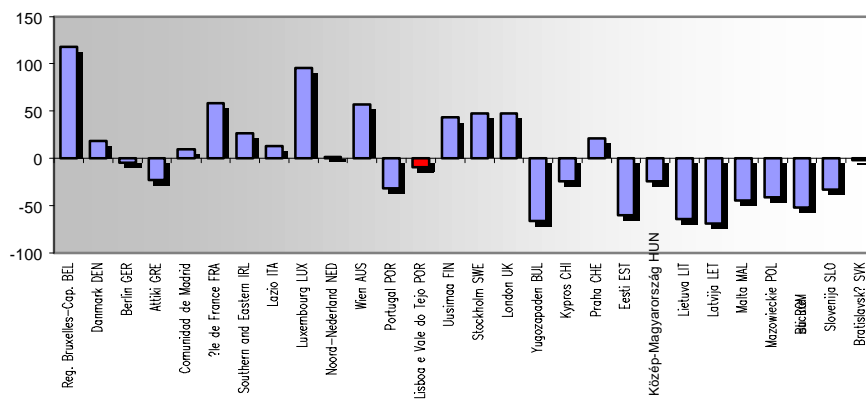
PIB *per capita* nas regiões periféricas (2000)  
(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões periféricas)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 5

PIB *per capita* nas regiões capitais (2000)  
(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais e periféricas)

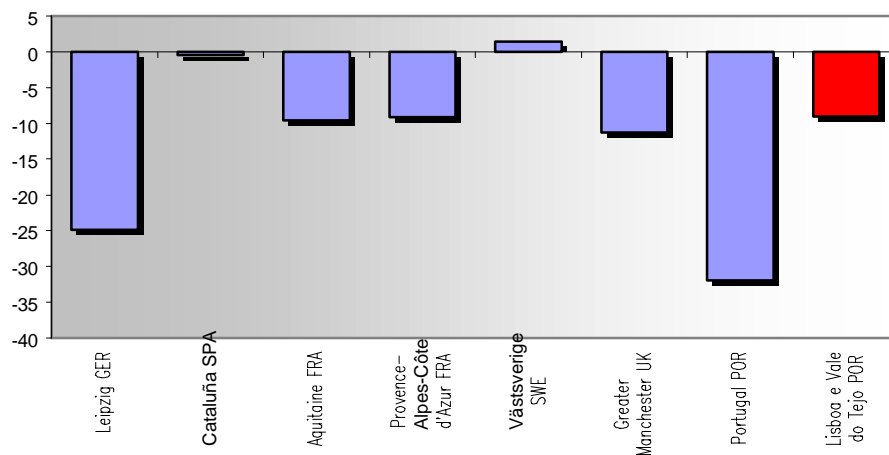


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 6

PIB *per capita* nas regiões periféricas (2000)

(Diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais e periféricas)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

A Figura seguinte sintetiza informação relativa ao grau de dispersão do PIB *per capita* no conjunto das regiões de referência utilizadas (regiões capitais e regiões periféricas).

Figura 7

Dispersão do PIB *per capita* nas regiões de referência em 2000 (em euros)

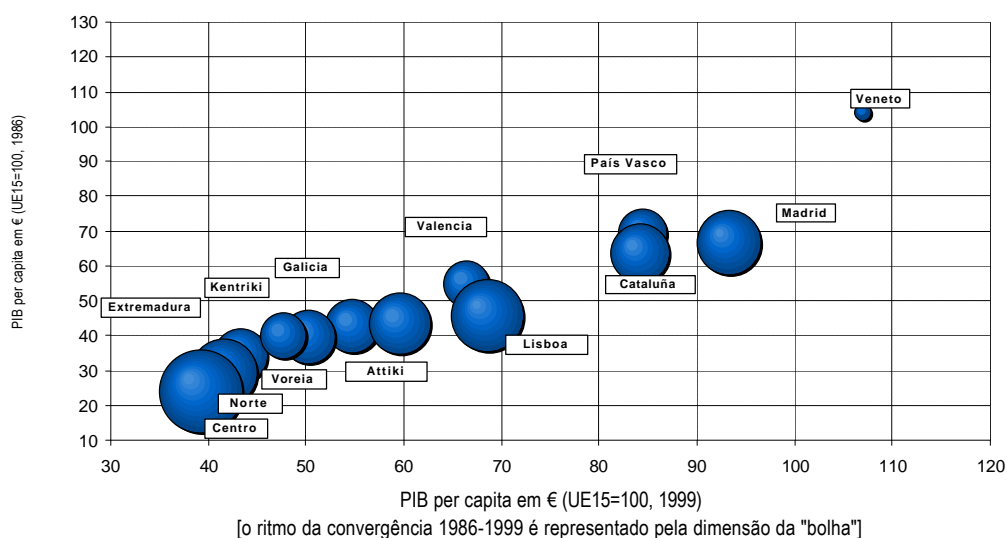
REGIÕES DE REFERÊNCIA		
<b>Regiões capitais</b>		
Valor máximo	49191.37	Região de Bruxelas
Valor mínimo	6975.34	Letónia
Rácio Valor máximo/ Valor mínimo	7.052	
<b>Regiões Periféricas</b>		
Valor máximo	22897.76	Västsverige
Valor mínimo	16959.35	Leipzig
Rácio Valor máximo/ Valor mínimo	1.35	

FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

## C.4.1.2 – DINÂMICA ECONÓMICA

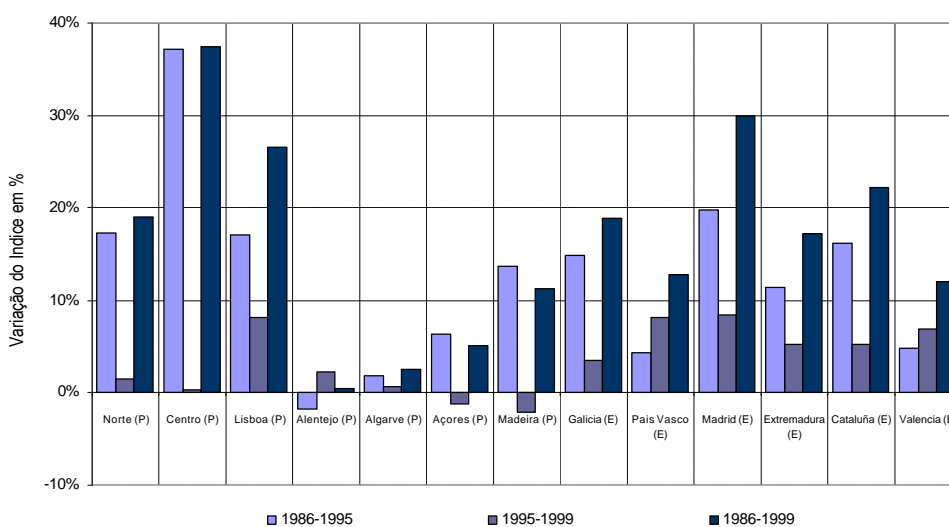
O ritmo de convergência regional na União Europeia durante o período 1986-1999 pode ser visualizado nas Figuras 8 e 9. O ritmo de convergência do PIB *per capita* da Região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de algo significativo, foi sobretudo mais acentuado nos primeiros 10 anos (1986-1995) comparativamente com os anos mais recentes do período em análise.

**Figura 8**  
Convergência regional na União Europeia (1986-1999)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 9**  
A Convergência das regiões ibéricas na União Europeia (1986-1999, em PPC)  
(os 10 primeiros anos e os últimos 5 anos)

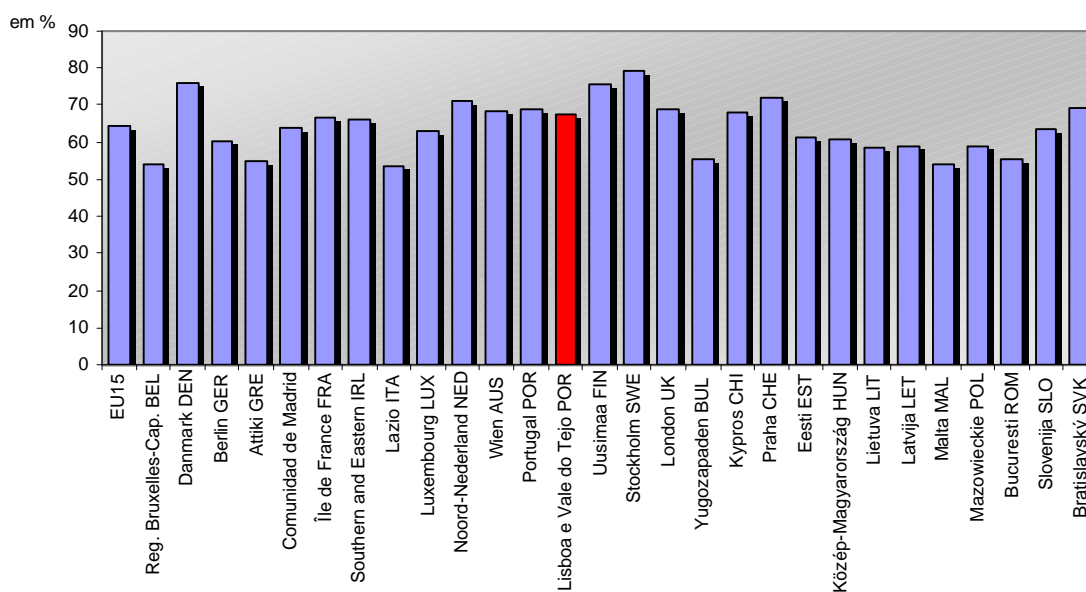


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### b) Demografia empresarial e dinâmicas de emprego

No que se refere à taxa de emprego, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava em 2001 valores médio-elevados, que, apesar de serem mais reduzidos comparativamente com algumas regiões da UE 15, sendo nomeadamente inferiores a Estocolmo (Suécia), Dinamarca<sup>10</sup>, Uusimaa (Finlândia), Noord-Nederland (Holanda), Viena (Áustria), superam no geral os valores apresentados pelos países de Leste. No entanto, existem algumas regiões de países candidatos que contrariam esta tendência e evidenciam taxas de emprego mais elevadas do que a da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente Praga (República Checa), Bratislava (Eslováquia) e Chipre<sup>11</sup>. (Ver Figura 10 e Figura 11).

**Figura 10**  
Taxa de emprego nas regiões capitais em 2001 (em %)



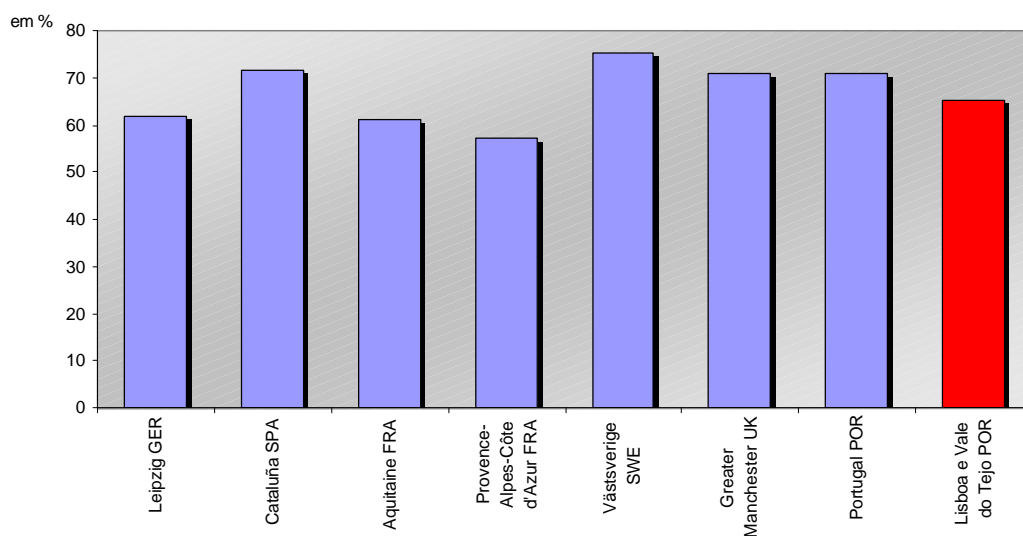
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

<sup>10</sup> Este país é analisado como uma região única.

<sup>11</sup> Este país é analisado como uma região única.

**Figura 11**

Taxa de emprego nas regiões periféricas em 2001 (em %)

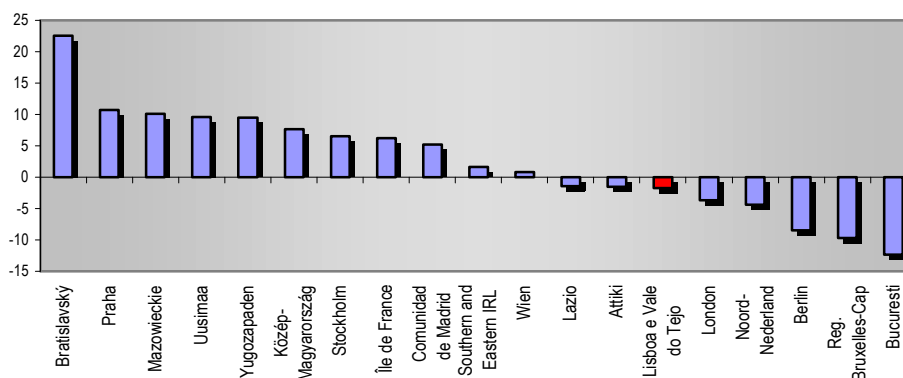


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava em 2001 uma taxa de emprego inferior à média nacional contrastando, deste modo, com algumas regiões capitais consideradas na análise (ver Figura 12). No conjunto de regiões periféricas (ver Figura 13) apenas a Catalunha apresentava uma taxa de emprego superior à respectiva taxa nacional<sup>12</sup>.

**Figura 12**

Taxa de emprego em 2001 (em %) Diferenças das regiões capitais face às respectivas médias nacionais

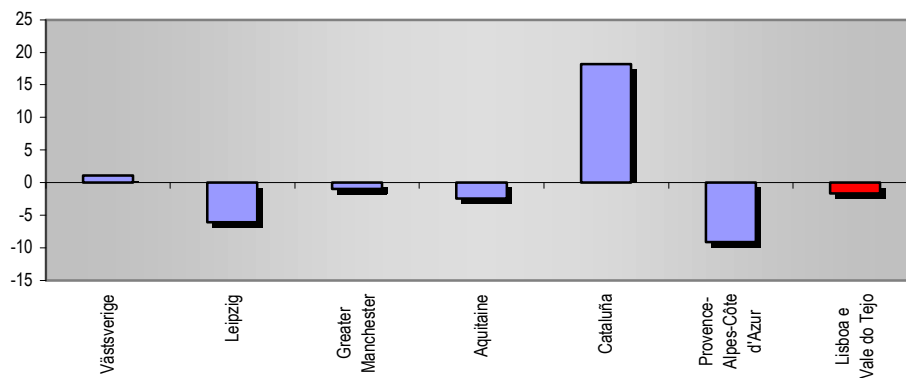


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

<sup>12</sup> Nos gráficos que relacionam os indicadores das regiões capitais com as médias nacionais são naturalmente excluídos os países que estão organizados de acordo com o critério de uma região única.

Figura 13

Taxa de Emprego em 2001 (em %)  
Diferenças das regiões periféricas face às respectivas médias nacionais



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### C.4.1.3 – COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

O peso do sector dos serviços, no perfil de especialização da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é, no geral, inferior ao das regiões capitais, sobretudo no que concerne aos actuais países membros da UE, dado que, face às regiões dos países de Leste, as diferenças não são tão marcantes.

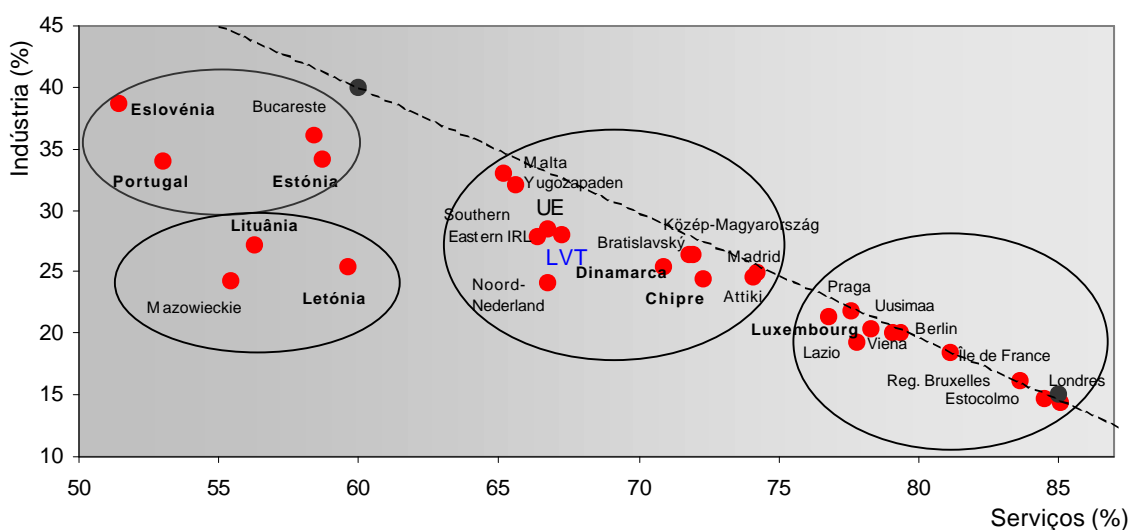
A análise dos níveis de divergências, em termos sectoriais, das regiões face aos respectivos espaços nacionais, confere à Região de Lisboa e Vale do Tejo um dos diferenciais positivos mais significativos, o que se justifica pelos níveis muito reduzidos de terciarização do espaço nacional, no contexto das regiões analisadas.

Apesar do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica ser, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, superior à média nacional, a Região apresenta uma menor importância percentual do emprego nos sectores de alta tecnologia, face a diversas regiões capitais e praticamente inferior a todas as regiões consideradas periféricas.

#### a) Especialização produtiva

O peso do sector dos serviços no perfil de especialização da Região de Lisboa e Vale do Tejo é, no geral, inferior ao das regiões capitais, sobretudo no que concerne aos actuais países membros da UE, dado que face às regiões dos países de Leste as diferenças não são tão marcantes. (ver Figura 14 e Figura 15).

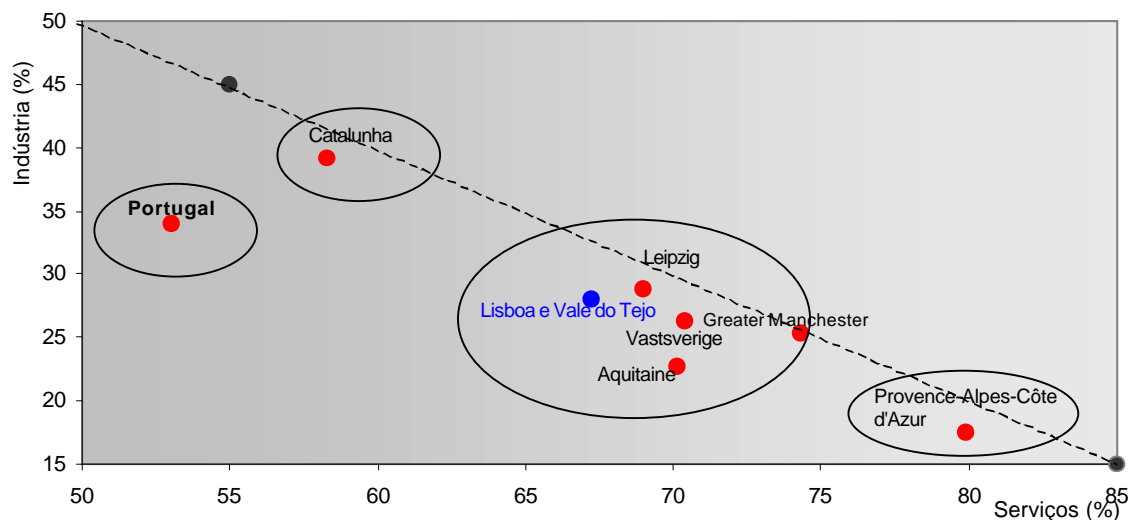
**Figura 14**  
Estrutura sectorial nas regiões capitais em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 15

Estrutura sectorial nas regiões periféricas em 2001

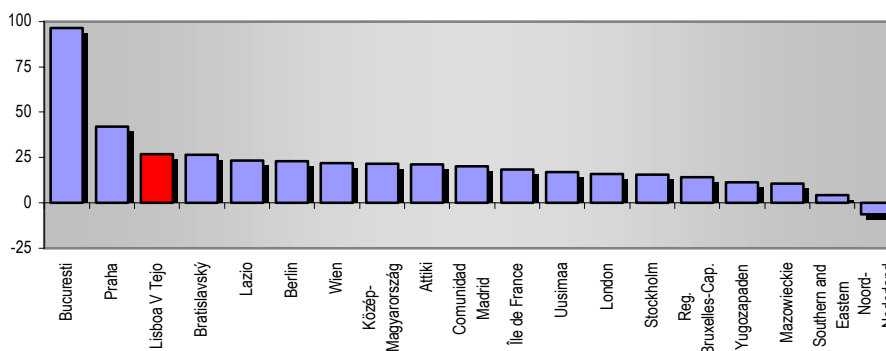


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Apesar do peso do sector terciário na Região de Lisboa e Vale do Tejo não se encontrar entre os valores europeus mais elevados, a análise dos níveis de divergências das regiões, face aos respectivos espaços nacionais, confere à Região de Lisboa e Vale do Tejo um dos diferenciais positivos mais significativos, o que se justifica pelos níveis muito reduzidos de terciarização do espaço nacional, no contexto das regiões analisadas.

Figura 16

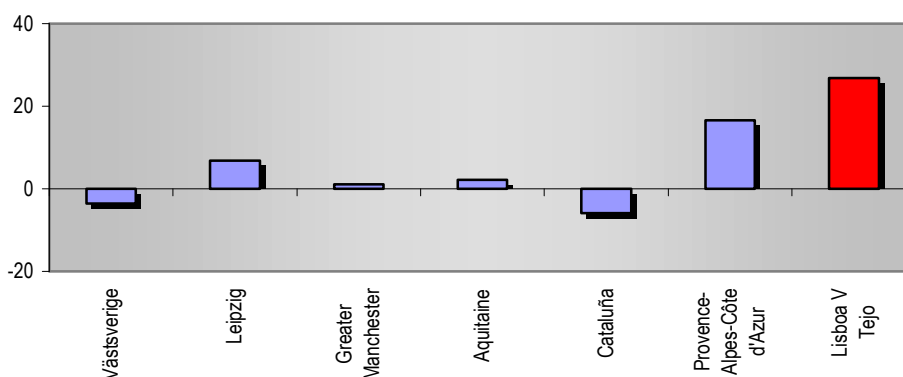
Divergência do peso do sector terciário nas regiões capitais face ao espaço nacional (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 17

Divergência do peso do sector terciário nas regiões periféricas face ao espaço nacional (2001)



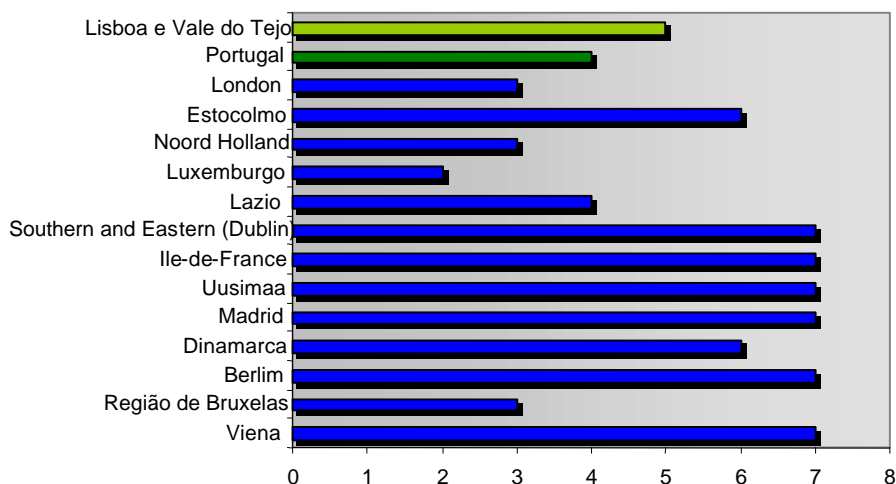
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### b) Posição competitiva

Apesar do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica ser, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, superior à média nacional, uma análise comparativa das médias europeias revela que a RLVT apresenta uma menor importância percentual do emprego nos sectores de alta tecnologia, face a diversas regiões capitais – ver Figura 18 – e inferior a todas as regiões consideradas periféricas (com excepção de Provence-Alpes-Côte d'Azur) – ver Figura 19.

Figura 18

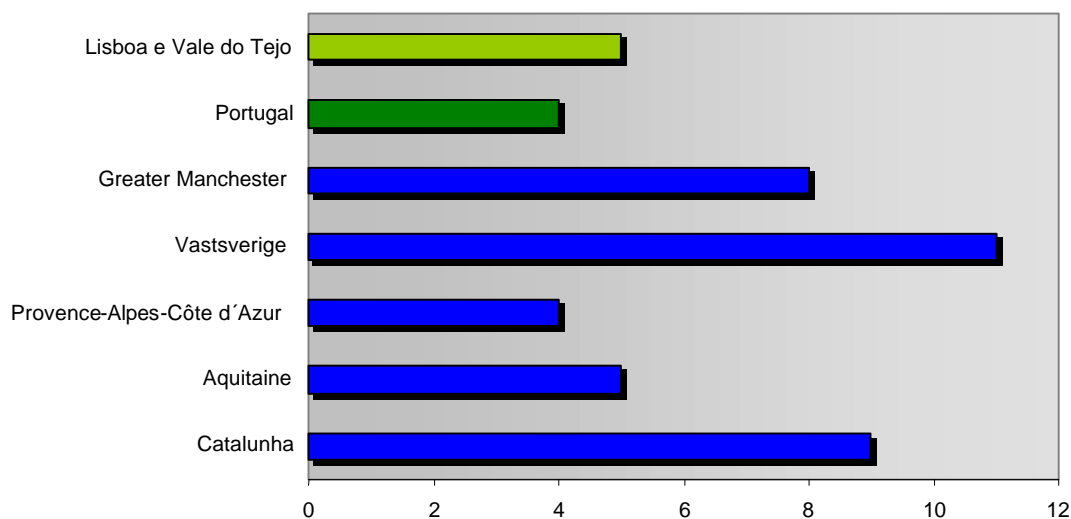
Peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões capitais em 2001 (em %)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 19

Peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões periféricas em 2001 (em %)

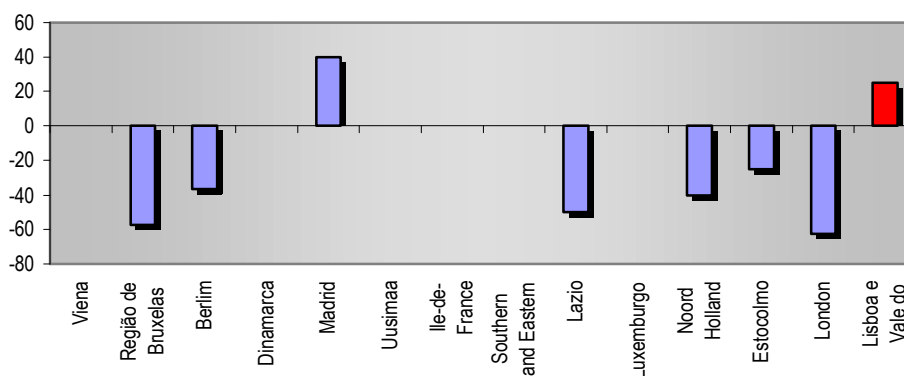


FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um dos diferenciais mais significativos face à média nacional, em termos do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica, quer no conjunto das regiões capitais (ver Figura 20), quer no conjunto das regiões periféricas (ver Figura 21).

Figura 20

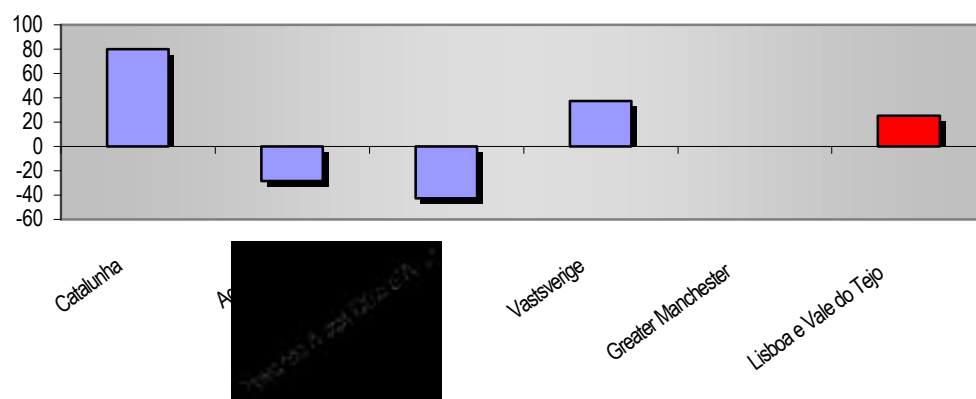
Divergência do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões capitais face às médias nacionais (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 21

Divergência do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões periféricas face às médias nacionais (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

No conjunto das regiões capitais, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, quer face a regiões da UE 15, quer face a regiões de países de Leste, o peso mais acentuado do nível educacional mais reduzido, contrastando fortemente com as restantes regiões analisadas.

A análise da relação dos níveis de PIB *per capita* com a estrutura educacional, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, indicia um potencial de crescimento futuro, fomentado pela estrutura de recursos humanos, muito pouco favorável em termos comparativos com as regiões analisadas.

### **a) Educação e formação de recursos humanos**

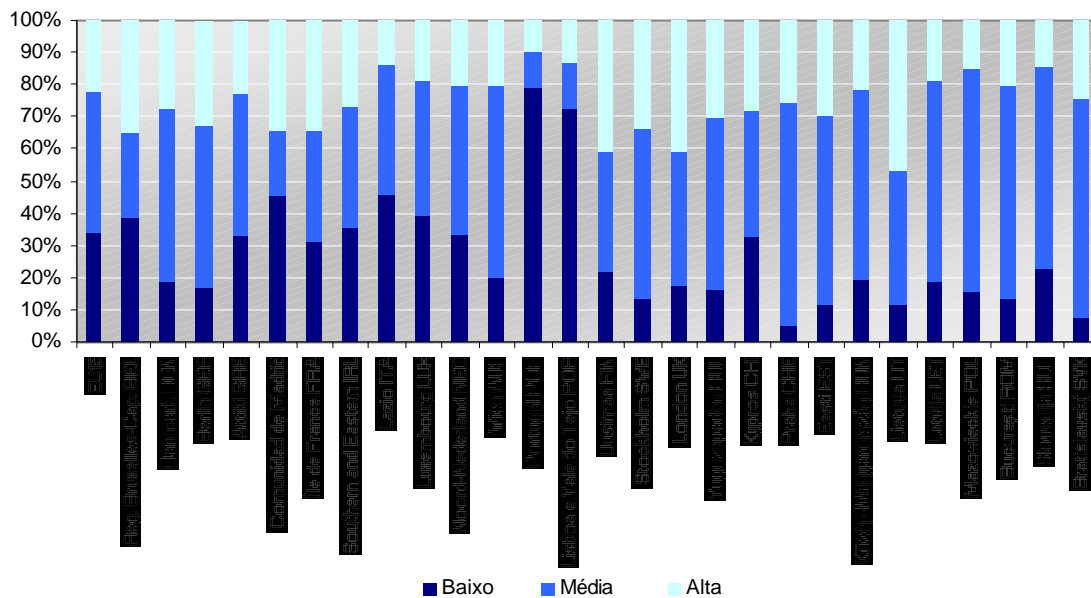
A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma estrutura de níveis educacionais bastante preocupante no contexto europeu, sendo esta situação mais acentuada no seio das regiões capitais tomadas como referência (Figura 22), do que propriamente no conjunto das regiões periféricas (Figura 23).

No conjunto das regiões capitais, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, quer face a regiões da UE 15, quer face a regiões de países de Leste, o peso mais acentuado do nível educacional mais reduzido, contrastando fortemente com as restantes regiões analisadas. Esta posição bastante desfavorável, consubstanciada num peso esmagador dos níveis habilitacionais mais reduzidos no total da estrutura de habilitações, traduz-se conseqüentemente numa expressividade muito ténue das habilitações mais elevadas na Região, comparativamente com o espaço europeu.

## C.4.1.4 – FACTORES DE CRESCIMENTO

Figura 22

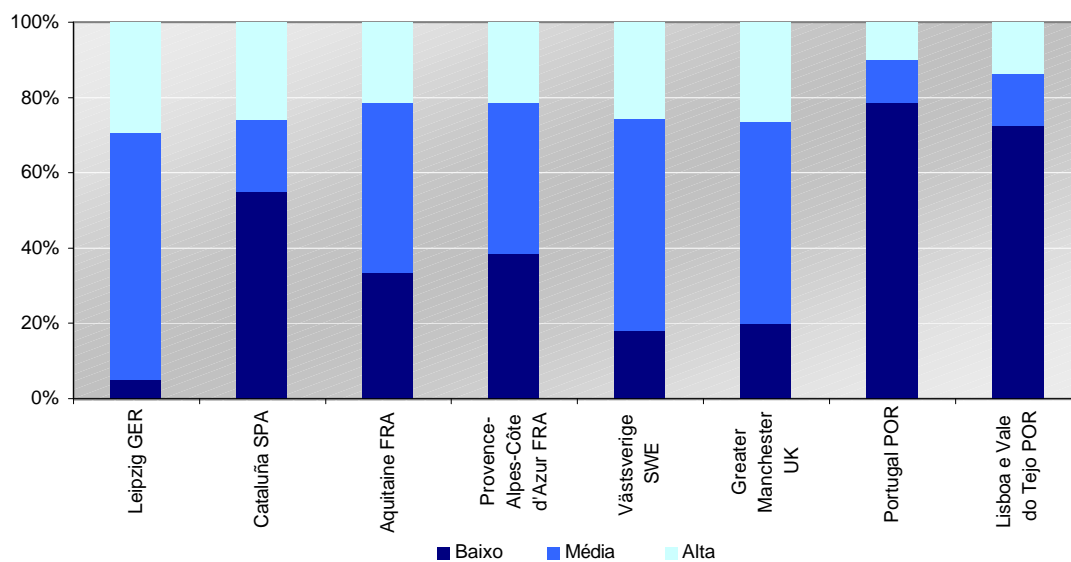
Nível educacional (25-59 anos) nas regiões capitais em 2001



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 23

Nível educacional (25-59 anos) nas regiões periféricas em 2001



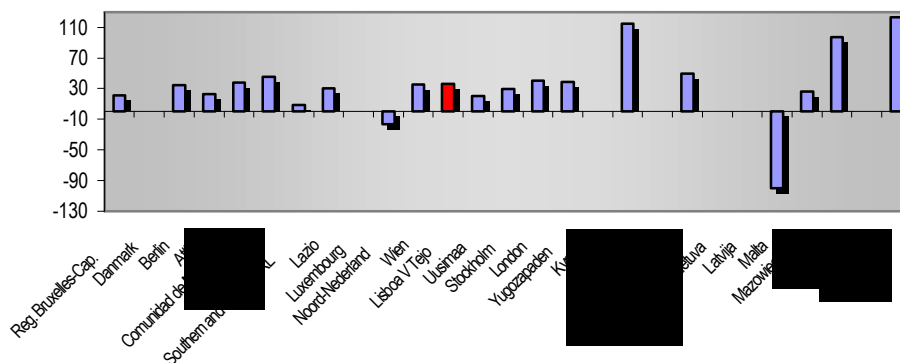
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

## C.4.1.4 – FACTORES DE CRESCIMENTO

No que se refere à diferença entre o peso dos níveis educacionais mais elevados da Região de Lisboa e Vale do Tejo face ao peso da média nacional, observa-se que o mesmo não é alvo de grande destaque no conjunto das regiões capitais (ver Figura 24), e que contrasta, apenas, quando comparada com o conjunto das regiões periféricas (ver Figura 25).

**Figura 24**

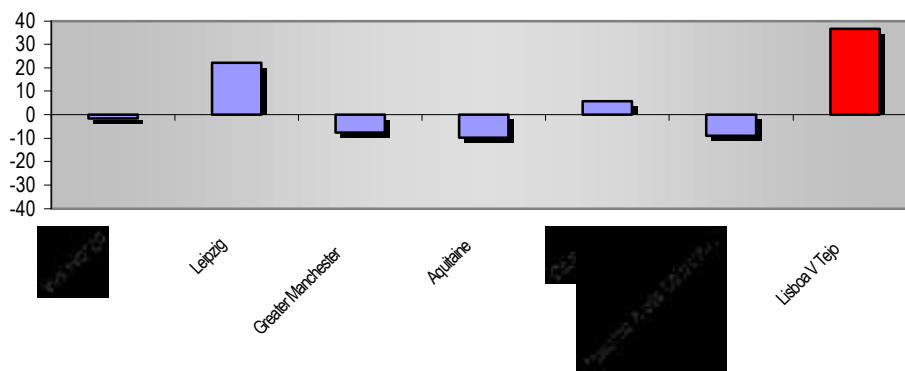
Diferenças do peso do nível educacional mais elevado nas regiões capitais face às médias nacionais (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

**Figura 25**

Diferenças do peso do nível educacional mais elevado nas regiões periféricas face às médias nacionais (2001)



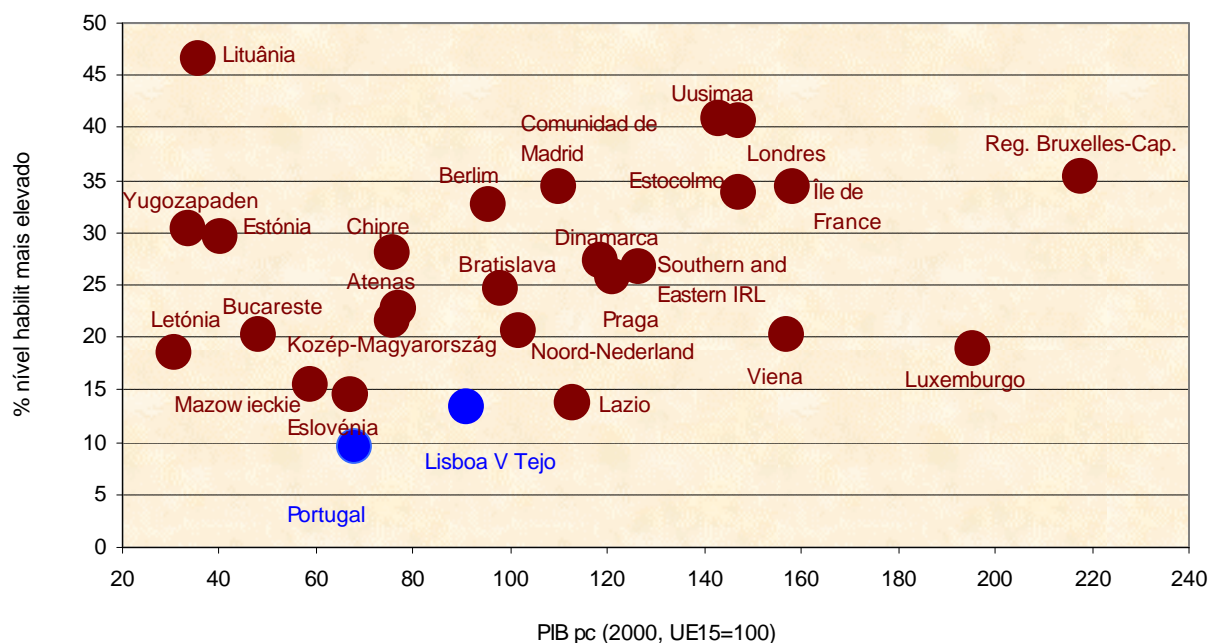
FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

#### C.4.1.4 – FACTORES DE CRESCIMENTO

A relação entre os níveis de PIB *per capita* e o peso dos níveis habilitacionais mais elevados pode ser visualizada na Figura 26 – regiões capitais e na Figura 27 – regiões periféricas.

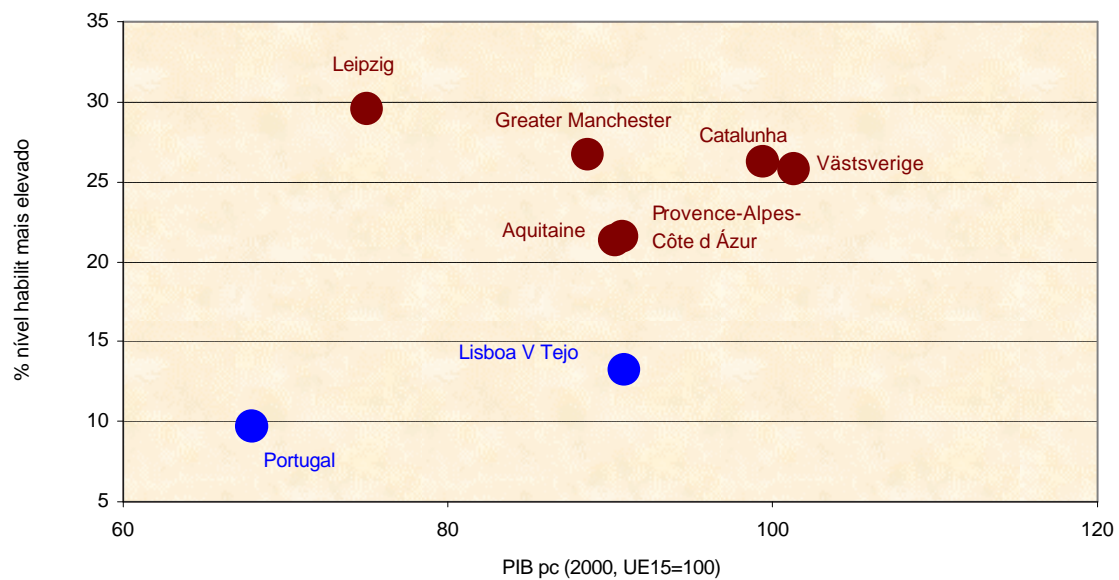
A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, no seio das regiões que revelam níveis de PIB *per capita* mais aproximados ao seu, a importância mais reduzida de entre os níveis habilitacionais mais elevados, detectando-se, em simultâneo, diversas regiões com níveis de PIB *per capita* inferiores ao da RLVT, com pesos mais favoráveis, no âmbito dos níveis habilitacionais mais elevados. Esta situação indicia um potencial de crescimento futuro, fomentado pela estrutura de recursos humanos, muito pouco favorável para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, no seio das regiões analisadas.

**Figura 26**  
PIB *per capita* e nível educacional nas regiões capitais (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

Figura 27  
PIB *per capita* e nível educacional nas regiões periféricas (2001)



FONTE: Regions, EUROSTAT, 2002

### Síntese

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava em 2000 um nível de PIB *per capita*, que, apesar de superior à média nacional, ficava bastante aquém da média da UE, sendo o seu nível, inclusive, aproximado ao de algumas regiões da Europa de Leste. Por outro lado, o grau de afastamento do PIB *per capita* da RLVT, face à respectiva média nacional, encontra-se entre os menos significativos, no seio das regiões capitais.

O PIB *per capita*, na RLVT, apresenta-se como mais reduzido, quer na média dos níveis de PIB *per capita* das regiões capitais, quer na média dos níveis de PIB *per capita* das regiões periféricas, indiciando níveis de desenvolvimento muito pouco favoráveis no contexto europeu.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta valores médio-elevados em termos de taxas de emprego, dado que, apesar de serem mais reduzidos, comparativamente com algumas regiões da UE 15, superam, no geral, os valores apresentados pelos países de Leste. No entanto, existem já algumas regiões de países candidatos que contrariam esta tendência.

A taxa de emprego da RLVT é inferior à média nacional contrastando, deste modo, com algumas regiões capitais consideradas na análise.

O peso do sector dos serviços, no perfil de especialização da Região de Lisboa e Vale do Tejo é, no geral, inferior ao das regiões capitais, sobretudo no que concerne aos actuais países membros da UE, dado que, face às regiões dos países de Leste, as diferenças não são tão marcantes.

A análise das divergências, em termos do peso do sector terciário no perfil de especialização, das regiões face aos respectivos espaços nacionais, confere à RLVT um dos diferenciais positivos mais significativos, o que se justifica pelos níveis muito reduzidos de terciarização do espaço nacional, no contexto das regiões analisadas.

Apesar do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, ser superior à média nacional, a Região apresenta uma

menor importância percentual do emprego nos sectores de alta tecnologia, face a diversas regiões capitais e praticamente inferior a todas as regiões consideradas periféricas.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma estrutura de níveis educacionais bastante preocupante no contexto europeu.

No conjunto das regiões capitais, a RLVT apresenta, quer face a regiões da UE 15, quer face a regiões de países de Leste, o peso mais acentuado no âmbito do nível educacional mais reduzido, contrastando fortemente com as restantes regiões analisadas. Esta posição bastante desfavorável, consubstanciada num peso esmagador dos níveis habilitacionais mais reduzidos no total da estrutura de habilitações, traduz-se consequente numa expressividade muito ténue das habilitações mais elevadas na Região, comparativamente com o espaço europeu.

A análise da relação dos níveis de PIB *per capita* com a estrutura educacional na RLVT indicia um potencial de crescimento futuro, fomentado pela estrutura de recursos humanos, muito pouco favorável para a RLVT, no seio das regiões analisadas. De facto, a RLVT apresenta, no seio das regiões que revelam níveis de PIB *per capita* mais aproximados ao seu, a importância mais reduzida de entre os níveis habilitacionais mais elevados, detectando-se, em simultâneo, diversas regiões com níveis de PIB *per capita* inferiores ao da RLVT, mas com pesos mais favoráveis no âmbito dos níveis habilitacionais mais elevados.

SUB-DOMÍNIO  
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

C.4.2



Como se sabe, a inovação tecnológica é um processo essencial para o desenvolvimento económico e social das regiões. Trata-se de um processo complexo, que depende de múltiplos factores e que resulta na introdução no mercado de produtos ou processos novos ou melhorados e onde a "novidade" ou a "melhoria" estão fortemente associados à capacidade de utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos. A inovação tecnológica raramente é produto da acção isolada de determinado tipo de actor, sendo cada vez mais frequente identificar, ao longo do processo de inovação, a participação de actores regionais (ou de fora da região) tão diversos como, por exemplo: empresas; fornecedores e clientes; centros tecnológicos; universidades e suas instituições de interface associadas; laboratórios do Estado; etc.

No sub-domínio da Inovação Tecnológica, comparar regiões é comparar a diferente capacidade que as regiões demonstram ter de utilizar conhecimento científico e tecnológico para conseguir melhorias nos produtos, serviços, ou nos processos que os concebem, produzem e que os fazem chegar ao mercado. Para comparar essa capacidade, propomos utilizar dois tipos de indicadores: Patentes e Despesas de I&D.

As patentes permitem comparar a posição da Região relativamente a outras regiões Europeias no que respeita à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. Trata-se de uma medida aproximada do "output" dos esforços que diferentes regiões fazem no âmbito da utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos no processo de inovação. As patentes reflectem resultados efectivamente alcançados pelas regiões, mas são um indicador aproximado, por defeito, que requer alguma cautela na sua interpretação. Isto porque, por um lado, nem todas as áreas e resultados científicos e tecnológicos podem ser protegidos com a mesma eficácia pelo sistema de patentes, pelo que as patentes estão normalmente enviesadas, para as áreas (como a Química, a Bioquímica e a Biotecnologia, por exemplo) onde efectivamente essa protecção é essencial e eficaz. Por outro lado, nem todas as inovações necessitam de ser protegidas, dado que muitas das inovações associadas a alterações de processo produtivo (curva de experiência e learning-by-doing) não se reflectem no sistema de patentes. Por último, o acesso ao sistema de patentes tem custos elevados (sobretudo para as pequenas empresas) pelo que, também por isso mesmo, alguma da capacidade de inovação das regiões ficará por registar no sistema de patentes.

Quanto à dimensão de análise Actividades de I&D, escolhemos as despesas de I&D para comparar regiões. Ao contrário das patentes, as despesas de I&D são um indicador de "input", isto é: medem os esforços feitos pelas regiões no que respeita ao nível de recursos que escolhem atribuir às actividades de

investigação e desenvolvimento científicas e tecnológicas. O indicador recursos humanos afectos a actividades de I&D em cada região é também frequentemente utilizado como um indicador de “*input*”. Contudo, preferimos utilizar as despesas de I&D, uma vez que nos parece existirem diferenças substanciais na composição desses recursos humanos entre regiões do sul da Europa e as outras. Por exemplo, para o mesmo nível de recursos humanos totais em I&D, será de esperar que no sul da Europa a “*ratio*” de investigadores cientistas para pessoal auxiliar seja menor. Resumindo, com as despesas de I&D, pretende-se então uma medida de “*input*” que permita aferir o esforço que cada região faz para expandir a sua base de conhecimentos científico e tecnológicos de I&D, base essa que alimenta o processo de inovação tecnológica regional.

## a) Comparação com base no número de patentes

Tendo em mente as limitações acima apontadas, o indicador a utilizar é o número de patentes por milhão de habitantes em cada região, registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPA – European Patent Office) em 1998, 1999 e 2000. Mostra-se, na Figura 28, um ordenamento das regiões Europeias, por ordem decrescente do número de patentes por milhão de habitantes, no ano 2000. Pode-se concluir que, em número de patentes, a Região de Lisboa e Vale do Tejo está ao nível de regiões como a Letónia e o Chipre.

Figura 28

Número de patentes por milhão de habitantes, registadas no EPA em 1998, 1999, 2000

	1998	1999	2000
Uusimaa (suuralue)	480,833	533,928	647,648
Stockholm	538,409	537,787	598,181
Västsverige	298,753	312,18	362,235
Île de France	263,603	296,286	319,215
Denmark	139,706	168,46	199,302
Luxembourg	143,474	200,513	198,738
Berlin	148,383	171,831	189,975
Région Bruxelles-capitale	157,312	155,359	158,564
Vienna	129,492	128,346	153,506
Noord-Holland	114,275	114,705	137,329
Provence-Alpes-Côte d'Azur	89,528	92,268	113,758
Southern and Eastern	61,715	76,956	102,586
Greater Manchester	62,647	65,804	66,336
Cataluña	47,958	54,637	56,38
Leipzig	28,712	33,103	50,132
Aquitaine	53,694	49,869	47,758
Comunidad de Madrid	31,098	40,449	42,869
Lazio	43,403	49,338	41,813
Slovenia	17,129	25,734	25,139
Malta	-	-	18,385
Attiki	14,156	17,304	12,135
Estonia	4,808	5,52	11,656
Cyprus	12,063	11,976	9,261
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>3,671</b>	<b>7,247</b>	<b>5,071</b>
Latvia	4,47	4,911	3,777
Lithuania	1,077	0,546	1,349
London	168,496	186,997	

Fonte: Regions, EUROSTAT, 2002

No contexto das Regiões Ibéricas, note-se que a Catalunha está à frente de Madrid e ambas bastante acima de Lisboa. No contexto dos Países da Coesão, a Irlanda leva uma clara vantagem e mesmo a região de Atenas parece conseguir mais ou menos o dobro do número de patentes que a Região de Lisboa e Vale do Tejo consegue. Se considerarmos as regiões do alargamento e, embora aqui não tenha sido possível obter dados regionais sobre patentes para regiões como Sofia, Bratislava, Budapeste, Varsóvia, Praga e Bucareste, também aqui vemos que a RLVT fica claramente abaixo da Estónia ou da Eslovénia.

Em resumo, embora não se possa concluir de forma directa que o diferencial encontrado corresponda a um défice de inovação científica e tecnológica, podemos certamente concluir que existe um défice regional de utilização do sistema de patentes, por parte das organizações que se situam na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

### **b) Despesas de I&D**

Tal como acima se referiu, as actividades de Investigação e Desenvolvimento de uma região são a medida do esforço que cada região faz para reforçar a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, base essa que é necessária, por sua vez, para a resolução de problemas específicos das empresas ou de âmbito social mais abrangente.

Na Figura 29, mostram-se as despesas com I&D em percentagem do PIB regional em cada região. Relativamente às patentes, note-se que existem muito menos dados disponíveis para este indicador, sendo manifestamente impossível estabelecer quaisquer comparações com base nos valores de 2000. Contudo, considerando o ano de 1999, nas regiões para as quais a informação está disponível no Eurostat, pode-se concluir que:

- A Região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto global de todas as regiões ocupa uma modesta posição com 0,88 das despesas do PIB regional gastas com I&D, cerca de 4 vezes menos do que as regiões que mais gastam, como é o caso de Uusimaa (suuralue). Pode-se dizer que a RLVT se situa ao nível de regiões como a Estónia, a Lituânia, a Letónia e o Chipre.

No contexto das Regiões Ibéricas, a RLVT está, em despesas com I&D, mais perto da Catalunha do que de Madrid, sendo que esta última apresenta já um nível impressionante de despesas, com cerca do dobro do que a RLVT.

Não havendo dados sobre as regiões da Irlanda, é difícil de situar LVT no contexto da Coesão. A região de Atenas tem contudo níveis de despesa de I&D semelhantes aos da RLVT.

**Figura 29**

Despesas com I&D em percentagem do PIB regional

	1998	1999	2000
Uusimaa (suuralue)	3,76	4,09	
Berlin		3,62	
Île de France	3,4	3,53	
Vienna	3,24		
Denmark	2,06	2,09	2,07
Leipzig		1,96	
Lazio	2,02	1,96	
Noord-Holland	1,71	1,88	
Provence-Alpes-Côte d'Azur	2,04	1,72	
Comunidad de Madrid	1,6	1,62	
Slovenia	1,48	1,51	1,52
Aquitaine	1,38	1,42	
London	1,06	1,1	
Cataluña	1,08	1,06	
Attiki		0,97	
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>		<b>0,88</b>	
Estonia	0,61	0,75	0,66
Lithuania	0,57	0,52	0,6
Latvia	0,45	0,4	0,48
Cyprus	0,23	0,25	0,26

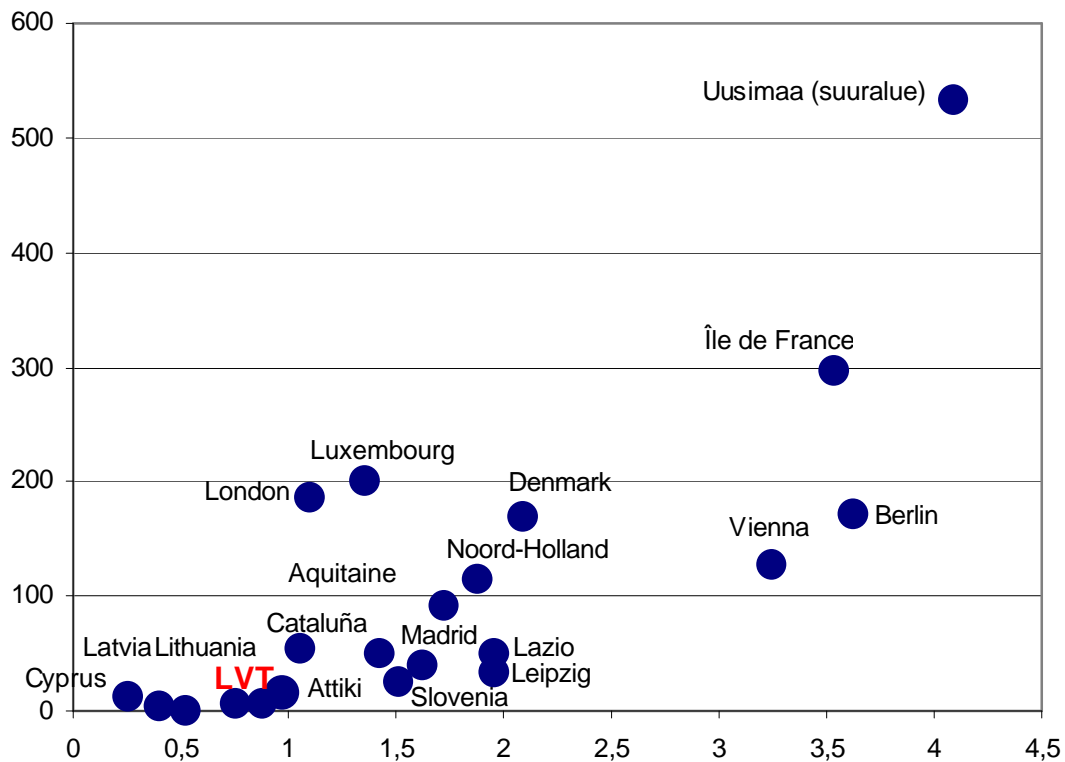
Fonte: Regions, EUROSTAT, 2002

### c) Posição internacional em ciência, tecnologia e inovação

A Figura 30, que se obtém cruzando as duas variáveis atrás mencionadas, serve para tirar conclusões acerca da forma como os recursos utilizados com I&D (despesas de I&D) produzem “outputs” (patentes). De novo a região de Uusimaa (suuralue) aparece destacada. Note-se, contudo, como regiões como Aquitania, Catalunha, Attiki e mesmo Londres, apresentam mais resultados em termos do número de patentes com níveis semelhantes de despesas empregues com I&D (níveis em torno do 1% do PIB).

**Figura 30**

Despesas com I&D e n.º de patentes registadas nas regiões de referência, 1999



Fonte: Regions, EUROSTAT, 2002

## C.4 – ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº	Designação	Pág
<b>1</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões capitais, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais)	<b>117</b>
<b>2</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões periféricas, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais)	<b>118</b>
<b>3</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões capitais, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões periféricas)	<b>118</b>
<b>4</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões periféricas, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões periféricas)	<b>119</b>
<b>5</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões capitais, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais e periféricas)	<b>119</b>
<b>6</b>	PIB <i>per capita</i> nas regiões periféricas, 2000 (diferença face à média ponderada do conjunto das regiões capitais e periféricas)	<b>120</b>
<b>7</b>	Dispersão do PIB <i>per capita</i> nas regiões de referência, 2000, em <i>Euros</i>	<b>120</b>
<b>8</b>	Convergência regional na União Europeia (1986 – 1999)	<b>121</b>
<b>9</b>	Convergência das regiões Ibéricas na União Europeia (1986 – 1999, em PPC) (os 10 primeiros anos e os últimos 5)	<b>121</b>
<b>10</b>	Taxa de emprego nas regiões capitais, 2001	<b>122</b>
<b>11</b>	Taxa de emprego nas regiões periféricas, 2001	<b>123</b>
<b>12</b>	Taxa de emprego, diferença das regiões capitais face às respectivas médias nacionais, 2001	<b>123</b>
<b>13</b>	Taxa de emprego, diferença das regiões periféricas face às respectivas médias nacionais, 2001	<b>124</b>
<b>14</b>	Estrutura sectorial nas regiões capitais, 2001	<b>125</b>
<b>15</b>	Estrutura sectorial nas regiões periféricas, 2001	<b>126</b>
<b>16</b>	Divergência do peso do sector terciário nas regiões capitais face ao espaço nacional, 2001	<b>126</b>
<b>17</b>	Divergência do peso do sector terciário nas regiões periféricas face ao espaço nacional, 2001	<b>127</b>
<b>18</b>	Peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões capitais, 2001	<b>127</b>
<b>19</b>	Peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões periféricas, 2001	<b>128</b>
<b>20</b>	Divergência do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões capitais face às médias nacionais, 2001	<b>128</b>

## C.4 – ÍNDICE DE FIGURAS

<b>21</b>	Divergência do peso do emprego nos sectores da indústria transformadora com elevada intensidade tecnológica nas regiões periféricas face às médias nacionais, 2001	<b>129</b>
<b>22</b>	Nível educacional (dos 25 aos 59 anos) nas regiões capitais, 2001	<b>131</b>
<b>23</b>	Nível educacional (dos 25 aos 59 anos) nas regiões periféricas, 2001	<b>131</b>
<b>24</b>	Diferenças do peso do nível educacional mais elevado nas regiões capitais face às médias nacionais, 2001	<b>132</b>
<b>25</b>	Diferenças do peso do nível educacional mais elevado nas regiões periféricas face às médias nacionais, 2001	<b>132</b>
<b>26</b>	PIB <i>per capita</i> e nível educacional nas regiões capitais, 2001	<b>133</b>
<b>27</b>	PIB <i>per capita</i> e nível educacional nas regiões periféricas, 2001	<b>134</b>
<b>28</b>	Número de patentes por milhão de habitantes nas regiões de referência, registadas no EPA, em 1998, 1999 e 2000	<b>141</b>
<b>29</b>	Despesas com I&D em % do PIB regional nas regiões de referência, 1998, 1999 e 2000	<b>143</b>
<b>30</b>	Despesas com I&D e N.º de patentes registadas nas regiões de referência, 1999	<b>144</b>

SÍNTESE FINAL

D



Os resultados obtidos na tipologia construída para as 266 regiões NUT II da Europa dos 27 mostram que a Região de Lisboa e Vale do Tejo integra a classe dos territórios em vias de consolidar uma posição intermédia, isto é, que possuem um perfil próximo, mas ainda aquém da média da UE15. O processo de convergência constitui um facto importante da evolução recente da RLVT, mas o seu ritmo e mesmo a sua sustentabilidade representam aspectos em aberto, nomeadamente face às novas condições decorrentes do alargamento a leste.

Embora mantendo como horizonte estratégico os resultados obtidos na maior parte das regiões do pentágono Londres – Paris – Milão – Munique – Hamburgo e sobretudo da periferia norte da Europa, a RLVT deverá olhar com particular atenção para as regiões que ocupam hoje a classe “regiões intermédias consolidadas” ou que parecem revelar condições para o fazer a médio prazo. No primeiro caso, inclui-se a coroa imediatamente periférica ao núcleo central do espaço europeu, abarcando a esmagadora maioria das regiões francesas, o centro de Itália, as áreas mais desenvolvidas de Espanha (Madrid, Catalunha, Nordeste, Baleares), uma parte significativa do Reino Unido e da Irlanda e ainda algumas regiões da Alemanha, Bélgica, Áustria, Finlândia e mesmo Hungria (Budapeste). No segundo caso, destacam-se várias regiões do leste europeu, umas localizadas junto à primeira coroa periférica ao núcleo central, repartidas pela antiga República Democrática Alemã, República Checa e Eslovénia, e outras mais afastadas, correspondendo a regiões capitais (Bratislava, Varsóvia, Bucareste). É sobretudo face a estes dois conjuntos de regiões que a RLVT terá de se posicionar de uma forma duradouramente mais positiva.

- *Ao nível europeu, a RLVT apresenta uma posição favorável em dois domínios:*

Em **termos demográficos** revela uma capacidade positiva, ainda que moderada, de renovação populacional, constituindo o crescimento dos fluxos migratórios um contributo importante para este resultado. A Região demarca-se favoravelmente de outras onde o declínio demográfico, o envelhecimento, a incapacidade de atrair populações do exterior, ou até um peso excessivo de jovens, constituem, ou deixam antever, problemas complexos de natureza social. Madrid, Viena, Bruxelas e Dublin – entre as regiões capitais – e Provence e Aquitania – entre as regiões periféricas – são as que mais se aproximam do actual perfil da RLVT.

Em **termos de inserção no mercado de trabalho**, a Região também revela resultados globalmente positivos. As taxas de actividade, gerais e específicas (feminina, população com 55 a 64 anos), são elevadas, tendo mesmo ultrapassado algumas das metas definidas pela UE para 2005 ou até 2010. As taxas de desemprego, geral e específicas (feminina, jovens com menos de 25 anos), são baixas ao nível europeu. O perfil revelado neste domínio aproxima Lisboa de Viena e de Dublin, entre as regiões capitais, e de Manchester e Gotemburgo, entre as regiões periféricas, destacando-se favoravelmente das regiões do sul e do leste europeu. Contudo, o alto grau de precariedade do trabalho (medido através da percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo) e a existência de assimetrias consideráveis no interior da Região, introduzem alguma vulnerabilidade neste panorama globalmente positivo. De qualquer modo, a RLVT demarca-se favoravelmente de um vasto leque de regiões europeias onde os processos de reestruturação económica e os actuais padrões de especialização produtiva se traduzem por incidências e evoluções preocupantes ao nível do desemprego e das taxas de actividade, embora não revele dinâmicas de variação da mão-de-obra (1996-2000) tão positivas como Dublin, Luxemburgo ou Il-de France.

- *Simultaneamente, a RLVT apresenta, em dois domínios, resultados claramente negativos ao nível europeu.*

A **estrutura de qualificações dos recursos humanos** é bastante desfavorável, dado que os níveis mais baixos de instrução têm um peso muito relevante, os intermédios alcançam uma importância insuficiente e os mais elevados são bastante reduzidos. Esta estrutura coloca a RLVT numa posição negativa em relação, tanto às regiões mais desenvolvidas da Europa Central e do Norte, onde a percentagem de população com níveis superiores de instrução ultrapassa geralmente os 25%, como em relação às regiões dos novos países membros, onde os escalões intermédios de habilitações são bem mais importantes. Não admira, pois, que a Região ocupe a última posição entre as regiões capitais e periféricas analisadas como referência.

Do mesmo modo, também os **factores de competitividade** (estrutura sectorial do emprego, especialização produtiva e inovação) revelam uma situação bastante desfavorável. A importância relativa das indústrias de alta tecnologia ou das actividades de serviços é bastante inferior à média comunitária e o panorama em termos de inovação tecnológica é mais negativo do que em outras regiões periféricas, tanto do Sul (Madrid, Catalunha, Atenas), como do Leste (Eslovénia ou mesmo Estónia, no caso do indicador “número de patentes por milhão de habitantes”).

Se é verdade que os resultados positivos dos indicadores relativos ao mercado de trabalho revelam a inexistência de problemas de inserção, não é menos certo que os indicadores de competitividade regional deixam adivinhar problemas acrescidos de convergência comunitária no quadro da Europa alargada das regiões. O nível de PIB *per capita* em 2000, bastante inferior à média da União Europeia e idêntico ao que se regista em algumas regiões da Europa de Leste e em regiões periféricas sem capitais nacionais, confirma esta suposição. Mas, ao mesmo tempo, deve levar-se em consideração que diversas regiões europeias apresentam valores idênticos de PIB *per capita* mas níveis educacionais mais elevados, o que parece sugerir que existe um potencial significativo de crescimento futuro do PIB, se se mantiverem as actuais taxas de actividade e simultaneamente melhorarem significativamente os níveis de instrução da população da RLVT.

- *Finalmente, em domínios como o ambiente ou a saúde, os indicadores disponíveis apontam para resultados que não se afastam significativamente do actual perfil médio da União Europeia.*

Refira-se, por último, que a RLVT atinge resultados mais positivos do que a média nacional e mesmo do que a maioria ou a totalidade das restantes regiões portuguesas, na maior parte dos domínios considerados. Contudo, no quadro europeu, esta diferenciação positiva por parte da região capital não é das mais acentuadas. As demarcações mais acentuadas ocorrem em países de leste, onde regiões capitais como Bratislava, Praga ou Bucareste, descolam visivelmente dos padrões dominantes ao nível nacional. A RLVT aproxima-se, deste ponto de vista, de Madrid, Roma ou Viena, isto é, cidades com comportamentos globalmente mais positivos do que as respectivas médias nacionais, mas revelando afastamentos bastante menos acentuados dos que acima se referiram, mas não muito mais intensos do que Paris, Londres ou Berlim, mas mais marcados do que os que se verificam, por exemplo, nas cidades dos países escandinavos. Registe-se, de qualquer modo, que a diferença entre a RLVT e a média da UE15 é, não raro, mais acentuada do que o contraste entre a RLVT e a média nacional.



A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO  
FACE À EUROPA:

E

**METAS PARA O FUTURO**



Com base nos indicadores anteriormente analisados, é possível estabelecer algumas metas que a Região de Lisboa e Vale do Tejo deveria procurar alcançar, como forma de sustentar um modelo de desenvolvimento mais eficiente em termos ambientais, sociais e económicos.

### **Domínio Território**

A evolução previsível ou desejável dos cinco indicadores analisados é diversificada.

A densidade de auto-estradas na Região apresenta um valor acima da média da UE15, pelo que as metas a definir neste domínio deverão visar melhorias de qualidade e segurança e não tanto uma maior cobertura. Já a segurança nas estradas, avaliada pelo número de mortes anuais por acidentes rodoviários por milhão de habitantes, revela uma situação preocupante. Deveria definir-se como meta a atingir, a curto prazo, o valor simbólico de 100 mortes, um total inferior à média da UE15, mas superior aos que se verificam nas regiões de Madrid e Roma.

A produção de RSU deverá acentuar-se nos próximos anos, como consequência de uma melhoria global do nível de vida da população e sobretudo da generalização de novos estilos de vida. Atendendo à evolução recentemente verificada na RLVT e em outras regiões europeias, parece prudente estabelecer o valor de 550 kg. por ano e *per capita*, como um patamar estratégico acima do qual se deverá considerar excessiva a pressão decorrente da produção de RSU.

A percentagem de RSU destinada a lixeiras, embora seja já menor que a média da UE15, deverá ambicionar atingir valores simbolicamente inferiores a 50%, aproximando-se dos resultados actualmente observados em Paris ou Estocolmo, da ordem dos 40%.

Finalmente, o consumo de água *per capita*, com tendência para aumentar pelas razões acima invocadas em relação à produção de RSU, deverá considerar o valor médio da UE15 (227 litros por ano e *per capita*, no último ano disponível, 1998, mas hoje certamente mais elevado) como um limiar máximo, a não ultrapassar.

### **Domínio Pessoas**

Seria útil atingir um aumento da taxa de crescimento natural para valores próximos dos 2% (Madrid apresenta 2,6%, mas algumas capitais europeias têm taxas francamente superiores: Dublin, 7%; Londres e Paris: 8%). Este acréscimo é importante para equilibrar a taxa de crescimento migratório, que deverá manter-se ao nível actual.

Ao nível dos recursos humanos considera-se desejável que a melhoria dos níveis de instrução se efectue prioritariamente ao nível 2 (nível médio), embora sem descuidar a manutenção do crescimento da população com nível 3 (superior). É urgente elevar para 30% o peso relativo de população com níveis de instrução 2 (actualmente: 14,4%; em Espanha: 17,6%) e para 20% a população com níveis de instrução 3 (presentemente: 13,3%; em Espanha: 25%).

Considerando as actuais dinâmicas da sociedade portuguesa, pode prever-se que as metas sugeridas para 2005 pela EU, no que se refere às taxas de actividade global (67%), feminina (57%) e da população com idades entre os 55 e os 64 anos (50%), sejam facilmente cumpridas, já que os valores que actualmente se verificam na Região estão próximos, ou ultrapassam mesmo, as metas propostas.

Os objectivos mais difíceis de atingir – mas essenciais para garantir a necessária coesão social – relacionam-se com a manutenção de níveis baixos de desemprego e com o aumento dos níveis salariais. Paralelamente, é preciso referenciar a grande precariedade do emprego, situação que, num país com fraca protecção social, constitui um indicador de grave risco social. A redução da precariedade do emprego deverá, por isso, traduzir-se pela definição de uma meta a atingir.

## E – A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO FACE À EUROPA: METAS PARA O FUTURO

### Domínio Organizações

Segundo as estimativas mais recentes publicadas pela União Europeia<sup>13</sup>, para o período do actual QCA, aponta-se para um crescimento do PIB nacional ligeiramente inferior às estimativas previstas para a UE15. Em termos de emprego, prevê-se um crescimento médio anual de cerca de ¼ ponto percentual acima dos valores previstos para a União Europeia (ver Quadro 1).

Para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, prevê-se um crescimento do PIB em linha com os valores nacionais e um crescimento médio anual do emprego, que se pode situar cerca de ¼ ponto percentual acima dos valores estimados para a economia nacional. Estes valores apontam, igualmente, para um crescimento da produtividade na Região de LVT inferior em cerca de ¼ ponto percentual ao crescimento médio nacional.

**Quadro 1**

Estimativas para PIB, Emprego e Produtividade - Taxas médias de crescimento anual

(valores em %)

		2000-2003	2004-2006	2000-2006
PIB	Lisboa e Vale do Tejo	1,60	2,44	1,96
	Portugal	1,57	2,00	1,75
	União Europeia (UE15)	1,85	2,30	2,04
Emprego	Lisboa e Vale do Tejo	1,23	1,56	1,37
	Portugal	1,07	1,20	1,13
	União Europeia (UE15)	0,97	0,70	0,86
Produtividade	Lisboa e Vale do Tejo	0,09	0,57	0,30
	Portugal	0,49	0,79	0,62
	União Europeia (UE15)	0,87	1,59	1,18

Fonte: Comissão Europeia (2003), *Economic Forecasts – Spring 2003*, para os valores nacionais e da União Europeia (Equipa do projecto para os valores regionais).

Esta evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo deve apresentar alguma diferença entre os dois sub-períodos, prevendo-se para o período 2000-2003 um crescimento inferior na Região em cerca de ¼ ponto percentual em termos de PIB e de 4 décimas de pontos percentuais em termos de produtividade. Na segunda metade deste período, estima-se um crescimento do PIB da Região de Lisboa e Vale do Tejo ligeiramente superior ao nacional e de uma taxa de crescimento do emprego de 4 décimas de ponto

<sup>13</sup> Comissão Europeia (2003), *Economic Forecasts – Spring 2003*.

## E – A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO FACE À EUROPA: METAS PARA O FUTURO

percentuais superiores à taxa média nacional. Este comportamento tem um reflexo na produtividade, com um crescimento regional inferior em duas décimas de pontos percentuais.

Em termos de definição de metas, tendo em consideração as características do modelo de desenvolvimento nacional e o papel da Região de Lisboa e Vale do Tejo enquanto Região motor do processo de desenvolvimento nacional, a que acresce a situação específica de Região em processo de *phasing-out*, seria desejável um cenário relativamente diferente do cenário tendencial acima traçado, em que o processo de crescimento deveria ser claramente mais marcado pelo crescimento da produtividade.

## QUADRO SÍNTESE DOS INDICADORES

**F**





## ANEXO - Quadro Síntese dos Indicadores

PAÍSES / REGIÕES	C.1 - PIB e EDUCAÇÃO						C.2 - TERRITÓRIO		C.3 - PESSOAS							C.4 - ORGANIZAÇÕES							
	PIB per capita (em SPA), UE15=100		PIB per capita (em SPA), em 2000, para EU25=100	Nível de instrução da população com idades entre 25-59 anos (% face ao total), 2001			Ambiente (Resíduos Sólidos Urbanos)		1000 habitantes, 2000	Densidade populacional (hab./km²), 2000	% de população com idades: (2000)			Taxa de Desemprego (em %)			Taxa de emprego (% de pop. dos 15-64 anos), 2001			Emprego por sector (% face ao total) em 2001			Pedidos de patentes europeias (por milhão de habitantes), média 98-99-2000
	2000	média 1998-99-2000		Baixo	Médio	Elevado	RSU recolhidos per capita (Kg), em 1999	RSU destinados a lixeiras, em 1999 (%)			<15 anos	15-64 anos	Mais de 65 anos	Total, 2001	Mulheres, 2001	Jovens, 2001	Total	Mulheres	Homens	Agricultura - 2001	Indústria - 2001	Serviços - 2001	
Média EU - 15	100,0	100,0	110,2	34,2	43,5	22,3	452,0	72,0	378914	118,7	16,8	66,9	16,3	7,6	8,9	15,1	64,3	55,1	73,5	4,1	28,5	66,7	140,7
Média EU - 25	90,7	90,7	100,0	30,7	48,7	20,6	s/d	s/d	453769	115,6	17,1	67,2	15,7	8,7	10,0	17,7	63,1	54,4	71,7	5,5	29,4	65,1	117,8
Média EU - 27	86,5	86,6	95,3	30,4	48,4	20,2	s/d	s/d	484374	113,3	17,1	67,3	15,6	8,8	9,9	18,0	62,9	54,5	71,3	7,6	29,3	63,1	110,5
<b>Regiões Capitais</b>																							
Lisboa e Vale do Tejo - Portugal	90,9	94,6	100,2	72,4	14,4	13,3	522,0	61,0	3430,0	287,5	14,9	68,8	16,3	5,3	6,4	13,5	67,6	61,0	74,7	4,8	28,0	67,2	5,6
Berlim - Alemanha	95,6	97,6	105,4	16,7	50,8	32,6	388,0	s/d	3384	3796	13,8	72,1	14,2	12,5	11,6	18,0	60,2	57,1	63,2	0,6	20,0	79,4	167,8
Atiki (Atenas) - Grécia	77,1	76,1	85,0	32,8	44,5	22,6	504,0	23,0	3456	908	15,3	68,8	15,9	10,4	14,7	27,4	54,8	41,8	68,7	1,4	24,5	74,1	14,0
Comunidade de Madrid - Espanha	110,0	108,9	121,2	45,5	20,2	34,3	538,0	55,0	5150	644	14,6	70,1	15,4	9,8	13,3	21,5	63,8	49,8	78,4	0,8	25,0	74,3	37,1
Ille de France (Paris) - França	158,3	155,3	174,5	31,1	34,5	34,4	723,0	43,0	11001	915,8	19,8	68,1	12,1	7,6	8,5	12,4	66,6	61,6	71,8	0,3	18,5	81,2	290,4
Southern and Eastern (Dublin)- Irlanda	126,4	121,9	139,3	36,0	37,4	26,6	541,0	91,0	2797	76	21,7	67,7	10,6	3,4	3,3	5,8	66,1	55,4	76,8	5,3	27,8	66,4	80,8
Lazio - Itália	112,9	115,3	124,4	45,7	40,6	13,8	516,0	87,0	5295	307	14,2	68,8	17,0	10,3	13,8	33,3	53,7	40,3	67,6	3,1	19,2	77,8	44,0
Estocolmo - Suécia	147,0	142,9	162,1	13,2	53,0	33,8	280,0	41,0	1821,0	280,6	18,6	67,0	14,4	2,7	2,9	4,4	79,3	78,0	80,5	0,5	14,7	84,5	550,5
Londres - Reino Unido	147,0	148,9	162,0	17,4	42,0	40,7	566,0	74,0	7307,0	4613,8	19,3	68,2	12,5	5,7	5,9	10,9	69,0	61,2	76,6	0,2	14,4	85,1	91,9
Wien - Áustria	157	152,8	173,1	19,7	60	20,3	510	15	1609	3876,2	15	69,3	15,7	4,9	4,9	7,2	68,4	62,3	74,6	0,9	20	79,1	135,6
Bruxelas - Bélgica	217,6	222,2	239,9	38,4	26,3	35,3	654	22	961	5956,4	17,8	65,4	16,8	11	10,9	27,2	53,9	46,4	61,5	0,2	16,2	83,6	154,9
Dinamarca	118,6	118,6	130,7	18,5	54,2	27,3	626	11	5338	123,9	18,4	66,8	14,8	4,4	5,1	8,7	75,9	71,4	80,2	3,5	25,4	70,9	159,2
Uusimaa (Helsínquia) - Finlândia	143,2	140,7	157,8	21,5	37,7	40,8	s/d	s/d	1387	152,2	18,6	69,9	11,5	5,2	5,3	8,2	75,8	74,2	77,4	1	20,4	78,3	533
Luxemburgo	195,3	187	215,3	39,2	41,8	19	643	22	441	170,5	18,9	66,8	14,3	2,4	3,1	7,2	63	50,8	74,8	1,5	21,4	76,8	171,6
Noord-Holland - Holanda	130,2	133,2	143,5	26,6	43	30,5	391	3	2526	949,9	17,8	68,8	13,5	2	1,8	5,7	76	69,1	82,8	2	14,4	77,8	118,8
Yugozapaden - Bulgária	33,6	36	37	16,6	53	30,4	s/d	s/d	2143	105,7	14,9	69,6	15,5	9,7	9	17,2	55,5	53,4	57,7	2,4	32	65,6	s/d
Chipre	75,7	79,9	83,5	32,6	39,3	28,1	499	s/d	694	117,6	23,2	65,5	11,3	4	5,8	8,4	68	56,5	79,7	3,2	24,5	72,3	10
Praga - República Checa	121	122,2	133,4	5,3	69	25,7	184	96	1184	2387,3	13,9	69,8	16,3	3	3,5	8,2	72	67	77,4	0,7	21,8	77,6	s/d
Estónia	40,1	39,3	44,2	11,8	58,6	29,6	384	100	1372	30,3	18	67,5	14,5	12,4	13,1	24,5	61,1	56,9	65,6	7,1	34,2	58,7	5,8
Kozep-Magyarország (Budapeste) - Hungria	75,6	73,4	83,4	19,6	58,9	21,5	459	83	2891	417,9	15,5	69,3	15,2	2	2	3	60,7	53,8	68,2	1,6	26,4	72	s/d
Lituânia	35,7	35,4	39,3	11,5	41,9	46,6	426	100	3506	53,7	19,8	66,9	13,4	16,5	13,5	30,9	58,6	57,4	59,8	16,5	27,2	56,3	0,9
Letónia	30,9	29,2	34	18,5	63	18,5	252	50	2373	36,7	17,8	67,5	14,7	13,1	11,5	22,9	58,9	56,1	61,9	15,1	25,3	59,6	4
Malta	55,1	54,9	60,7	s/d	s/d	s/d	461	s/d	390	1173,4	20,8	67,2	12	6,1	6,1	11	54,2	32	76,1	1,7	33	65,2	s/d
Mazowieckie (Varsóvia) - Polónia	58,9	57,6	64,9	15,9	68,7	15,5	s/d	s/d	5069	142,4	17,8	68,3	14	14,2	14,4	32,4	59,2	55,5	62,8	20,4	24,2	55,4	s/d
Bucareste - Roménia	48,1	42	53	13,4	66,3	20,3	s/d	s/d	2278	1251,1	14,3	72,1	13,6	4,1	4,6	10,6	55,5	50	61,7	5,5	36,1	58,4	s/d
Eslóvenia	67,2	67,3	74	22,8	62,6	14,6	286	97	1990	98,2	16,1	70	13,9	5,7	6	15,7	63,5	58,6	68,5	10	38,6	51,4	21,2
Bratislava - Eslováquia	97,9	99,2	107,9	7,8	67,6	24,6	537	17	617	300,7	16,4	71,6	12	8,4	8,6	19,5	69,5	64,8	74,6	1,9	26,3	71,8	s/d
<b>Regiões Periféricas</b>																							
Leipzig - Alemanha	75,0	75,9	82,7	5,1	65,4	29,5	s/d	s/d	1094	249	12,8	70,0	17	14,3	15,2	16,5	61,7	58,4	64,9	2,3	28,7	69,0	36,2
Catalunha - Espanha	99,5	98,2	109,7	55,1	18,7	26,3	524,0	62,0	6170	193	13,9	68,6	17,5	8,8	11,9	16,6	71,6	57,4	85,9	2,5	39,2	58,3	51,2
Provence-Alpes-Côte d'Ázur(Marselha) - França	90,8	89,7	100,1	38,5	40,0	21,5	714,0	69,0	4551,0	144,9	18,0	63,7	18,4	13,2	15,7	27,0	57,0	49,8	64,8	2,6	17,5	79,9	96,2
Aquitaine (Bordéus) - França	90,4	90,1	99,6	33,3	45,4	21,3	440,0	50,0	2932	71	16,9	64,0	19,1	8,3	11,0	19,2	61,1	54,0	68,4	7,1	22,8	70,1	50,0
Greater Manchester - Reino Unido	88,6	89,6	97,7	20,1	53,2	26,7	s/d	s/d	2586,0	2010,9	20,1	65,4	14,5	5,3	4,1	13,1	70,9	66,4	75,2	0,3	25,4	74,3	65,4
Västsvrige (Gotemburgo) - Suécia	101,3	100,5	111,7	18,3	56,0	25,7	343,0	59,0	1767,0	60,1	18,9	63,8	17,3	5,3	5,6	11,2	75,2	73,1	77,3	3,1	26,4	70,4	311,5

FONTE: EUROSTAT (Regio, EFT) Institutos Nacionais de Estatística + Cálculos da DGRegio